

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

Mestrado em Sociologia

**CLASSE SOCIAL E GÊNERO:
ELEMENTOS PARA UMA CONTROVÉRSIA.**

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Orientanda: **Simone Bastos Guterres**

Orientador: **Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes**

"Classe Social e Gênero: Elementos para uma controvérsia"

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Sociologia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas sob a orientação do
Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes.

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
28/08/2001

BANCA


Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes (Orientador)


Prof. Dra. Ângela Maria Carneiro Araújo


Prof. Dr. Márcio Bilharino Naves

Agosto / 2001

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

G982c **Guterres, Simone Bastos**
 Classe social e gênero : elementos para uma controvérsia /
 Simone Bastos Guterres. -- Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador: Ricardo Luiz Coltro Antunes.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Trabalho feminino. 2. Mercado de trabalho. 3. Divisão
do trabalho por sexo. I. Antunes, Ricardo L. C. (Ricardo Luis
Coltro), 1935- . II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Resumo

A situação da mulher no mundo atual permanece inferior comparada aos homens. A inserção da mulher no mundo do trabalho produtivo, cada vez mais intensa, não diminuiu as tarefas executadas pelas mulheres no interior da “casa”. Pelo contrário, percebe-se um acirramento das condições imposta pela dupla jornada de trabalho. Como se não bastasse, a mulher ao se inserir no mundo do trabalho, encontra condições extremamente precárias forçando-a a vender sua força de trabalho por uma remuneração inferior à masculina. As reestruturações que vem sendo realizadas no mundo do trabalho apostam em uma intensificação do trabalho, que para as mulheres representa empregos *part time*, temporários e mal remunerados.

Esta realidade do mundo do trabalho se insere no debate teórico acerca da classe e do gênero. A emancipação feminina não ocorrerá somente através da inserção da mulher no trabalho produtivo, embora este seja um elemento para a sua parcial emancipação. Contudo, a trabalhadora sofre a exploração assim como a opressão, se configurando uma diferença com a mulher burguesa. Há mulheres que somente sofrem a opressão, pois fazem parte de uma classe que explora. Este debate que diferencia às mulheres segundo as classes as quais se inserem, mas identifica uma composição única quanto ao gênero, demonstra uma contradição efetiva entre o gênero feminino. As medidas que vem sendo propostas para a inserção das mulheres no mundo do trabalho, em seus meandros, apontam a necessidade do debate classe e gênero, como é o caso das Ações Afirmativas e do *Comparable worth*.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Abstract

The actual situation of the woman shows that they continue subjugated by the masculine obedience. The introduction of the women in the productive labour's world, time after time it's too much active, not decrease the executed house works by the women into "home". Otherwise, have knowledge a hardening of the conditions forced by double day's work.

However, when the woman is introduced into the labour's world, she meets an extremely uncertain conditions that forces to sell her labor for less salary than man. The modifications that have been done on the labour's world bet on the enhancement of the work. In which represents for women, part time employments and small salary.

The reality of the labour's world go through an abstract discussion about the social classes and humankind. The female's liberty will not occur only by the woman introduction into the productive work, although this is an element to her partial emancipation. However, the female worker suffer at the same time of exploration and oppression. It shows the difference from the burger's women. There are women suffer only of oppression and they are part of the rich class. This discussion shows us the difference between women according to their social classes, but identify just one composition about the humankind. It shows us a big contradiction between female humankind. The ways that have been offered to insert the women into the labour's world, on it's meanders, presents the necessity of a discussion about social classes and humankind, just the way as it is on affirmative actions and the comparable worth.

“Libertar a mulher de sua alienação é, ao mesmo tempo, libertar o homem de seus fetiches”.

(Mary Kleeck in Saffioti, 1976)

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

AGRADECIMENTOS

Começar os agradecimentos é sempre muito difícil mas também muito gratificante, pois é o momento de lembrar de todas as pessoas que contribuíram para a realização de um trabalho comumente árduo e solitário. No entanto, algumas pessoas em especial afastaram em muitos momentos esta sensação de solidão que o trabalho intelectual nos prega.

Guardo com carinho a lembrança amiga de várias pessoas que conheci na Unicamp e só deixaram bons sentimentos. A começar por dois grandes amigos: Daniel Romero sempre receptivo e atencioso, e Regina (Régis) uma das pessoas mais solidárias e lutadoras que já conheci, sempre de braços abertos para todos.

Agradeço de coração ao Eduardo (Edu) que abriu as portas da sua casa e possibilitou a minha chegada em Campinas.

Ao amigo Zezoca pelos longos almoços que tive a sorte de compartilhar, e muito contribuíram para aguçar o meu pensamento crítico.

Aos amigos do grupo de pesquisa do Ricardo, em especial o Thomaz, a Roseli, a Nice, a Juliana e a Valquíria que trouxeram um rico debate sobre trabalho nos encontros que pudemos realizar.

A Lurdinha e, especialmente, a Cristina, da Secretaria de Pós-Graduação, sempre atenciosa e amiga nos momentos mais críticos.

Mas não posso esquecer antigos amigos inseparáveis e os novos (muito bem vindos) da minha cidade maravilhosa, que ajudaram e muito, de diversas formas, na realização deste trabalho:

À amiga Rosana por sua ajuda nas tabelas e gráficos e pelos papos femininos que ajudaram a levantar novas questões sobre a condição feminina; Ao Teones pela superforça, pelas longas conversas, pelos livros e pela simples presença amiga; Ao Roberto Mosca pelos estudos ...início de tudo; A Lúcia pela disponibilidade de revisar o texto.

E a todos os outros amigos que compartilharam destes dois anos de dedicação ao mestrado, sempre apoiando e vivenciando de alguma forma a realização deste trabalho.

Um trabalho de pesquisa necessita de disponibilidade de tempo que somente foi possível com o fomento do CNPq, órgão o qual agradeço e torço para que continue possibilitando novos trabalhos iguais ou melhores do que este.

Por fim, dedico especial agradecimento ao meu orientador Ricardo Antunes pelo incentivo, pelo carinho e pela disponibilidade de ouvir e contribuir para a minha formação e para o crescimento deste trabalho.

ÍNDICE

Introdução	17
1. Mulher na Sociedade de Classes.	23
1.1. Mulher e Trabalho	23
1.2. A Família Patriarcal	34
1.3. Trabalho Produtivo e Reprodutivo.	40
1.4. Classe e Gênero	46
2. A Mulher no Atual Mundo do Trabalho	59
2.1. Reestruturação Produtiva e Trabalho Feminino	59
2.2. A Força de Trabalho Feminina no Brasil	69
2.3. Precarização do Trabalho	83
2.4. Emprego e Desemprego Feminino.	91
3. Da Experiência Revolucionária na Rússia às Ações Afirmativas	107
3.1. O Marxismo Pensando o Feminismo	107
3.2. Ações Afirmativas: Uma Estratégia para o Fim das Desigualdades?	115
Conclusão	125
Bibliografia:	131

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Condição de atividade das pessoas de 10 anos ou mais	71
Tabela 2 - Taxa de Fecundidade	72
Tabela 3 – Atividades de mulheres que tiveram filhos, por idade	75
Tabela 4 - Taxas femininas de atividade, por posição na família	76
Tabela 5 - Distribuição da população ocupada feminina	78
Tabela 6 – Rendimento médio real dos ocupados, por tipo	80
Tabela 7 - Pessoal ocupado no serviço doméstico remunerado	81
Tabela 8 – Evolução da Distribuição dos Empregos por Setor Econômico	96
Tabela 9 - Distribuição dos ocupados por sexo	101

INTRODUÇÃO

Nos fins da década de 1970 o mundo do trabalho sofreu transformações importantes afetando a vida de milhares de trabalhadores. Particularmente no Brasil, as mudanças nas formas de produção e gerenciamento aconteceram munidas de greves e enfrentamentos por parte dos trabalhadores, tanto contra a ordem autoritária vigente quanto contra as péssimas condições de trabalho aos quais estavam submetidos. O confronto entre capital e trabalho avança para além dos limites das relações de produção em si, especialmente com as mudanças na composição da própria classe trabalhadora. A heterogeneidade do mundo do trabalho vem crescendo com a inserção de mulheres, jovens e negros, apontando uma nova dimensão para ser apreendida pelos movimentos sociais e sindicais.

Este estudo trata especificamente da inserção crescente da mulher no mundo do trabalho, e tem como objetivo o debate sobre classe social e gênero nos estudos sobre a condição feminina. Percebe-se a entrada da mulher cada vez maior no mundo do trabalho capaz de situa-la numa situação de contradição direta com o capital. O aumento de postos de trabalho ocupados por mulheres é, por um lado, reflexo de uma série de conquistas efetivadas ao longo de várias décadas se constituindo enquanto uma conquista parcial dentro do sistema capitalista. No entanto, como se trata de uma conquista parcial, esta inserção ocorre paralela a um período de acentuada exploração da força de trabalho, através da intensificação do trabalho e da diminuição da massa salarial.

Por um longo período da década de 80 as empresas preferiram contratar mulheres para o setor de serviços, pois além de proporcionar-lhes uma remuneração inferior a do homem, utilizava-se o argumento de que a mulher possui características próprias da sua “natureza” como a destreza, a habilidade e a docilidade. Na verdade, as mulheres eram (e são) mal remuneradas historicamente

segundo a justificativa dos mitos quanto a hipotética “*natureza*” da mulher. Somando-se a este fato, as mulheres também não possuíam uma inserção na organização sindical como os homens, talvez este deva ser o atributo da “*docilidade*”.

Com as novas formas de produção, aumento da tecnologia e alteração nas formas de gerencia, cresceu o desemprego, fenômeno denominado de *desemprego estrutural*. O aumento do desemprego ocasiona a desvalorização da força de trabalho perante a menor oferta de empregos e o aumento da oferta de força de trabalho. Neste contexto a mulher se inseriu crescentemente no mundo do trabalho, certamente como uma força de trabalho desvalorizada. Este aumento da contratação de mulheres gerou polêmicas, no início da década de 80, por parte dos trabalhadores. Para eles, o desemprego acentuado se deve ao fato das mulheres se inserir no mercado de trabalho e venderem sua força de trabalho a qualquer custo. Este foi o debate entre os metalúrgicos nos anos 80, como demonstrou SOUZA-LOBO, em seu livro *A classe operária tem dois sexos*.

A heterogeneidade é um nó no mundo do trabalho e vem acompanhada por uma intensa modificação nas relações de trabalho. A fragmentação do trabalho através de medidas como a terceirização, o trabalho *part time*, a subcontratação, etc, enfim são inúmeras as formas de desqualificar o trabalho vivo, contando com a força de trabalho feminina, assim como de jovens e de negros. Contudo, a desvalorização do trabalho feminino não é uma novidade de fim de século. Esta realidade acompanha a história da mulher há bastante tempo, embora possa se dizer que no final do século XX a exploração do trabalho esteja mais intensa devido às novas tecnologias e ao maior controle sobre o trabalho.

Todo esse debate tem por base estruturas ideológicas e conceituais. Por isso, o primeiro capítulo foi dedicado ao estudo dos trabalhos desempenhados por mulheres, em alguns momentos históricos

demonstrando que a mulher sempre esteve presente não somente “*dentro da casa*” como em trabalhos produtivos. Este aspecto do trabalho feminino, amplamente comentado por diversas autoras, encontra espaço de pronto no primeiro capítulo. Contudo, a industrialização foi um marco para o desenvolvimento do capital e, logicamente afetou a vida de homens e mulheres. O pensamento de MARX e ENGELS contribui para localizar a importância da mulher na indústria social, como forma de efetivar sua parcial emancipação.

A opressão da mulher esteve freqüentemente sacramentada por leis e pela conformação da família patriarcal e monogâmica, justificada em lei é uma das mais importantes formas de controle sobre a mulher. A família de o pátrio poder, onde o homem exerce sua tarefa de chefe da família e a mulher cumpre o rito diário da efetivação de seu papel de submissão, simboliza uma estrutura de opressão e controle. Embora, atualmente muitas famílias estejam sendo “chefiadas” por mulheres, a lógica patriarcal ainda parece bastante presente na divisão das tarefas. A mulher ainda é responsável pelo cuidado da casa e dos filhos, mesmo que cumpra uma longa jornada de trabalho “*fora de casa*”. A família patriarcal consagra a dupla jornada de trabalho. Neste sentido, permanece a dicotomia entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo.

O primeiro capítulo pretende tratar de questões conceituais da mulher na sociedade de classes, como a dinâmica do conflito de classes, a estrutura da família patriarcal, a diferença entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo e a utilização dos termos de classe e gênero nas pesquisas sobre mulher. Não cabe um estudo aprofundado da origem da opressão, mas identificar fatores que contribuem para a opressão ou mesmo estruturais para a permanência da opressão e exploração da força de trabalho feminina. Assim, reconhecer a exploração e a opressão da mulher por um longo período da história da humanidade permite perceber que o trabalho sempre foi presente na vida das

mulheres, de diversas formas. As mulheres tanto quanto os homens criaram riquezas para a humanidade e contribuíram para o desenvolvimento das forças produtivas.

No segundo capítulo tratar-se-á do trabalho feminino no período da reestruturação produtiva, cabendo identificar a mulher nas novas formas de produção e sua localização no mundo do trabalho cada vez mais precarizado e fragmentado. Neste item o objetivo é recuperar autores e dados que demonstram como vem aumentando numericamente a quantidade de mulheres em diversos postos de trabalho anteriormente ocupados por homens, ou mesmo como os trabalhos ocupados majoritariamente por mulheres vêm perdendo *status* social provocando a desvalorização representada em termos salariais. Os dados permitem visualizar a expansão da força de trabalho feminina, e as contradições deste crescimento.

Uma das contradições é o aumento do desemprego da força de trabalho feminina. No final da década de 90 as mulheres começam a perder postos de trabalho que na década de 80 eram preferencialmente de mulheres, como no setor de serviços. Esta constatação é baseada nos estudos de LAVINAS e PORCHMAN sobre desemprego. O aumento do desemprego feminino é apontado como proporcional ao aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho. Ambos os autores concordam quanto ao caráter estrutural do desemprego neste período de intensa modificação das normas de trabalho e concentração de capitais, e o quanto vem atingindo as mulheres.

O terceiro capítulo é dedicado as saídas apresentadas, de um lado pelo marxismo onde se retoma a experiência da Revolução Russa enquanto um momento de importantes conquistas femininas. De outro lado, as propostas e experiências apresentadas para diminuir as desigualdades no sistema capitalista. O pensamento marxista teve uma enorme influencia nos movimentos feministas, pois demonstrou como a libertação da mulher está diretamente agregada a libertação de toda humanidade de qualquer controle

voltado para a acumulação de excedentes. As feministas marxistas visualizavam a emancipação feminina em base a construção de um projeto socialista de sociedade onde nem a família seria patriarcal e nem a produção e a organização social seriam coletivas. A Revolução Russa funcionou como um exemplo, capaz de demonstrar o quanto um processo de ruptura, com um determinado sistema, precisa para ser revolucionário transformar todas as relações sociais de opressão.

Mesmo assim, sem grandes momentos de rupturas e revoluções, no capitalismo há momentos de confrontos para a melhoria da vida daqueles que sofrem da opressão e exploração. As saídas para romper com uma situação de opressão sobre as mulheres são apresentadas por algumas autoras, como é o caso de CAPPELLIN defensora das Ações Afirmativas como um meio de acabar com os preconceitos nos locais de trabalho e possibilitar o acesso de mulheres em postos ocupados principalmente por homens. Contrapondo-se as políticas de Ações Afirmativas estão os defensores de uma outra medida para diminuir as desigualdades salariais: o caso do *Comparable Worth*.

A emancipação feminina é um tema complexo pois sua completa realização depende de uma profunda transformação nas relações sociais e nas relações de produção. O presente trabalho tenta apresentar um breve debate quanto a situação atual da mulher trabalhadora no Brasil e as saídas que vem sendo elaboradas para diminuir as desigualdades em um sistema social extremamente desigual. Certamente, as dúvidas acompanharam a feitura do trabalho mais intensamente do que as certezas, mas em um período onde as referencias de contraposição ao capital estão novamente em construção e onde a lógica do consumo desenfreado e do intenso trabalho vem regendo a vida de milhões de pessoas, pode-se dizer que as buscas de soluções para tamanha desigualdade social serão longas e tortuosas.

1. A MULHER NA SOCIEDADE DE CLASSES.

1.1. MULHER E TRABALHO

O trabalho, ao longo da história humana, adotou diferentes formas, atendendo a objetivos diversos, no tocante aos homens e às mulheres. Em sua protoforma representava um meio de sobrevivência humana, ou seja, para que a humanidade pudesse sobreviver e se desenvolver, o homem e a mulher deveriam realizar atividades denominadas trabalho. Segundo MARX

“(...) o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modifica-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (...)” (MARX, 1988: 142).

MARX está tratando não do trabalho instintivo do homem, mas do pertencimento do trabalho ao homem enquanto proprietário de sua força de trabalho. Dessa forma, o homem se diferencia dos outros animais, que agem por instinto, porque antes da realização prática do seu trabalho é capaz de pensar e elaborar o que será realizado. O ser humano objetiva sua idéia na matéria. Como afirmou MARX, o que distingue a melhor abelha do pior arquiteto é que este construiu o favo em sua cabeça antes de fazê-lo efetivamente.

Ao se constituir como um meio de sobrevivência humana, o trabalho realiza a conformação do indivíduo no interior da sociedade em que vive. O posicionamento do homem e da mulher na sociedade se dá em conformidade com o trabalho que cada um realiza. Nas sociedades primitivas a mulher e o homem dividiam as tarefas de acordo com as necessidades e possibilidades individuais de desempenho. Estudos etnográficos mostram que no período precedente à agricultura as mulheres tendiam a ser mais robustas, fazendo crer numa possível participação feminina nas guerras e na caça. Num período em que a sobrevivência dependia exclusivamente da condição humana, época em que era escasso o arsenal de instrumentos para a guerra e caça, tanto o homem quanto a mulher eram imprescindíveis para a sobrevivência coletiva. (BEAUVOIR, 1980: 82-83).

As sociedades primitivas eram múltiplas e nem mesmo os etnógrafos conseguiram desenvolver um estudo que englobasse todas as diferentes formas de organização humana. Por este motivo, existem ainda muitos questionamentos quanto a divisão de trabalho entre homens e mulheres. Entretanto, vale ressaltar que nas sociedades primitivas o elemento biológico, em muitos casos, era um fator determinante no posicionamento da mulher nas atividades de sobrevivência. A reprodução humana, embora uma realização tanto de homens quanto de mulheres, em seus fins, atribuía-se unicamente à mulher a função de gerir e amamentar o bebê. Este fato é apontado por BEAUVOIR como um elemento restritivo à atuação da mulher nas tarefas domésticas, ao menos no período de amamentação. Nas sociedades primitivas atribuía-se uma dimensão bem maior às diferenças biológicas entre homens e mulheres do que nas sociedades atuais. A adoção de métodos anticoncepcionais favoreceu o trabalho feminino não-doméstico, ao mesmo tempo em que as mulheres grávidas, na maioria dos países, passaram a usufruir de uma legislação protetora.

Nas sociedades primitivas o trabalho era quase que inteiramente voltado para a subsistência, preocupação central no cotidiano das comunidades. As mulheres podiam realizar desde atividades

como a caça até a colheita de vegetais e frutos. Em muitas comunidades, o nível de prestígio da mulher era medido pela sua capacidade de procriação. A menstruação e a gravidez eram vistas como uma resultante do poder de “magia” atribuído ao sexo feminino. Por muito tempo o homem desconheceu a sua participação na reprodução da espécie humana. Na medida em que as famílias eram essencialmente poligâmicas, era impossível o conhecimento da paternidade dos filhos. Apenas a maternidade era insofismável.

ENGELS parte do princípio da paternidade desconhecida para sustentar a tese de que a **opressão feminina** teria surgido juntamente com o aparecimento da família monogâmica e da apropriação do excedente. Baseia-se em MORGAN que, a partir de investigações, concluiu que as comunidades primitivas não haviam desenvolvido a agricultura irrigada e organizada, não havia excedentes de produção e nem concentração de qualquer tipo de propriedade. Nestas formas sociais não havia herança, sendo portanto desnecessário o conhecimento da paternidade das crianças. Para ENGELS o controle sobre a mulher ocorre a partir do momento em que surge o excedente. Deste momento em diante surge a família monogâmica e se estrutura uma divisão sexual do trabalho. ENGELS constrói o seu pensamento sobre o antagonismo de classes, afirmando:

“A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”. (ENGELS, 1997: 70).

Segundo ENGELS e MARX, no *Manifesto do Partido Comunista*, a mulher funciona como o operário da família e o homem como o patrão. Embora este pensamento indique um certo exagero conceitual, a designação dos autores indica que a submissão da mulher surge com a sociedade de classes e sugere o papel que ela irá desempenhar na efetuação do trabalho reprodutivo no interior da

família patriarcal.¹² ENGELS completa sua elaboração condicionando a possibilidade de emancipação da mulher à sua entrada na indústria social, ou seja, ao desempenho do trabalho produtivo.

Nas sociedades antigas a mulher desempenhava trabalhos que a mantivessem afastada do comando da produção. Havia uma preocupação em manter a mulher em trabalhos práticos e repetitivos, que não exigissem elaboração. No Egito Antigo, por exemplo, as mulheres ocupavam-se de tarefas como a ceifa de cereais (também realizada por homens) e até mesmo da feitura de combustíveis, o que significava o esmagamento de excrementos de vacas. As atividades eram realizadas em conjunto, homens e mulheres, não se diferenciavam por características de peso ou dificuldades relativas à força física. Neste aspecto homens e mulheres desempenhavam trabalhos com o mesmo grau de dificuldade, embora o comando estivesse sempre nas mãos dos homens, como demonstra SULLEROT:

“Mas se, lá no fundo da escala, podemos ver as mulheres misturadas com os homens, para assegurar o penoso trabalho, no alto da hierarquia a predominância masculina é total: os cargos de escriba eram exclusivamente masculinos, assim como os cargos do Estado” (SULLEROT, 1970: 42).

Na Grécia homérica o trabalho da mulher era basicamente a colheita da azeitona e de vindimas e a realização de atividades ligadas ao trabalho doméstico na casa do patrão. O homem, por outro lado, ocupava-se da agricultura, do gado e das guerras. Normalmente, quando perdia o marido numa guerra por exemplo, passava à condição de escrava. Por vezes era-lhe imposta a escravidão, sem que houvesse qualquer justificativa. (SULLEROT, 1970: 43-47).

¹Sobre trabalho produtivo e reprodutivo trataremos no item seguinte.

Na Idade Média as mulheres trabalhavam especialmente em atividades têxteis e na agricultura. Contudo, neste período, o trabalho não era tão importante e sequer representava um valor moral e honroso como nos dias atuais. As mulheres eram tidas como servas, mesmo quando recebiam um salário em troca. Nesta época havia uma grande variedade de tarefas desenvolvidas pelas mulheres, tais como a confecção de tecidos³, a fabricação de artigos como chapéus, lenços e a preparação de estanho e ouro. Às mulheres não era permitido o acesso à maestria, a não ser que fossem viúvas de maridos que tivessem sido mestres.

O trabalho artesanal era desenvolvido em corporações, nas quais as mulheres trabalhavam recebendo em troca salários cada vez menores. O fato é que estas corporações eram organizadas e dirigidas por homens; as mulheres jamais eram convocadas para participar das decisões de cúpula. Esta realidade evidentemente simbolizava uma estrutura de controle sobre o trabalho feminino, que na prática efetivava uma relação de subordinação a qual a mulher dificilmente teria possibilidades de manter sua sobrevivência sem seguir as regras impostas pelos homens.

A partir do século XV o trabalho feminino passou a sofrer uma maior degradação causada pela diminuição dos salários e pela própria perda do acesso ao trabalho. Somente aquelas que ficavam viúvas de maridos donos de corporações conseguiam se manter, sem ter que se submeter ao casamento ou a condições degradantes de salários. Assim, afirma FREVILLE:

“Na Idade Média, a mulher do povo (...) deve se contentar com um salário extremamente baixo. As corporações se opõem ao trabalho feminino, esforçando-se por suprimir uma concorrência perigosa, que elas julgam desleal. Algumas dentre elas obrigam as

³ Em SULLEROT, *A mulher no Trabalho*, disserta sobre todas as atividades desempenhadas pelas mulheres em diversos períodos históricos, demonstrando que a mulher sempre esteve participando do trabalho produtivo. Um dos tipos de trabalho é realizado na fabricação de tecidos, onde podemos observar a variedade de trabalhos efetuados pelas mulheres.

mulheres a aderir, mas lhes interditam o acesso à maestria. Outras lhes fecham as portas, alegando o caráter muito penoso de suas tarefas. Disso resulta que as mulheres, excluídas das corporações são submetidas às duras condições e aos baixos salários". (FREVILLE in SAFFIOTI, 1976: 34).

Nas sociedades pré-capitalistas, o trabalho produtivo era desempenhado por mulheres, que participavam do sistema produtivo de forma relevante. Entretanto, nos aspectos jurídico, social e político elas permaneciam num nível inferior aos homens. Se acompanharmos o posicionamento da mulher no sistema produtivo a partir das sociedades ditas primitivas, percebemos sua marcante participação e a importância de seu trabalho para o crescimento econômico da época. No entanto, quanto mais as forças produtivas iam-se desenvolvendo, mais as mulheres eram marginalizadas do sistema produtivo. A sociedade capitalista nasce tratando a mulher de forma discriminatória.

A primeira Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra, introduziu a mulher na indústria social, embora submetida a condições precárias em termos salariais e no tocante à jornada de trabalho. A introdução massiva da técnica e das máquinas possibilitou que mulheres e até crianças, com frágil estrutura física, manuseassem a máquina fazendo uso da agilidade e da habilidade. De certa forma, mesmo com limitações, a sociedade capitalista, ao apostar no incremento da máquina, possibilitou a eliminação (inicialmente parcial) da desvantagem da mulher em relação ao homem, quanto a utilização da força física para o desempenho do trabalho. Contudo, permaneceu privando-a da igualdade de fato e de direitos, de modo que conservou estruturas sociais retrógradas com o objetivo de subordinar a mulher e explorar a sua força de trabalho. (SAFFIOTI, 1976: 67).

Era bastante freqüente a participação da mulher nas primeiras indústrias, até porque os homens demoraram a se adaptar à produção cronometrada. A jornada de trabalho imposta pela

fábrica era diferente da que era prevista nas oficinas artesanais. Na era industrial passa a existir um controle bem maior sobre o trabalho. Com a industrialização, o burguês retira seu lucro da mais-valia, mais exatamente da produção e não apenas da comercialização, como ocorria no período mercantilista. O tempo passa a ser um fator fundamental e a mulher, acostumada ao controle de seu trabalho nas corporações comandadas por homens, foi capaz de se adaptar melhor ao controle da fábrica. Ao mesmo tempo, os homens permaneceram resistindo nas oficinas artesanais.

Marx, em seus *Manuscritos econômicos e filosóficos*, retratou a situação das mulheres nas indústrias inglesas no século XIX:

“En las hilaturas inglesas están actualmente ocupados sólo 158.818 hombres y 196.818 mujeres. Por cada 100 obreros hay 103 obreras en las fábricas de algodón del condado de Lancaster y hasta 209 en Escocia. En las fábricas inglesas de lino, en Luds, se contaban 147 obreras por cada 100 obreros (...). También las fábricas de algodón norte americanas ocupaban, en 1833, junto a 18.593 hombres, no menos de 38.927 mujeres. Mediante las transformaciones en el organismo del trabajo le ha correspondido, pues, al sexo femenino, un círculo más amplio de actividade lucrativa (...), las mujeres una posición económica más independiente (...), los dos sexos más aproximados en sus relaciones sociales”. (MARX, 1989: 62).

A difusão do trabalho fabril não se limitou à produção de mercadorias; introduziu também uma nova lógica de vida. A produção acelerada, baseada no tempo cronometrado, criou uma nova mentalidade e consolidou uma sociedade organizada pelos padrões produtivos da época. A incorporação da mulher à indústria aproximou-a dos homens, embora contraditoriamente, a opressão

feminina permanecesse presente. Tal aproximação era insuficiente, pois mesmo na fábrica ou em casa, homens e mulheres não estavam em igualdade de condições.

À medida que as corporações começaram a perder força, em virtude da concorrência imposta pelos produtos fabris manufaturados, as mulheres passaram a ser ainda mais marginalizadas. De um lado, os homens afastados do trabalho artesanal; de outro, os camponeses, privados de suas terras passaram a formar um exercito de trabalhadores disponíveis para vender sua força de trabalho nas fábricas. É neste momento que as mulheres perdem espaço no mundo do trabalho produtivo. Neste sentido, percebe-se que a grande fragilidade da incorporação da mulher no sistema produtivo está no nível superestrutural, pois as regras sociais são baseadas nos preconceitos e na mitificação do papel da mulher na sociedade. Tradicionalmente as mulheres são subvalorizadas em sua capacidade laboral, sempre comparadas aos homens que, por sua vez, fortalecem-se calcados em mitos que justificam a sua “superioridade”. (SAFFIOTI, 1970: 35).

Na verdade é importante que a mulher tenha uma atividade ocupacional, já que isto representa uma fonte de equilíbrio financeiro e pessoal. O trabalho feminino subjugado, quer seja o trabalho doméstico ou qualquer tipo de trabalho produtivo, desvaloriza a própria mulher e miticamente justifica características consideradas propriamente femininas. Não há elementos concretos que possam explicar qualidades inerentes da mulher, como delicadeza, habilidade, disciplina, etc. Se na Antiguidade, em igualdades de condições no tocante à força e resistência física, a mulher foi capaz de desempenhar o mesmo trabalho que o homem; se na Idade Média as mulheres trabalhavam até mesmo na transformação de minerais; se no início da sociedade industrial as mulheres ocuparam o lugar que mais tarde os homens ocupariam; afinal, de onde se constrói esta fragilidade feminina senão em mitos justificadores da opressão que o homem realiza sobre a mulher?

Desde as sociedades antigas até os primórdios do capitalismo a submissão da mulher estava sacramentada nas leis, e objetivadas nas instituições mantenedoras da ordem burguesa. O trabalho é para a mulher uma forma de socialização que a afasta do isolamento doméstico. SAFFIOTI explanou sobre o significado do emprego para a mulher:

“(...) ter um emprego significa participar da vida comum, ser capaz de construí-la, sair da natureza para fazer a cultura, sentir-se menos insegura na vida. Uma atividade ocupacional constitui, portanto, uma fonte de equilíbrio (...)” (SAFFIOTI, 1970: 58).

Conforme a autora ressalta mais adiante no seu livro, sem dúvida o trabalho não é a única fonte de equilíbrio para a mulher, pois a família é uma outra estrutura também fundamental para a consolidação das relações sociais. Mas, o trabalho cria, constitui, fundamenta a consciência e, por isso, se torna um elemento fundante do ser social. Para o capital, o trabalho constitui uma fonte de produção e lucro, seja através do trabalho produtivo ou, por outros meios, do trabalho reprodutivo. Portanto, o trabalho é uma forma de inclusão social na sociedade, voltado para a produção. Os temas trabalho e mulher vêm sendo desenvolvidos por inúmeros autores, já que se trata antes de tudo de um tema complexo que desnuda tanto a questão do gênero como os mecanismos do capital.

Nas décadas de 1980 e 90 surgiram muitas teorias que rediscutiam o trabalho como a categoria central da análise sociológica. Autores como CLAUS OFFE, ANDRÉ GORZ e o próprio HABERMAS apresentavam uma visão de um novo período em que a atividade remunerada não teria mais espaço central para o estudo societal. Para estes autores, uma nova racionalidade estava se impondo, calcada na convicção de que o conflito entre classes sociais já não definia as relações sociais.

O estudo da situação da mulher na sociedade atual, nas décadas de 80 e 90, pretende compreender as relações de gênero também pelo viés classe social e, especialmente no que tange o trabalho seja ele produtivo ou reprodutivo ou em ambos, onde os conflitos sociais se fazem presentes. Por outro lado, as mudanças ocorridas para o gênero feminino passam pelas suas conquistas históricas, englobando não somente o ingresso no trabalho produtivo como as condições deste trabalho.

Dois aspectos podem demonstrar a importância do estudo do trabalho da mulher: o primeiro remete-nos ao papel da força de trabalho para a manutenção do capital, considerada aqui a força realizadora de um trabalho produtivo ou reprodutivo, como possibilidade de sobrevivência humana e de crescimento e reprodução do capital. O debate desenvolvido pelos críticos à centralidade do trabalho, como mote para a análise sociológica, reavalia as condições de reprodução do capital. Para tais autores, o aumento progressivo de tecnologia nos meios de produção passa a ser o fator central para a extração da riqueza e reprodução do capital. Além disso, apresentam uma visão impressionista da nova realidade econômica em que a circulação de dinheiro se faz através de títulos nas bolsas de valores, mecanismos econômicos destinados a aumentar o montante de dinheiro que passaram a ser um outro elemento fundamental para a concentração de riquezas. Por este pensamento, o número de trabalhadores vem diminuindo a cada dia nos meios de produção e isto indicaria um novo rumo para as construções teóricas. Enfim, os seres humanos estariam buscando outras formas de organização que não fosse o trabalho.

OFFE ainda aponta um outro elemento relativo ao fim da especialização. Para ele as mudanças que vêm ocorrendo no processo produtivo, dentre as quais o fim de uma forma de produção baseada no fordismo, retiram do trabalhador uma subjetividade importante para o seu reconhecimento social. Diz OFFE:

“Com a ‘desprofissionalização’ do trabalho, freqüentemente constatado, desaparece também o lado subjetivo da profissão, no sentido de um feixe de deveres e exigências atribuídas a uma determinada função de trabalho, do ‘orgulho profissional’ e seu reconhecimento social” (OFFE, 1989:27).

No entanto, o presente trabalho se contrapõe ao pensamento de OFFE. A desprofissionalização, ou melhor, a desvalorização da especialização, não retira do trabalho a sua subjetividade. Esta é inerente ao homem, independente de sua formação profissional. A subjetividade também deriva da necessidade de sobrevivência. E quanto a isto, tanto o ser humano quanto o capital continuam sobrevivendo através do trabalho.

Nos primórdios os homens produziam valores de uso, de acordo com as suas necessidades. A partir do surgimento do capital, advindo da acumulação, o trabalho passa a produzir valores de troca. Com o fim de criar valor excedente, tudo se transforma em mercadoria, até mesmo o próprio ser humano, este é o centro de conflitos da humanidade: as diferenças de classes e de interesses. O trabalho sistematiza a representação do ser, pois é no seu interino que a consciência se conforma, de acordo com a sua prática diária para a sobrevivência.

O estudo da mulher pelo viés trabalho tenta resgatar o sentido do trabalho para a construção da consciência de classe nas mulheres e reconstruir o sentido da participação das mulheres no trabalho produtivo neste final de século. Trata-se de uma reflexão sobre a situação da mulher, vista como força de trabalho para o capital e que tem por objetivo compreender que lugar ocupa na produção social da sociedade capitalista.

Para tanto, será preciso reconstituir o conceito e a importância da família patriarcal enquanto unidade formadora, aglutinadora e propagadora de valores morais. Além disso, a família historicamente funciona como uma célula de produção e reprodução social, onde a mulher e o homem possuem seus papéis determinados e reforçados por uma divisão sexual do trabalho. Certamente, esta divisão entre os sexos se fundamenta em uma série de mitos e fetiches capazes de contribuir para a permanência desta desigualdade. Por conta desta realidade o item seguinte é dedicado à família patriarcal enquanto uma importante instituição difusora da divisão sexual do trabalho.

1.2. A FAMÍLIA PATRIARCAL

O termo patriarcal ou patriarcado é bastante antigo e apresentou, no decorrer da história, sentidos diferentes, de acordo com a designação empregado. Alguns autores, como Weber, trataram de conceituar o que seria o patriarcado como forma de poder. Nas décadas de 60 e 70 este termo foi bastante utilizado pelas feministas para designar o poder do macho sobre a mulher. Assim, explicita DELPHY:

“Patriarcat est un mot très ancien, qui a changé de sens vers la fin du siècle dernier avec les premières théories des ‘stades’ de l’évolution des sociétés humaines, puis à nouveau à la fin du XX siècle avec la ‘deuxième vague’ du féminisme apparue dans les années 1970 em Occident.

Dans cette nouvelle acception féministe, le patriarcat designe une formation sociale où les homes détiennent le pouvoir, ou encore, plus simplement: le pouvoir des homes. Il est ainsi quasiment synonyme de ‘domination masculine’ ou d’oppression des femmes”. (DELPY, 2000: 141).

Literalmente pode-se compreender patriarcado como o poder do pai e, de fato, trata-se de uma referência a um momento histórico em que ocorre o predomínio do pai na relação familiar. Segundo ENGELS, a família patriarcal surgiu simultaneamente à acumulação privada do excedente produzido. Nas sociedades primitivas comunais, mulheres e homens compartilhavam as responsabilidades pela sobrevivência humana. O ato de gerar uma outra vida era visto como uma singularidade própria da mulher. Não importava identificar o pai da criança, bastava saber quem era a mãe. Entendia-se o ato da reprodução humana como um fenômeno alheio ao homem. Somente a partir do surgimento do excedente e de sua apropriação pelo homem é que se fez procedente a família baseada nas relações monogâmicas. A monogamia servia para identificar o pai e garantir aos filhos o direito à herança. A família patriarcal, onde o poder da chefia é atribuído à figura masculina, como um núcleo da sociedade, reproduz as relações de dominação e de poder econômico, podendo ser entendida também num sistema de dominação-exploração.

O poder possui variadas designações e pode ser compreendido por inúmeros prismas. São insuficientes as pesquisas sobre famílias cujo domínio era feminino, fazendo com que não possa ser datado em um contexto histórico. Este é o dilema suscitado pela formulação de ENGELS: identificar a dominação masculina a partir da consolidação da família monogâmica e da produção do excedente. Segundo SAFFIOTI, a origem da opressão não está situada na família

“(...) O significado de opressão é ambíguo, ora indicando só o fenômeno da dominação, ora sinalizando também o fenômeno da exploração. Por conseguinte, não se concebe a sexualidade como modelada no seio da família, mas como resultante do processo de conquista-imposição do sistema de gênero, que impregna todas as esferas da vida social. Não se trata, pois, de retalhar a realidade social, situando em cada fatia um tipo de processo social ou de relações sociais. Ao contrário, trata-se de estar sempre alerta para se poder detectar a

presença das diferenças-semelhanças de classe nas relações de gênero. Em outros termos, estes dois tipos de relações são absolutamente recorrentes, impregnando todo o tecido social.” (SAFFIOTI, 1990: 19).

Assim, a família patriarcal aglutina uma forma de poder e de domínio, congregando caracteres difundidos por toda a cadeia social capazes de atingir diversas esferas, que vão do espaço privado ao espaço público. Esta é a importância da família patriarcal na análise do estudo de gênero: compreender o poder masculino no modelo familiar dominante nas sociedades atuais e sua difusão social na esfera pública do trabalho.

Por muito tempo a esfera privada da casa absorveu uma dimensão econômica fundamental na consolidação do trabalho e na efetivação da sobrevivência humana. No comunismo primitivo, a casa era uma unidade econômica onde as mulheres realizavam manufaturas domésticas. A indústria doméstica também esteve presente nas sociedades feudais e no período de transição para o modo de produção capitalista. O espaço da casa era também um espaço de produção de valores de uso e de troca. A separação entre casa e trabalho (local de trabalho) consolidou-se com a industrialização e apontou para uma nova distribuição dos papéis sociais. A “casa” não mais se constitui como local privilegiado para o desenvolvimento de atividades remuneradas, como no período em que o artesanato familiar era uma importante fonte de renda de muitas famílias.

Nas sociedades capitalistas porém, a força de trabalho familiar permanece em menor escala. Neste caso, os espaços produtivos se separam, fazendo surgir um local de trabalho produtivo e um outro reprodutivo. Esta separação criou uma realidade bastante controversa para a mulher, na medida que na família patriarcal o homem se desloca para o trabalho produtivo a fim de manter o sustento da família. Numa sociedade extremamente voltada para os ganhos e para o consumo, tem o poder quem

garante a subsistência dos membros familiares. Ao mesmo tempo, o trabalho doméstico entra na esfera da invisibilidade. Este é o sentido da família patriarcal: a propriedade, a posse da casa e os meios de produção estão nas mãos do homem, na forma de pai, de irmão ou de qualquer outro membro representante do gênero masculino nela inserido. (AGUIAR, 1992: 258).

O patriarcalismo é a apropriação masculina das condições de trabalho, dos meios de produção e de subsistência do trabalhador. A mulher permanece enclausurada no âmbito doméstico enquanto o homem esgota-se no trabalho na fábrica, no comércio, etc. Assim estruturada, a sociedade não se dá conta de que a divisão sexual do trabalho permite que determinados membros da família trabalhem, para que outros possam investir o tempo poupado em casa, no trabalho produtivo “fora de casa”. O tempo de trabalho doméstico poupado é alocado à produção capitalista. O núcleo familiar patriarcal reproduz as relações internas de dominação entre homens e mulheres. O homem aparece como dominador e a mulher como a dominada.

A sociedade industrial reafirmou as formas de dominação desde o momento em que instituiu a divisão social do trabalho como condição para a produção de mercadorias. O surgimento da divisão social do trabalho tornou o primado da apropriação do ambiente da vida cotidiana num fenômeno de alienação. Neste sentido, a divisão sexual do trabalho se insere na divisão social do trabalho aguçando a diferença sexista entre os indivíduos e, também a divisão entre o particular e o público. A vida cotidiana se objetiva para o indivíduo como um momento de alienação, tanto para o homem como para a mulher.

A divisão sexual do trabalho pode ser justificada pelas teorias biológicas ou pelas construções sociais. Dizia BEAUVOIR que os seres humanos não nascem homens ou mulheres, eles se tornam homens ou mulheres. Por muito tempo, as teorias que se baseiam nos aspectos biológicos dos seres

humanos serviram para justificar uma suposta submissão natural das mulheres. Assim, “naturalmente” as mulheres eram mais frágeis, fracas, incapazes de pensar ou criar, muito menos administrar. Importantes filósofos, médicos e demais pensadores desenvolveram tais ideologias que passaram a ser incorporadas no cotidiano de homens e mulheres. Podemos nos remeter a alguns autores, como Rousseau que convalida a impotência para as mulheres:

“A natureza das mulheres determina seu destino e elas não devem ir contra ele”. (...) “Elas devem sua impotência ‘ao caminho que a natureza lhes traçou’”. (ROUSSEAU citado em NYE, 1995: 21).

Outra forma de justificar a submissão feminina seria pelo aspecto da reprodução. Aliás, em termos de trabalho, podemos observar que este argumento impossibilitou a inserção de muitas mulheres no trabalho produtivo, tendo em vista sua “vocação” para ter filhos. ARISTÓTELES dizia que o elo que tornara imprescindível a relação do homem com a mulher era a reprodução, cabendo ao homem o poder de mando e à mulher a obediência. Esta disposição de mando/obediência era fruto da natureza voltada para a preservação das espécies. Assim a mulher é comparada ao escravo:

*“(...) Entre os bárbaros a mulher e o escravo se confundem na mesma classe. Isso acontece pelo fato de não lhes ter dado a natureza o instinto do mando, e de ser a união conjugal a de uma escrava com um senhor” (ARISTÓTELES, *Ediouro*: 12).*

Este argumento continuou sendo corroborado pela ciência. No século XIX, biólogos e médicos afirmavam que a estrutura do corpo feminino exigia da mulher mais energia e, portanto, era necessário que ela estivesse regularmente em repouso. A reprodução humana era uma tarefa feminina, como se a fecundação do óvulo não fosse realizada conjuntamente pelo homem e pela mulher.

“Os biólogos e médicos do século XIX afirmavam que o cérebro da mulher era menor que o do homem e que o ovário e o útero exigiam muita energia e repouso para funcionar. ‘Provaram’ que, em consequência, as meninas deveriam ser mantidas longe de escolas e faculdades a partir do momento em que começassem a menstruar e advertiram que, sem esse tipo de precaução, os úteros e ovários das mulheres poderiam se atrofiar e a raça humana se extinguir”. (HUBBARD, 1993:27).

Assim, a família patriarcal utilizou-se de todos estes argumentos para manter a mulher subordinada ao poder do homem, contribuindo para uma divisão sexual do trabalho e para uma inteira separação entre o espaço público e o privado. Notadamente o patriarcado insere-se no modo de produção capitalista e, por isso mesmo, faz-se dissonante separar a ideologia patriarcal do sistema de produção que subordina homens e mulheres ao capital. Segundo ARMSTRONG

“As mulheres são simultaneamente sujeitas ao capitalismo, à dominância masculina e a seus corpos. Colocar a questão de forma alternativa é o mesmo que perguntar se são as idéias ou as condições materiais que estruturam a subordinação das mulheres. Elas são inseparáveis. Elas agem juntas. Patriarcado e capitalismo não são sistemas autônomos, nem mesmo interconectados, mas o mesmo sistema. Como formas integradas, eles devem ser examinados juntos”. (ARMSTRONG, 1983: 29 in SAFFIOTI, 1990:24/25).

Este é o conceito de patriarcalismo que será levado em conta neste trabalho. Uma conjugação de patriarcalismo e capital, interagindo para a constituição de um sistema opressor e explorador, e que faz da mulher uma força de trabalho disponível para a realização do trabalho reprodutivo. Para tanto, o capital utiliza-se de ideologias justificadas por mitos que se reportam à inferioridade da mulher e a sua natureza reprodutora. A família patriarcal objetiva-se como uma instituição de controle onde gênero,

raça e classe se constituem mutuamente como variáveis subordináveis pelos gênero, raça e classe dominantes, ou seja, pelo poder do homem, branco e detentor dos meios de produção.

O poder do homem sobre a mulher na família patriarcal começa pela obrigação da própria mulher em ter que desempenhar o trabalho reprodutivo, essencialmente os cuidados domésticos que invariavelmente são imputados à mulher. Este trabalho reprodutivo confina a mulher no âmbito privado, dificultando o seu acesso ao trabalho produtivo ou mesmo a sua profissionalização e dedicação ao espaço público. Esta controvérsia entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo será analisada no próximo item, a fim de identificar o lugar de cada um na economia capitalista.

1.3. TRABALHO PRODUTIVO E REPRODUTIVO.

Na sociedade capitalista existe uma contraposição bastante marcada entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo. O primeiro é visualizado como aquele que produz mercadorias, gera valor e é remunerado; já o segundo é o que não cria mercadorias, portanto não gera valor de troca e nem é remunerado. A mulher, na história da sociedade de classes, sempre desempenhou ambos os trabalhos, porém esteve marginalizada do trabalho produtivo, ou seja, do trabalho “extra-casa”. Atualmente vem aumentando o número de mulheres no mundo do trabalho, especialmente no setor denominado de serviços. Este item pretende conceituar cada tipo de trabalho e compreender o espaço da mulher na realização do trabalho e sua visualização no conjunto da sociedade.

MARX tratou da contraposição do trabalho produtivo e improdutivo. O sentido de improdutivo assinalado por Marx, não se associa diretamente com o sentido de reprodutivo, porém o estudo de Marx aponta para uma análise do trabalho destinado à prestação de serviços. Neste sentido,

o trabalho reprodutivo pode ser considerado uma prestação de serviços que habitualmente não é remunerada por ser realizada pelo membro feminino da família, e que se destina à reprodução da força de trabalho utilizada pelo capital. Utilizar-se-á os conceitos marxianos para a compreensão destes dois tipos de trabalhos, em que pese a predominância da força de trabalho feminina no desempenho do trabalho reprodutivo.

O trabalho produtivo é aquele que tem por determinação a produção direta de mais-valia, ou seja, aquele trabalho consumido no processo de produção com o objetivo de valorização do capital (MARX, 1969: 108). A mais-valia, por sua vez, é retirada do tempo de trabalho destinado à produção de mercadorias. Este tempo é o excedente do tempo necessário para a sobrevivência do trabalhador. Esta perspectiva é apontada por MARX como um diferencial para a qualificação do trabalho produtivo. A burguesia considera trabalho produtivo todo aquele que está destinado à valorização do capital, resultado final da produção capitalista.

Para o capital o trabalhador é produtivo quando produz mercadorias geradoras de valores de troca. MARX assinala que o trabalhador não pode ser considerado produtivo para o capital simplesmente porque vende a sua força de trabalho. Quando se dá a transação de compra de força de trabalho pelo capitalista, esta mercadoria chamada **força de trabalho** está se constituindo enquanto valor de uso para o dono dos meios de produção, assim como a mercadoria adquirida pelo capitalista para o consumo privado não se transforma em fatores do capital, mas sim valores de uso. (MARX, 1969: 111). Portanto, MARX acrescenta:

“Todo o trabalhador produtivo é um assalariado mas nem todo o assalariado é um trabalhador produtivo”. (MARX, 1969: 111).

Este termo *trabalhador produtivo* indica a relação da força de trabalho e o próprio trabalho no processo de produção capitalista, determinando quem está no mercado de trabalho realizando a produção de valores de troca. (MARX, 1969: 114). O conceito de trabalho produtivo encerra em si mesmo a diferença que existe entre o valor de uso e o valor de troca. Assim, afirma MARX:

“Do que precede resulta que o ser trabalho produtivo é uma determinação daquele trabalho que em si e para si não tem absolutamente nada que ver com o conteúdo determinado do trabalho, com a sua utilidade particular ou o valor de uso peculiar em que se manifesta. (...) Por isso, um trabalho de idêntico conteúdo pode ser produtivo ou improdutivo”. (MARX, 1969: 115).

Na medida em que o trabalhador se submete formalmente ao capital, fornecendo seu trabalho para a geração de valor de troca, estará sendo produtivo no sentido de que seu produto se transformou em mercadoria e esta se transformou em dinheiro para o capitalista. Por isso, os trabalhos considerados serviços públicos (escolas, hospitais, trabalho doméstico, etc.) embora sejam explorados e recebam em troca uma remuneração para continuar desempenhando suas tarefas, tem um caráter **não produtivo** no sentido de geração de valor de troca. Estes trabalhos são denominados trabalhos improdutivos, pois não geram mais-valia.

O serviço desempenhado por um trabalhador é útil como atividade. Se o trabalhador vende a sua força de trabalho para o capitalista, o seu serviço prestado terá para o capitalista um valor de troca, na medida que o trabalhador está vendendo sua força de trabalho para gerar lucro ao capitalista. A transação entre capitalista e trabalhador é M-D-M'. O mesmo ocorre com o trabalhador que gera mercadorias, o movimento de venda da força de trabalho é M-D-M'. Então, o que diferencia os dois

trabalhadores, o produtivo e o improdutivo é que o primeiro produz geração de valores de troca, enquanto gera valor de uso. Esta diferença implica que somente o trabalho produtivo possibilita a reconversão da mais-valia em capital, no momento da troca.

A análise de MARX fornece dados para a compreensão dos significados do trabalho no mundo atual na indústria e no setor de serviços. Além disso, embora Marx não tenha tratado diretamente do trabalho reprodutivo, aponta bases para entender a importância do trabalho reprodutivo como fator de acumulação do capital. O trabalho reprodutivo opera no sentido de fornecer serviços que não geram mais-valia diretamente ao capitalista, mas indiretamente. O trabalho reprodutivo da mulher no interior do lar representa a reprodução da força de trabalho masculina, figurada no cuidado com a casa, com a roupa, com o fornecimento de alimentos e manutenção de toda a sobrevivência humana.

Às mulheres é destinada a tarefa social de reprodução. Esta função se desenvolve em vários sentidos: ela reproduz e dá continuidade à espécie humana, tanto em termos biológicos, quanto nos cuidados com os filhos. É a mulher quem reproduz no interior do lar o trabalho necessário para o bem estar de todos. A existência dos seres humanos somente é possível através da sua capacidade de reprodução enquanto seres humanos. A relação do homem com a natureza ocorre através do trabalho, propiciando a sua reprodução. Para LUKÁCS, Entre os atos de trabalho e a totalidade da formação social, havia um complexo mediador denominado reprodução:

“se o trabalho é a categoria fundante do ser social, a reprodução é a categoria que determina o quê e o como do desenvolvimento social concreto, isto é, que determina os rumos concretos da história, a sucessão ao longo do tempo das diferentes formações sociais.”
(LESSA, 1996: 118).

A mulher ao desempenhar o trabalho reprodutivo está realizando as condições reprodutivas para a força de trabalho. Este trabalho não representa dispêndio para o capitalista; é um trabalho gratuito e invisível. O trabalho improdutivo é visível, assim como o trabalho produtivo, ambos são geradores de valores de troca. O trabalho reprodutivo não gera mais-valia diretamente, porém quando este trabalho tem a tarefa de proporcionar a manutenção da força de trabalho para que o capitalista o utilize para a produção de mais-valia, pode-se afirmar que o trabalho reprodutivo é parte do processo de produção, importando para os donos dos meios de produção que não tenha que ser pago.

O trabalho reprodutivo somente é pago quando a própria família contrata uma trabalhadora para realizar a tarefa. Mesmo que o trabalho reprodutivo seja pago, nele está contido um conjunto de ideologias, onde se configuram a sua desvalorização social. O trabalho reprodutivo é destinado à mulher porque não é considerado um trabalho produtor de valor e porque confina a mulher no espaço doméstico impedindo-a de se libertar da dominação masculina.

A especificidade do trabalho reprodutivo é a manutenção da mercadoria força de trabalho. Se a mulher não realizasse o trabalho de cuidar da casa e de todas as necessidades de sobrevivência humana, o capitalista teria que fornecer outros meios para a manutenção da sua mercadoria força de trabalho. Em outros termos, o capitalista teria que pagar (ao menos em tese) de alguma forma, para ter uma força de trabalho em condições de realizar o trabalho produtivo. Então, na mercadoria força de trabalho também está contida uma subjetividade: o trabalho reprodutivo. Este trabalho tem um caráter social de valor de uso, mas que possibilita a realização da força de trabalho que tem também um valor de troca, ou seja

“Se as mulheres parassem de fazer todo o trabalho pelo qual não são pagas, esta sociedade ficaria paralisada, pois boa parte do trabalho produtivo que os homens executam depende do trabalho ignorado e não pago das mulheres.” (HUBBARD, 1993: 25).

O trabalho reprodutivo não possui um controle temporal e portanto não cria a mais-valia. Mas é um trabalho que se justifica por uma subjetividade definida por mitos, capazes de consolidar uma divisão sexual no desempenho das atividades humanas. A subjetividade quanto ao papel social da mulher, é tão forte que, mesmo que a mulher trabalhe no mundo produtivo, continua sendo a peça chave na estruturação do lar. A reprodução garante as condições favoráveis ao sistema social do capital. Neste sentido, a divisão sexual do trabalho baseia-se numa construção sexuada com acentuada diferença entre os gêneros masculino e feminino, consolidada desde o nascimento até a morte do indivíduo.

Os quantitativos, observados em pesquisas sobre a dupla jornada de trabalho da mulher, demonstram que a atividade desempenhada pelo gênero feminino varia principalmente entre o trabalho produtivo e o reprodutivo. O trabalho reprodutivo remunerado vem sendo realizado por um grande número de mulheres, ressaltando a precarização do trabalho para o gênero feminino. Existindo ainda as permanecem sem qualquer remuneração como as chamadas “do lar”. No que tange ao conjunto de trabalhadoras realizadoras de trabalho produtivo, de uma forma ou de outra, acabam tendo a atribuição de gerir a reprodução da força de trabalho masculina concretizando a dupla ou tripla (para as mulheres que se estudam, trabalham e cuidam da casa) jornada de trabalho.

Esta é uma questão a ser analisada no bojo do debate comumente realizado pelos/as autores/as feministas acerca da dicotomia entre classe social e gênero. A dupla jornada de trabalho é uma realidade das mulheres trabalhadoras, se configurando como uma diferença substancial entre as

mulheres. A opressão é sofrida por todas as mulheres, pobres ou ricas, porém a exploração é característica das mulheres situadas em uma classe social: a dos trabalhadores. Este extenso debate será tratado no próximo item a partir do debate entre classe e gênero feminino e suas controvérsias.

1.4. Classe e Gênero

Na composição sobre a história de opressão da mulher, existe na literatura feminista uma variação entre gênero e classe. Tal variação está fundamentada em dois tipos diferenciados de interpretação sobre a origem e a manutenção da opressão feminina. Estas duas designações utilizadas devem-se às inúmeras teorias ligadas à origem da opressão da mulher, o que leva a muitos questionamentos quanto à situação da mulher, à identificação dos fatores que possibilitaram o surgimento dessa opressão e à descoberta de um caminho para eliminá-la da sociedade. O termo gênero permite pensar as relações de dominação e emancipação, vistas como relações de conflito e de poder entre homens e mulheres. Possibilita ainda tratar a subjetividade feminina e masculina e a construção dos lugares para homens e mulheres na sociedade (ARAÚJO, 2000: 69).

No entanto, o pensamento teórico-científico encontraria limites intransponíveis se tratasse a questão feminina apenas pela ótica das diferenças de gênero. Isto porque a opressão contra a mulher insere-se num contexto de exploração de classe e, embora todas as mulheres sejam oprimidas (independente de sua classe social), nem todas são exploradas. Portanto, a opressão está além do campo essencialmente sexual. O mundo não está dividido simplesmente entre os gêneros masculino e feminino, mas essencialmente entre os detentores dos meios de produção e os detentores de sua força de trabalho. Como afirma BENOIT

“Como as categorias simmelianas, também as ‘relações de gênero’, no discurso atual do feminino, são pensadas, de certo modo, como oposição não-contraditória e apenas relativa. Nesse sentido, as relações de gênero são apenas relações entre pólos complementares, não permitindo que seja pensada qualquer superação do processo de divisão do trabalho que subordina e oprime a mulher, a partir da oposição contraditória entre classes sociais”. (BENOIT, 2000: 82).

Assim, a divisão sexual do trabalho seria um foco fundamental para determinar as atividades tipicamente femininas ou masculinas, até que as tarefas com suas designações específicas começassem a conter na sua subjetividade o seu gênero de origem: essa atividade é para mulheres, esta outra é para homens. A desvalorização de determinado trabalho ocorre de acordo com esta diferença, inicialmente sexual e posteriormente cultural. Este seria um meio de desvalorização do trabalho, advindo do seu caráter de gênero.

Reconstituir os caminhos da opressão feminina na história da humanidade não é propriamente o objetivo deste trabalho. No entanto, a construção de um trabalho sobre mulher deve desde adotar um posicionamento quanto aos termos que serão utilizados e o porquê deles. Este trabalho tenta combinar as contradições sociais entre gênero e classe para designar e compreender a situação da mulher na sociedade atual. Existe uma compreensão do gênero como forma de representação de poder, inserida numa outra contradição denominada conflito de classes. A sociedade é construída tendo por base as diferenças entre as classes dominantes e as dominadas que são capazes de mover as relações sociais, políticas e econômicas de acordo com os seus interesses. A mulher está inserida neste contexto.

A opressão da mulher é uma questão de classe na medida em que, para o capital, a diferença entre homens e mulheres serve como uma justificativa para a consolidação de uma divisão

sexual do trabalho, que se estende da casa até a fábrica, até o comércio, até a escola, e a outros organismos, ou seja, estende-se do trabalho considerado reprodutivo para o trabalho considerado produtivo. As desigualdades entre homens e mulheres não se limitam aos gêneros, mas perpassam pelas classes sociais. De tal forma que a sociedade não se estrutura por categoria de gênero e sim de classes, pois, por mais que todos os homens estejam no patamar do mesmo gênero, certamente nem todos os homens estarão de acordo, quando os salários estiverem baixos ou quando alguns estiverem lucrando com o trabalho de outros. Da mesma forma, as mulheres não possuem uma unidade incondicional por serem mulheres, umas são detentoras dos meios de produção e outras não e isto é um fator de possíveis conflitos.

O debate gênero e classe vêm fazendo parte do estudo sociológico, especialmente após o crescimento dos movimentos feministas. Estes movimentos, associados à uma situação política de contestação operária, ocorridos nos fins da década de 70 no Brasil, trouxeram à tona um enriquecedor questionamento que passou a ser parte integrante da pauta sindical. Em 1978, as trabalhadoras metalúrgicas de São Bernardo realizaram seu primeiro Congresso dando início formal ao debate de questões que já incomodavam as mulheres há algum tempo. No entanto, não se tratou de um Congresso limitado a questões salariais e nem de benefícios empregatícios, embora o mote para o Congresso tivesse sido a ameaça da modificação na legislação sobre o trabalho noturno das operárias. Contudo, as mulheres queriam debater e tirar resoluções sobre a exploração e a dominação sexual que sofriam, dentro e fora da fábrica. LOBO apontou a importância do espaço conquistado pelas trabalhadoras:

“A abertura desse espaço permitiu apenas vislumbrar o desenvolvimento de um feminismo operário, articulando exploração econômica e dominação sexual, capaz de trazer à tona ou reforçar as reivindicações sufocadas do cotidiano das operárias contra o

autoritarismo, a violência sexista, apontado para práticas renovadas que articulassem reivindicações gerais e reivindicações específicas 'levando em conta a totalidade das formas sociais assumidas pelas relações de classe' (Kergoat, 1982)".(SOUZA-LOBO, 116-117).

Esta experiência reafirmou para a Sociologia a necessidade de desenvolver uma conceituação de classe que preveja a heterogeneidade da classe trabalhadora, incluindo as questões específicas de gênero, por serem fundamentais na constituição das relações sociais. Dessa forma, tratar dos antagonismos de classe como estruturadores da sociedade não é o mesmo que homogeneizar a classe, como se todos, ao entrarem no processo de produção passassem a ser absolutamente iguais. Pelo contrário, a análise proposta é partir do antagonismo de classe, compreendendo as contradições no interior da classe trabalhadora como parte das contradições contidas nas relações sociais.

Mas o que é gênero? Diversas feministas ou estudiosas do tema concordam que BEAUVOIR trouxe uma grande contribuição para o termo gênero quando lançou a afirmativa histórica "*Ninguém nasce mulher, torna-se mulher*". Com esta frase BEAUVOIR está dizendo que é preciso aprender a ser mulher, pois não será a determinação biológica que trará todos os encargos destinados ao gênero feminino. A constituição dos gêneros, feminino e masculino, é construída socialmente. Esta compreensão da autora separa o fator biológico do fator social na constituição do indivíduo. Desfaz o atrelamento comum e justificador da opressão realizada sobre a mulher, ao mesmo tempo em que desmitifica a superioridade masculina, derivada da existência do falo. Não é sem precedentes que BEAUVOIR critica a psicanálise por se basear na figura masculina para construir a figura feminina. Quando se dá a incorporação da categoria gênero, ocorre uma dimensão cultural e social que permite compreender o lugar do homem e da mulher na sociedade. Recentemente, as Ciências Sociais têm

utilizado o termo gênero para representar o estudo do feminino, demonstrando que gênero pode ser entendido de variados modos.

Classe social é um termo que contém uma dimensão econômica, social e política, e serve para localizar tanto um indivíduo quanto um grupo na sociedade. As classes sociais diferenciam o poder constituído das sociedades, entre os que dominam e os que estão subordinados. A questão classe inserida no campo de gênero contribui para a diferenciação e a construção de uma singularidade na questão feminina. Diferente da opressão, que atinge a todas as mulheres, unificando-as contra os mecanismos de opressão, a classe divide as mulheres. A localização da mulher na sociedade determina sua consciência, demonstrando que a questão de gênero não se sobrepõe à questão de classe. Como afirmou MARX

“(...) não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. E mesmo as formações nebulosas no cérebro dos homens são sublimações necessárias do seu processo de vida material, empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais.”
(MARX/ENGELS: 1977: 37).

O elemento gênero atua na consciência da mulher, na medida em que a opressão atua diretamente sobre ela. Porém, a classe com a qual a mulher se identifica é a representação da sua vida

material, que possibilita ou não (dependendo da classe) o acesso a maiores riquezas, inclusive efetuando a exploração até mesmo de uma outra mulher. Então, a questão de classe precede a questão de gênero. A sociedade atual é estruturada pela divisão de classes, pelos que dominam e são dominados, pelos que possuem e os que nada têm. A libertação feminina não poderá se realizar se não houver a libertação de todos os subordinados aos ditames do capital.

É inegável que a mulher hoje é mais reconhecida socialmente. Isto se deve a anos, décadas, séculos de movimentos voltados para a libertação feminina do jugo masculino. O domínio patriarcal está em questão por fatores que vão desde a ida da mulher para o mundo do trabalho remunerado até o papel que a mulher desempenha no interior da família, como chefe do lar. Tais conquistas não podem ser diminuídas nem desprezadas, porém devem ter uma dimensão própria ao que lhes cabe.

Os movimentos feministas conseguiram inovar nas formas de protestos e mostraram como o cotidiano se reafirma como um espaço de transformação das relações sociais porque é um espaço político acima de tudo. O cotidiano é o espaço em que homens e mulheres vivem, criam e morrem; é a representação da realidade concreta. Nele percebemos as mulheres oprimidas e o seu caráter policlassista. Esta opressão encontrada em diversas classes sociais é um elemento da contradição que atinge outros segmentos sociais, como os negros. A contradição está no fato de uma mulher que compõe a classe dominante sofrer a violência doméstica da mesma forma que uma mulher destituída de qualquer tipo de riqueza, e talvez pelos mesmos motivos. As contradições são vivenciadas no cotidiano, por isso precisamos compreendê-lo como um caminho importante para o estudo de gênero.

As mulheres por mais oprimidas que sejam, incorporam a ideologia de sua classe social. Na Idade Média, as viúvas tinham o direito de herdar a propriedade do marido, assumindo a posição de proprietárias. Assim que o marido falecesse, ela poderia dar encaminhamento aos seus negócios. Os conflitos entre mulheres “donas” e mulheres trabalhadoras eram intensos, não havia qualquer colaboração entre elas, ao contrário, havia muita exploração. Elas faziam parte de classes sociais distintas e oponentes. A condição econômica compromete cada indivíduo à sua classe, mesmo porque cada um irá desempenhar um papel social de acordo com as suas expectativas perante o meio em que vive.

Na própria Antiguidade, ao lado da escravidão dos homens existia a das mulheres, que além de obrigá-las a trabalhos forçados de toda ordem, submetia-as a ter o corpo usado para a satisfação sexual do senhor. A exploração da sexualidade feminina faz parte da opressão que ela sofre e se repete no decorrer dos tempos. Na Roma Antiga, assim como na Grécia e no Egito, homens e mulheres eram escravizados, mas com uma sutil diferença. Nos mercados de escravos as mulheres eram divididas em dois grupos: escravas de trabalho e escravas de prazer. (SULLEROT, 1970: 42-47).⁴ Por um lado, tal divisão apenas acentuava a subordinação da mulher, na medida em que ela era usada como objeto de prazer. Por outro, impunha-lhe uma sobrecarga ainda maior, visto que tinha que destinar não somente seu trabalho mas também seu corpo aos desejos do homem. Essa opressão era vivida por escravas, mas certamente aquelas que não o eram também tinham que servir sexualmente o homem, até mesmo para realizar a reprodução.

Mas na história Antiga houve sociedades em que a mulher possuía poder e conseguia livrar-se da subordinação. Era o que ocorria em Gália e na Germânia. Nestes países, as comunidades viviam em

regime tribal comunitário. As mulheres germanas realizavam a guerra, eram juízas e também cuidavam do gado e da agricultura. Nestas sociedades não havia o predomínio da propriedade privada, fator interessante para identificar as condições das mulheres de acordo com a sociedade em que vivem. Muitos autores apontam que em sociedades comunitárias as mulheres tendiam a ter liberdade, o que faz com que se acredite numa associação da opressão da mulher com sociedades em que predomina a propriedade privada.

Cada período histórico caracterizava-se por uma determinada forma de controle sobre as mulheres, à exceção de certas comunidades tribais onde ocorria uma maior igualdade entre os gêneros. Mas, de qualquer forma, o controle era efetivado pela família. Na Idade Média, por exemplo, a família decidia todos os rumos de cada um de seus membros. O casamento era uma instituição que tinha como determinante os interesses das duas famílias envolvidas. Um homem e uma mulher, ao se associarem em um laço matrimonial, não precisavam ter qualquer tipo de envolvimento emocional. Na modernidade o casamento toma uma outra forma; o amor passa a ser um dado importante para que ocorra o enlace. Já na época moderna, um outro componente importante é introduzido na relação, o romantismo, que não deixa de ser uma forma de controle já que a mulher representada pela “mocinha” é supostamente tão frágil que necessita de um “príncipe” para ser “salva”. O romantismo inaugurou e aprofundou a relação entre os gêneros, contudo, ao mesmo tempo, fortifica o homem e fragiliza a mulher.

Nos dias atuais o amor romântico permanece como referência para a constituição da família. Na verdade, é uma forma de controle sobre os membros da sociedade, baseada na idealização de uma

⁴ SULLEROT, Evelyne. A mulher no trabalho. Coleção História e Sociologia. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1970: 42-47.

realidade que se mostra totalmente adversa às fantasias construídas pelo romantismo. Embora pareça algo dissociado do mundo do trabalho, o fato é que, através de falsas idéias do real que tal modelo de relação continua oprimindo e explorando homens e mulheres, subordinando uns aos outros por serem diferentes. Todas as subjetividades contidas em cada ser social vão ter eco no cotidiano do trabalho, visto que vão refletir na reprodução da sobrevivência humana.

Neste sentido, no tocante aos movimentos de libertação da mulher nas décadas de 60 e 70, houve um enfrentamento caracterizado por uma oposição a esta ordem burguesa . Questionaram-se as idéias românticas, o casamento nos moldes patriarcais, a sexualidade oprimida imputada as mulheres e todos os outros tipos de controle. No entanto, no que tange à questão de classe, a libertação conquistada ficou estagnada, mantendo as mulheres que fazem parte das classes sociais dominadas, àquelas que vivem do seu trabalho, numa condição de exploração combinada com a opressão. SAFFIOTI sintetizou os limites ditados pelo capital para a libertação feminina:

“a história, corroborando o pensamento lógico, tem demonstrado que aquela liberação só ocorre em aspectos da vida que não interferem na margem de manipulação que o sistema guarda em relação às mulheres enquanto força de trabalho. Assim, a liberação sexual, em circunstâncias de abundância de métodos anticoncepcionais extremamente eficazes, não constitui nenhuma ameaça ao bom desenrolar do processo de acumulação de capital”.
(SAFFIOTI, 1981: 34).

Ou seja, várias conquistas ocorreram e foram importantes para a libertação feminina, mas o que está no cerne do capital é a relação da força de trabalho. A mulher enquanto força de trabalho e em razão das opressões históricas que sofre, tende a ser considerada menos qualificada e, portanto, passível

de receber menos que o homem. Nesse aspecto, a emancipação feminina certamente não se limita ao âmbito do trabalho pois fatores sociais, históricos e culturais se repetem e, muitas vezes, se intensificam no ambiente de trabalho. Os debates suscitados a partir de atos de protesto dos movimentos feministas, desde a Revolução Francesa até os anos 60 e 70, fizeram com que a mulher adotasse novas posturas, possibilitando enfim uma transformação cultural e ampliando a consciência de sua condição de submissão. Entretanto, as maiores contradições situam-se no limiar da luta de classes.

A heterogeneidade da classe trabalhadora não é fenômeno atual. Abrange elementos como gênero, etnia, grupos regionais, jovens e idosos. Embora não visualizada, sempre esteve presente, e se concretiza na divisão social do trabalho e na divisão sexual do trabalho. No tocante à mulher, a divisão sexual do trabalho se dá no âmbito do trabalho “fora de casa” e do trabalho “dentro de casa”, fazendo com que complete uma dupla jornada de trabalho destituída de qualquer valorização. Esta divisão é sustentada por uma ideologia opressora que atinge todas as mulheres, mas que somente se concretiza para a mulher trabalhadora. Em relação à mulher da classe dominante, surgem duas possibilidades: ou ela paga a uma outra mulher para realizar as tarefas domésticas ou opta por ela mesma realizá-las.

O surgimento da divisão social do trabalho tornou o primado da apropriação do ambiente da vida cotidiana um fenômeno de alienação. A capacidade de integração do indivíduo com a totalidade (o mundo) converte-se em uma capacidade específica dos representantes de algumas atividades intelectuais, indivíduos que pertencem a uma determinada classe ou a estratos dominantes ou que provêm de suas fileiras.⁵ O mesmo pode-se afirmar em relação à divisão sexual do trabalho, ressaltando-se que na dominação inclui-se o fator gênero, também responsável pela alienação capaz de manter a mulher num estado de submissão quase total.

⁵ Este tema é amplamente tratado por Agnes Heller no seu livro *Sociologia da vida cotidiana*.

Nas décadas de 80 e 90, surgiram inúmeras teorias afirmando que os trabalhadores tendiam a se organizar politicamente em movimentos populares, associação de moradores, movimentos feministas e de negros, enfim qualquer forma de organização, exceto o sindicato. O que invalida tais teorias é pensar que, em ambientes e cotidianos tão diversos, haverá sempre um fator comum aos indivíduos de tais grupos, embora todos eles possuam um diferenciador capaz de uni-los ou separá-los: a classe a que cada membro pertence. Este é o divisor de águas que permanece no meio de muitos desses grupos, como no movimento de mulheres. Mas, qual a importância de definir a classe social que atua no grupo?

Partindo da própria questão de gênero, a face policlassista impõe alguns limites que são observados nos dias atuais. Inúmeras conquistas podem ser computadas neste século, tais como, os métodos anticoncepcionais, a lei do divórcio, um espaço crescente no mundo do trabalho produtivo, as leis de defesa do trabalho feminino, enfim, vitórias que renderam às mulheres uma emancipação extremamente parcial, porém considerável, haja vista o espaço reservado à mulher na sociedade atual. No entanto, todas estas conquistas esbarram na necessidade de ultrapassá-las, no sentido de superá-las e ganhar horizontes ainda maiores. Contudo, para que isso ocorra será preciso um confronto direto com o capital, pois a opressão está conjugada com um sistema de exploração e de acúmulo de riquezas. O argumento da opressão, baseado no preconceito, na discriminação, na eliminação da singularidade, categorias que o capital utiliza para melhor explorar, somente poderá ser superado quando mulheres e homens atingirem uma consciência de classe. BRAVERMAN, explicita o conceito de consciência de classe:

“A consciência de classe é aquele estado de coesão social refletido no entendimento e atividades de uma classe ou segmento de uma classe. Sua ‘expressão absoluta’ é uma atividade

generalizada e durável por parte de uma classe no sentido de sua posição na sociedade. Sua 'expressão relativa' a longo prazo encontra-se nas tradições lentamente cambiantes, experiências, instrução e organização da classe. Sua 'expressão relativa a curto prazo' é um complexo dinâmico de estados de espírito e sentimentos afetados pelas circunstâncias e cambiantes com eles, às vezes, em períodos de depressão e conflito, quase de dia a dia. Estas 3 expressões da consciência de classe estão interligadas entre si: mudanças no estado de espírito ensejam e exprimem o reservatório subjacente das atitudes de classe que, embora possa estar no fundo, muito abaixo da superfície, jamais está totalmente exaurido". (BRAVERMAN, 1977: 36).

É preciso que trabalhadores e trabalhadoras se unam, no sentido de realizar as diferenças que existem entre os gêneros, numa tentativa não de escondê-las, mas de superá-las. Talvez seja este o caminho que possibilite compreender tais diferenças de forma eqüitativa entre os gêneros, as raças, os grupos regionais, os homossexuais e os heterossexuais. É certo que o capital se adequa enquanto pode a situações mais diversas para poder sobreviver e continuar retirando do ser humano e da natureza a sua fonte de vida. Ao longo do tempo, o capital veio suportando as mudanças relativas à família e aos papéis atribuídos a seus membros. A mulher, por exemplo, desempenha uma tarefa extra-doméstica sem deixar de cuidar da casa e dos filhos.

Embora todas as mulheres sejam oprimidas, nem todas são exploradas. A conjugação opressão/exploração afeta, na maioria das vezes, as mulheres trabalhadoras. Evidencia-se que a opressão dissemina-se de diferentes formas, quando atinge mulheres da classe dominante, sobretudo se as compararmos às mulheres pertencentes à classe dominada. A própria jornada dupla corrobora esta afirmativa. A mulher que possui condições de manter uma empregada doméstica certamente está destituída do incomodo de desempenhar atividades que a mulher trabalhadora terá, obrigatoriamente que fazer. A opressão está presente nos dois casos, porque a representação da mulher tanto na família

burguesa quanto na família prole é a mesma. Ambas têm responsabilidades com o lar, com os cuidados da casa, dos filhos e do marido. A diferença reside no fato de que a mulher burguesa pode explorar outra mulher para realizar esta tarefa.

Este debate demonstra que a questão da opressão e da exploração da mulher, assim como a dos negros, dos índios e quaisquer grupos que componham e sofram preconceito social, jamais pode ser tratada separadamente do contexto capitalista. O próprio capitalismo, enquanto forma de realização do capital, funciona nos marcos de classe e se caracteriza por um sistema em conflito. Sua sobrevivência depende da dissolução destes conflitos, não no sentido de sua resolução efetiva mas na implementação de paliativos que confundam aqueles que são vítimas dos seus mecanismos. Para tanto, a ideologia compreendida como falsa consciência, penetra no pensamento humano através das diversas instituições mantenedoras da ordem vigente e se dissipa como “a verdade” inquestionável.

O próximo item tratará especificamente do trabalho feminino no período da reestruturação produtiva, utilizando dados relativos às décadas de 80 e 90 com o intuito de identificar o lugar da mulher neste fim de século no mundo do trabalho. A abordagem está dedicada a compreender a mulher num estágio de adoção, por parte do capital, de novas formas de produção a fim de gerir a queda da taxa de lucro.

2) A MULHER NO ATUAL MUNDO DO TRABALHO

2.1 Reestruturação produtiva e trabalho feminino.

A crise do fordismo, iniciada nos fins da década de 60, mostrou a incapacidade do capitalismo, baseado em métodos rígidos de produção, em dar resposta às contradições econômicas e políticas inerentes a um sistema em que o acúmulo de capital é a força motriz. A nova fórmula encontrada, com vistas às ampliações do mercado, teria que quebrar a rigidez da produção em massa para que fossem alcançados novos mercados consumidores. A acumulação flexível, como a fórmula é chamada, caracteriza-se pela implantação de métodos produtivos para um consumo seletivo, através da fabricação de bens de pouca durabilidade, o que possibilita maior rapidez de absorção pelo mercado. Esta forma de acumulação se apóia em processos de trabalho cada vez mais flexíveis e nos novos padrões de consumo.

Nesta reestruturação do capital a indústria tendeu a uma forte retração na produção, embora novos pólos industriais tenham sido criados em regiões nunca antes pensadas. Enquanto isso, o setor de serviços vem se expandindo e criando novos empregos. Segundo HARVEY:

“ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalhadores, dos produtos e padrões de consumo (...) A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setores de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas.” (HARVEY, 1995:140).

Tais mudanças no modo de acumulação e produção certamente não ocorrem de forma isolada em algumas fábricas. O processo de reestruturação produtiva desenvolve-se num período de esgotamento de uma forma de produção, além de combinar com um período histórico de maior recessão e maiores mobilizações por parte da classe trabalhadora. Nesta fase surge uma conceituação que tentaria explicar a transnacionalização do capital nas suas variadas formas: a mundialização do capital.

Diversos setores das classes dominantes divulgam a “Globalização” como um acontecimento homogêneo e inevitável. Há, de certa forma, uma fetichização das relações em geral (produtivas, de gênero, raciais, etc) em função dos mecanismos que o capital vem adotando para impor a produtividade intensiva. Este elemento vem associado a uma sociedade voltada para o consumo, onde é considerado cidadão aquele que pode consumir. Neste sentido, continentes como África, Ásia e América (em sua maior parte) estariam a margem deste mundo “globalizado”, tanto econômica quanto culturalmente. Por outro lado, encontramos análises sobre globalização que parecem mais próximas do real, como observamos nas palavras de CHESNAIS, que considera este período como um estado da “mundialização do capital”. Assim, ele a define como:

“O quadro político e institucional no qual um modo específico de funcionamento do capitalismo foi se constituindo, desde o início dos anos 80, em decorrência de políticas de liberalização e de desregulamentação das trocas, do trabalho e das finanças adotadas pelos governos dos países industriais, encabeçados pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha”. (CHESNAIS, 1997:07).

Globalizar os mercados, o modo de vida, as culturas, etc, parece ter o objetivo de melhorar as condições para a produção e de se contrapor à tendência da queda da taxa de lucro (MARTINS, 1999:

51). Este processo concretiza-se em nível mundial e incorpora a forma de acumulação flexível, assim como acontece com tantas outras lógicas destrutivas, do ponto de vista das forças produtivas, na tentativa de universalizar tanto um modo de produção como um modo de vida voltado para o intenso consumo. O desenvolvimento da reestruturação produtiva favorece a transnacionalização do capital, na medida em que além de padronizar formas de produção que servem para todas as empresas em geral, também globaliza a produção e o consumo. Cada vez mais as empresas circulam de país em país, procurando melhores condições de produção e lucro. Cada vez mais os produtos são iguais, em todos os lugares do mundo, favorecendo um processo de aumento progressivo da circulação de mercadorias que visa à intensa reprodução do capital. Assim, facilmente montam-se e desmontam-se fábricas onde quer que sejam oferecidas mais vantagens tributárias, onde o salário dos trabalhadores estejam mais rebaixados e onde o movimento sindical seja incipiente, inexistente ou desmobilizado.

A mundialização do capital promove uma liberdade para que o capital possa se deslocar com facilidade, produzir e vender pelos valores que lhe aprouver. Trata-se da conformação de poucos e gigantescos oligopólios, com o poder de dominar a economia e contar com o Estado como seu mais forte aliado. O Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), instituído na década de 90 pelo ex-presidente Collor de Mello, exemplifica a atuação do Estado na reestruturação das formas de produção e trabalho, e ao mesmo tempo, expõe sua posição amplamente afinada com o neoliberalismo. O programa incentiva as empresas a procurarem um processo de gestão que vise o aumento da produtividade e da qualidade com o objetivo de ampliar a sua competitividade. Esta política veio acompanhada de fortes ataques aos sindicatos, configurada em e de um programa de privatizações, que vai se efetivar quase que completamente no governo de Fernando Henrique Cardoso. (FRANÇA, 2000: 48).

Este período também conta com uma intensa influência do capital financeiro, fator que contribui para poucos investimentos em capital produtivo gerando diminuição ainda maior no quadro de

empregos no mundo. Esta é a forma mais imperiosa do fetichismo do capital: dinheiro parece gerar dinheiro, como se o próprio capital pudesse ser auto-suficiente no seu crescimento. O que se observa, porém, é uma intensa exploração da força de trabalho e uma diminuição progressiva dos postos de trabalho, conformando uma massa de miseráveis.

Este processo de recomposição do capital é visualizado por vários autores. Para Harvey a necessidade de mudança de uma forma de produção rígida para uma forma mais flexível era uma aposta do capital a fim de conter a sua própria contradição. Segundo este autor, a contradição do capitalismo e o motivo de sua crise são a falta do crescimento. Este crescimento está baseado na exploração do trabalho vivo. Por este motivo, nesta fase de reestruturação **o controle do trabalho é um elemento vital**. Isto não impede que a organização estatal e a tecnologia tenham um enorme grau de importância, pelo contrário, são palafitas para a perpetuação do sistema capitalista. Assim, a acumulação flexível se apóia com maior intensidade na jornada de trabalho em relação ao salário pago. Em última análise, é o que Marx denominou de mais-valia relativa.

Marx demonstrou que o valor de uma mercadoria tem sua grandeza no tempo de trabalho necessário despendido para a sua produção. Este tempo de trabalho necessário varia de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas, o que inclui entre outras coisas, o nível de desenvolvimento da ciência e a aplicação tecnológica, a combinação social do processo de produção, os meios de produção e as condições naturais. Portanto, quanto melhores forem para o capital as condições de diminuir o tempo necessário de recomposição da força de trabalho, maior será o valor de troca desta mercadoria. O recente processo de reestruturação produtiva contém dois aspectos relativos ao desenvolvimento das forças produtivas: a aplicabilidade de uma tecnologia bastante desenvolvida e a racionalidade do gerenciamento do processo de produção, voltada para a diminuição do tempo de trabalho necessário e para a maior produtividade. Tanto a alta tecnologia quanto o gerenciamento apurado favorecem a

circulação ampliada da mercadoria, ou seja, o capital atinge dimensões que extrapolam as fronteiras nacionais, aprofundando o ciclo de circulação das mercadorias.

Neste estágio do capital, todas as coisas têm valor de troca e seu valor de uso, intrínseco à mercadoria, evidencia a representação social de uma sociedade voltada para um consumo desenfreado. O capital cria necessidades quando fabrica uma mercadoria ou cria um serviço, antes desnecessário mas que passa a fazer parte da vida cotidiana de homens e mulheres, crianças e idosos e todo e qualquer membro das sociedades que possa adquiri-los de alguma forma. A produção acelerada de mercadorias e a constituição de uma rede de serviços pagos pelo indivíduo para um suposto “bem-estar”, estrutura um modelo de mecanismo social onde se aumenta a quantidade de trabalho para acompanhar a aquisição, cada vez mais “necessária”, de produtos e serviços. Em outras palavras, o trabalho é um meio não somente para a sobrevivência humana mas para a realização do consumo totalmente fetichizado e compulsivo.

A sociedade industrial estabeleceu o trabalho assalariado e a sociedade de consumo transformando os seres humanos em força de trabalho livre. Esta conformação social data da primeira Revolução Industrial na Inglaterra e vem passando por diversos estágios de crescimento até os dias atuais. Equivale a uma modernidade simbolizada por uma intensificação da vida urbana excludente, na medida em que nem todos conseguem vender sua força de trabalho e, portanto, nem todos participam desta sociedade dirigida pelos ditames do capital. Tal sociedade denominada de capitalista é uma das muitas formas de realização do capital e se aprofunda em uma crise de gestão dos limites de sobrevivência do capital.

O fordismo foi uma forma de produção e gerenciamento, inventada para desenvolver o aumento da produção e conformar um elevado número de consumidores. A produção em série, desempenhada

por trabalhadores especializados, controlados por uma espécie de capataz da empresa, aumentou a produtividade, os empregos e possibilitou uma aceleração na modernização de mais e mais cidades. Em todas as faixas salariais era possível o consumo de bens duráveis ou não duráveis, divulgados pelos meios de comunicação a fim de construir uma idealização da mercadoria. O fordismo contou com o apoio do Estado do tipo keynesiano, voltado para reativação da economia, a partir do aumento de empregos e, conseqüentemente, do consumo. O século XX acolheu a intensificação do trabalho, das tecnologias e do consumo, consolidando uma sociedade propensa à corrosão das relações humanas pelo individualismo.

A cadeia de produção fordista era hierarquizada de forma que as estruturas de comando mais baixas tinham uma menor possibilidade de tomada de decisões. A divisão social do trabalho estava a serviço de uma produção padronizada, demandando um controle absoluto para maior perfeição na fabricação das mercadorias. Este sistema, embora compusesse uma maquinaria altamente produtiva, era lento para absorver mudanças rápidas do mercado local e mundial. Porém, foi este método de produção que colocou a indústria automobilística de Ford e tantas outras que seguiram os seus padrões, no topo da produção mundial padronizada, servindo como modelo para outros tipos de empresas. O fordismo passou a ser uma referência para a gestão, para a produção e até mesmo para as diferentes formas de prestação de serviços. (RIFKIN, 1995: 96-102).

A produção em massa não funcionou de forma homogênea em todo o mundo. O Japão, após sua derrota na 2ª Guerra Mundial, começou a desenvolver um modo de produção que atendesse a uma necessidade restrita, combinando alta tecnologia com uma gerência determinada a utilizar menos recursos e menos trabalhadores. O toyotismo, inventado por Taiichi Ohno (vice-presidente da Toyota por muitos anos), faz parte da história da reestruturação, porque lançou métodos que atualmente, em vários países, se mesclam com modelos fordistas de produção. Estes métodos passaram a atingir

diversos locais de trabalho, não ligados ao setor industrial. Isto pode ser observado no próprio setor terciário, através da implementação da automação e das formas de controle sobre o trabalho. As pequenas e médias empresas também adotam o tipo de gestão e organização do trabalho toyotista, quando utilizam a subcontratação, o tempo parcial de trabalho e a flexibilidade para a contratação.

GOUNET explica o pensamento de Taiichi Ohno:

“Em que consiste o ohnismo? A questão central para Taiichi Ohno é a seguinte: ‘O que fazer para elevar a produtividade quando as quantidades não se elevam?(...)’. É o problema da eficácia em tempos de crescimento lento. O fordismo podia se desenvolver em uma economia em plena ascensão. (...) Porém quando a demanda não cresce ou cresce debilmente, torna-se pouco eficaz. Os estoques se acumulam, já não achando compradores. E tais reservas trazem custos. O ohnismo é uma resposta a essa nova situação de crescimento lento.” (GOUNET, 1999: 65).

O toyotismo difunde-se mundialmente a partir dos anos 80, afinado com o período em que a mundialização do capital entra em um momento de maior predominância. ALVES afirma que um dos aspectos essenciais do toyotismo é a captura da subjetividade dos trabalhadores pelo capital, levando a conclusão de que as transformações apontadas por este método japonês se baseiam especialmente na gestão da força de trabalho. Nas demais formas de produção utilizadas pela Toyota percebe-se um tipo de racionalização do trabalho que não rompe com os métodos do taylorismo-fordismo. (ALVES, 2000: 30-31). A consolidação do capital depende do trabalho vivo, elemento pelo qual os métodos toyotistas não somente contribuíram para o crescimento da indústria automobilística japonesa, mas também exercem uma influência marcante em empresas de todo o mundo, a ponto de várias delas adotarem-nos. Os métodos da Toyota atenderam às necessidades de recomposição do capital a nível mundial, no bojo da mundialização do capital e possibilitaram a criação de uma nova racionalidade do trabalho.

ANTUNES vê esta reestruturação como uma tentativa do capital de recompor o seu ciclo de reprodução e manter suas formas de dominação. A reestruturação seria uma tentativa de solucionar uma crise de caráter estrutural do capital. Para tanto foi preciso modificar o próprio processo produtivo com o objetivo de dominar, controlar e retomar a hegemonia no conjunto da sociedade capitalista. A adoção de uma fórmula de acumulação flexível significou para o mundo do trabalho uma enorme precarização nas relações de trabalho – diminuição do emprego fixo e aumento de empregos flexíveis (*part time*, subcontratação, terceirização), assim como maior intensidade de trabalho e menor remuneração (ANTUNES, 1999: 35-51).

Nas fábricas este processo significou um aumento acentuado da automação e mudanças organizacionais nas formas de gerenciamento. O objetivo é diminuir pela metade os gastos com o trabalho vivo, com os recursos e com o espaço utilizado para a produção. A reestruturação produtiva buscou e busca uma intensificação do controle sobre o trabalho como forma de propiciar um aumento e uma maior rapidez na produção, além de cooptar os próprios trabalhadores e as trabalhadoras para uma visão da empresa como uma “grande família”, onde os melhores funcionários (os mais produtivos) participam percentualmente dos lucros. O caso da Fiat em 1973 é um exemplo clássico: a utilização de métodos de automação com objetivos econômicos, políticos e sociais – o controle social no interior da fábrica:

“O robogate foi estudado e construído para responder as exigências sociais e técnicas da estamparia. Em nível social os objetivos eram: a) A expulsão dos operários qualificados (na verdade, a proporção de operários diretos na produção cai de 70% para 10%)”. Os operários diretos são marginalizados e isolados em tarefas de carga e descarga (...). (HARVEY, 1995:131).

No novo modelo deu-se fim à hierarquia própria do fordismo, horizontalizando as relações humanas no interior da empresa. Assim, engenheiros, designers e operários interagem e tomam decisões. Isto justifica o discurso pela qualificação dos trabalhadores. A exigência de maior escolarização, voltada para um entendimento global de um determinado processo, para a resolução de problemas inesperados, mas passíveis de acontecer, aponta para um trabalho mais automatizado em que especializações parecem pouco necessárias. O discurso da qualificação se insere no contexto das normas de qualidade obrigatórias para a competição no mercado internacional. Para isso serve, por exemplo, os certificados ISO 9000. Estes certificados apresentam uma série de regras capaz de identificar se está apta a disputar o mercado consumidor. Tais regras padronizam as formas de gerenciamento, de trabalho e até mesmo da segurança no local de trabalho visando a “qualidade total”. Ser merecedor de um certificado deste tipo representa estar credenciado para o mercado como uma empresa que fornece produtos ou serviços de “total qualidade”. O que muitos desconhecem é o quanto custa para aos trabalhadores estarem condicionados a regras rígidas, que estimulam o aumento de trabalho e a competição acirrada entre os próprios trabalhadores. Além disso, o consumidor é estimulado a acreditar numa qualidade incompatível com o que poderia atender as suas necessidades reais, já que através de uma lógica de produção destrutiva as mercadorias passam a ter um caráter predominantemente descartável. Esta lógica destrutiva da produção atinge logicamente a conformação das forças produtivas, se levarmos em conta que, em tais condições, tanto o ser humano quanto a natureza passam a fazer parte de um contexto onde o supérfluo, o descartável possui mais valor.

No entanto, a reestruturação ocorre de forma desigual no mundo. Na prática, existe uma mesclagem entre o modo de produção fordista e as novas formas adotadas na reestruturação produtiva. No Brasil, por exemplo, isto fica demonstrado quando observamos os dados acerca dos baixos índices de utilização da robótica e da automação, o que indica que a reestruturação produtiva se enquadra mais nas formas de gerência e controle sob o trabalho. Esta nova fase não pode ser vista de maneira

estaque, pois outros elementos como a situação do Brasil em nível internacional possibilita um determinado tipo de transformação na produção. (LEITE, 1994: 568).

O trabalho feminino passa a ser característico neste período de reestruturação produtiva. A partir da década de 80 o crescimento de postos de trabalho para mulheres é superior ao dos homens (como já vimos anteriormente). Este fator se deve à redução dos postos de trabalho na indústria, que pode ser explicada pela intensa automação, pela redução na produção e pela utilização de formas precárias de trabalho, como a terceirização. No Brasil, a reestruturação produtiva começou a ser implantada em função de uma aguda crise econômica. No período intitulado de “milagre econômico”, a indústria obteve um rápido e intenso crescimento, com base na produção de bens de consumo durável (na época, este setor obteve um crescimento de 23,6% a.a.). (GREMAUD, 1999: 300-301). Com o fim do “milagre econômico”, o Brasil passou a viver um período de forte recessão. Todo o investimento feito de 1967 a 1973, com a forte ajuda do capital externo, transformou-se em uma enorme dívida externa provocada pelo aumento dos juros. Esta medida internacional rendeu consequências para a economia brasileira, modificando os rumos da industrialização. Em 1981 o produto industrial apresentou uma queda de 10%, com exceção da indústria de bens de consumo que apresentou um pequeno crescimento de 1,1%. A indústria voltou a crescer nos anos de 1984/86, voltando a estagnar em 1987 e voltando a crescer, somente em 1993. (IDEM, 1999: 303). O setor secundário foi o mais atingido pela crise econômica e o que mais sofreu mudanças estruturais na forma de produção. O setor de serviços foi o que mais cresceu nas décadas de 80 e 90, e é nele que se inseriu a maior parte da força de trabalho feminina. Em meados da década de 90, os homens começaram também a se inserir neste setor, podendo ser um dos motivos para a diminuição da oferta de empregos para as mulheres.

Na década de 80 não houve um deslocamento direto dos desempregados da indústria para os setores em expansão (o setor de serviços). Este fato fez com que se abrissem as possibilidades para o

emprego feminino. Dessa forma, pode-se dizer que há um espaço aberto para as mulheres ingressarem no mundo do trabalho neste período de reestruturação, sobretudo em termos numéricos e não qualitativos. Há uma combinação entre a maior inserção das mulheres no mundo do trabalho no período de maior precarização das relações de trabalho. A força de trabalho feminina se insere precarizada e desvalorizada. No próximo item tratar-se-á das formas de precarização do trabalho na reestruturação produtiva.

2.2. A FORÇA DE TRABALHO FEMININA NO BRASIL

Os temas gênero e trabalho nos remetem não somente aos postos ocupados por mulheres e homens no mundo do trabalho, mas também à análise do lugar do trabalho no cotidiano da sociedade. Foi no final da década de 80 que surgiu a máxima de que a história teria chegado ao seu fim. Anunciou-se o fim da luta de classes e de todos os conflitos existentes, a partir do fim do socialismo real nos países do Leste Europeu. Nesta mesma década cresceu o número de textos nas ciências sociais que afirmavam o fim da centralidade do trabalho, apostando nas atuações através de ONG's e de movimentos específicos. O indivíduo atuaria na sociedade, centralmente, de acordo com os interesses dos grupos existentes (negros, mulheres, homossexuais, etc).⁶ A tentativa de analisar a situação da mulher nas décadas de 80 e 90 vem no sentido de compreendê-la no contexto da luta de classes e dos objetivos do capital ao utilizar a força de trabalho feminina. É possível afirmar que a opressão contra a mulher representa um momento da opressão contra todos os que estão subordinados ao capital.

O estudo do trabalho feminino pretende conjugar tanto a exclusão social, através do preconceito e dos demais preceitos comumente dirigidos pela racionalidade do poder patriarcal, com a exclusão que sofre a maior parte da humanidade: a exclusão de classe. A questão mulher e trabalho retoma o debate sobre a centralidade do trabalho. A exercida sobre o gênero feminino está inteiramente associada à

exploração do trabalho, assim como as relações de trabalho da mulher estarão inteiramente ligadas às relações de opressão no núcleo familiar. A conquista de espaço duramente conseguido pelas mulheres e, sobretudo sua maior inserção no mundo do trabalho produtivo nestas duas últimas décadas estimulam novas análises quanto ao papel da mulher no mundo e ao grau de emancipação feminina neste final de século. Como afirma HIRATA

“(...) os movimentos complexos da mão-de-obra feminina são ligados a três fatores indissociáveis: a conjuntura do mercado de trabalho (de ‘boom’ econômico ou de crise); as mudanças no processo e na organização do trabalho; e, enfim, à subjetividade das trabalhadoras, ao seu desejo de entrar e se manter no mercado de trabalho”. (HIRATA, 1998: 12).

Tais fatores fazem parte de uma complexidade capaz de alterar o comportamento das mulheres na sociedade. Para tanto, cabe fazer uma radiografia da situação da mulher no mundo do trabalho, no que tange não somente à sua participação efetiva em atividades econômicas mas também os elementos que a impedem de se inserir, permanecer e crescer numérica e qualitativamente no trabalho produtivo. Portanto, será necessário apresentar alguns dados relativos às mudanças que vêm ocorrendo no comportamento da mulher, em função de sua inserção no mundo do trabalho, no que tange a sua relação familiar e no mercado de trabalho. Segundo fontes do IBGE, entre 1992 e 1999 houve um crescimento na taxa referente a pessoas ativas do sexo feminino, enquanto declinou o número de homens que se incluem entre os economicamente ativos:

Tabela 1
Indicadores de condição de atividade das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo –
1992/1999 - Brasil (Estimativas revistas de 1992/1996)

ESPECIFICAÇÃO dos INDICADORES de CONDIÇÃO de ATIVIDADE das PESSOAS de 10 ANOS
OU MAIS de IDADE (%)

Taxa de Atividade	Período						
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Total	61,5	61,1	61,3	59,2	60,1	60,2	61,0
Homens	76,6	76,0	75,3	73,2	73,9	73,6	73,8
Mulheres	47,2	47,0	48,1	46,0	47,2	47,5	49,0
Distribuição das pessoas economicamente ativas	Período						
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	60,6	60,4	59,6	59,9	59,6	59,3	58,6
Mulheres	39,4	39,6	40,4	40,1	40,4	40,7	41,4
Distribuição das pessoas ocupadas	Período						
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	61,2	61,0	60,1	60,7	60,5	60,5	59,7
Mulheres	38,8	39,0	39,9	39,3	39,5	39,5	40,3
Pessoas ocupadas na população, com idade: a partir de 10 anos	Período						
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Total	57,5	57,3	57,6	55,1	55,4	54,8	55,1
Homens	72,4	71,9	71,3	69,0	69,2	68,3	67,9
Mulheres	43,4	43,5	44,6	41,9	42,5	42,0	43,0

Fonte – IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Nota – Excluídas as pessoas da área rural de RD, AC, AM, RR, PA, AP.

Este crescimento foi observado por BRUSCHINI

“(...) Com um acréscimo de cerca de 12 milhões e uma ampliação da ordem de 63%, as mulheres desempenharam um papel muito mais relevante do que os homens no crescimento da população economicamente ativa nos dez anos (1985-1995)⁷”(BRUSCHINI, 2000: 14).

Esta elevação do número de mulheres entre as pessoas economicamente ativas se deve a diversos fatores, entre eles o declínio da taxa de fecundidade feminina. Existe uma diminuição progressiva do número de filhos por mulher, o que explica a queda do número de pessoas por família passando de 3,8 em 1992 para 3,4 em 1999. Segundo BRUSCHINI,

“A intensa queda da fecundidade reduziu o número de filhos por mulher, sobretudo nas cidades e regiões mais desenvolvidas do país, liberando-a para o trabalho⁸”.(BRUSCHINI, 2000: 16).

A taxa de fecundidade total das mulheres passou de 4,4 em 1980 para 2,3 em 1999. (vide Tabela 2)

Tabela 2
TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL – 1980/1999

ANOS	TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL
1980	4,4
1984	3,5
1991	2,9
1992	2,6
1995	2,5
1998	2,4
1999	2,3

Fonte: IBGE – PNAD - 2001

⁷ Data incluída por mim para demonstrar os dez anos aos quais a autora se refere.

⁸ Grifo nosso.

Ao mesmo tempo, aumentou o número de famílias chefiadas por mulheres: em 1992 as mulheres eram responsáveis por 21,9% das famílias, em 1999 este número passou para 26,0%. Outro fator responsável pela elevação do número de mulheres economicamente ativas é o nível de escolarização: as mulheres possuem um nível de instrução maior que o dos homens. Enquanto, em 1999, 17,0% dos homens tinham o ensino médio concluído, 20,4% das mulheres mantinham o mesmo nível de escolaridade. Entre a população ocupada entre os anos de 1992 a 1999, os homens apresentaram uma taxa de crescimento de 15,9% para 21,2% entre os que concluíram o ensino médio, enquanto entre as mulheres a taxa passou de 22,4% para 30,4%. Ou seja, houve um crescimento no nível de responsabilidade da mulher com sua própria sobrevivência ou com de seus familiares, levando-a a uma maior escolarização e ao mundo do trabalho. Entretanto, o trabalho “fora de casa” impõe-lhe exigências e provoca mudanças em seu comportamento e em suas prioridades. (IBGE, 2001).

Em recente estudo, BRUSCHINI inseriu à análise sobre a situação da mulher trabalhadora no Brasil, entre as décadas de 1985-1995, outros fatores relativos às transformações mais aparentes, tais como: fecundidade, envelhecimento, escolaridade, o número de famílias chefiadas por mulheres e os valores sobre o papel da mulher na sociedade brasileira. Ao incorporar ao estudo do trabalho feminino elementos que transcendem a questão específica do trabalho, a autora demonstra que a inserção da mulher no mundo do trabalho acarreta mudanças em outros elementos que atuam tanto no seu cotidiano, quanto no dos homens. Estes dados ratificam os motivos pelos quais as mulheres estão crescendo no mundo do trabalho e, apontam para um novo perfil de gêneros na sociedade. As crises econômicas que levaram muitas mulheres (especialmente as mães e as casadas) a buscarem formas de aumentar a renda da família, inserem-se entre as causas que justificam o ingresso cada vez mais acentuado de mulheres no trabalho remunerado. Contudo, BRUSCHINI ressalta que o crescimento da força de trabalho feminina não fez diminuir a carga das tarefas domésticas realizadas pela mulher. Ou

seja, a mulher permanece tendo que cuidar dos filhos ou demais membros da família, suprindo-os de alimentos e cuidados com as vestimentas, limpeza e etc. Com isso, a autora deixa bastante clara a permanência da dupla jornada de trabalho, elemento negativo no desenvolvimento da força de trabalho feminina, inclusive apontado por BRUSCHINI como um impeditivo para que a mulher se dedique ao trabalho. (BRUSCHINI, 2000: 16-18).

De fato, a falta de creches coletivas e escolas públicas integrais onde as mães possam deixar seus filhos é um componente que impede ou dificulta a ida da mulher ao mundo do trabalho. As mães continuam sendo as principais responsáveis pelo cuidado com os filhos. O estudo realizado pela Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde, 23% das trabalhadoras cuidam sozinhas dos filhos menores de 5 anos, apenas 4% contam com o apoio dos maridos e a grande maioria (34%) conta com a ajuda de parentes. (BENFAM, 1997 in BRUSCHINI, 2000: 20). Assim, pode-se afirmar que de fato os cuidados com os filhos continuam a ter um caráter essencialmente feminino, constituindo-se num peso para a plena dedicação da mulher à sua profissão. Esta análise se confirma ao observarmos a tabela 3, a qual demonstra o declínio da taxa de atividade referentes às mulheres que têm filhos.

Tabela 3
TAXAS DE ATIVIDADE DAS MULHERES QUE TIVERAM FILHOS, POR IDADE
Brasil – 1993 e 1995

Grupos de Idade	1993		1995	
	Do total de mulheres com 15 anos e mais	Das mulheres de 15 anos e mais que tiveram filhos nascidos vivos	Do total de mulheres com 15 anos e mais	Das mulheres de 15 anos e mais que tiveram filhos nascidos vivos
15 a 19	46,0	36,2	44,1	38,9
20 a 24	59,7	46,7	61,0	49,5
25 a 29	61,0	53,8	62,8	56,3
30 a 39	63,7	61,5	66,4	64,2
40 a 49	60,7	59,7	63,7	62,9
50 a 59	45,8	45,0	48,1	47,7
60 e mais	21,4	21,3	20,4	20,2
Total	52,8	49,9	54,0	51,9

Fonte: FIBGE, PNADs 1993 e 1995 (Tab. 6.2) in BRUSCHINI, 2000: 21.

A dupla jornada de trabalho influencia na escolha da mulher pelo tipo de trabalho remunerado que irá desempenhar. O que significa que as atividades domésticas não parecem ser mais um impeditivo para o trabalho feminino “fora de casa”, porém interferem na escolha do emprego e na forma como a mulher irá encará-lo. Deduz-se então que, embora as taxas de atividade femininas declinem quando as mulheres têm filhos, as que se mantêm no mundo do trabalho acabam por desempenhar tarefas que lhes possibilitem cumprir a dupla jornada, daí a opção mais freqüente pelo trabalho *part time*. Neste sentido, parece haver uma forte pressão da crise econômica exercida sobre a mulher forçando-a a manter-se no mercado de trabalho. Sem dúvida é a justificativa encontrada para o

crescimento da força de trabalho feminina no mundo do trabalho. Um exemplo para esta análise, pode ser visualizado na tabela 4 que demonstra como vem crescendo a participação da mulher, independente do seu papel no interior da família.

Tabela 4
TAXAS FEMININAS DE ATIVIDADE, POR POSIÇÃO NA FAMÍLIA
Brasil – 1985, 1990 e 1993

Posição na família	1985	1990	1993
Chefes	50,0	51,2	57,3
Cônjuges	32,9	37,6	49,7
Filhos	36,8	36,2	39,1
Outros parentes	26,2	28,1	31,5
Sem parentesco*	84,5	80,0	79,1
Total	36,9	39,2	47,0

Fonte: FIBGE, PNDs 1985 (Tab. 4.4), 1990 e 1993 (Tabulações especiais) in BRUSCHINI, 2000: 18.

*Inclui empregadas domésticas

O crescimento do número de mulheres no mundo do trabalho não ocorre em todas as categorias. Todas as pesquisadoras são unânimes em afirmar que as mulheres estão, na sua maioria, em trabalhos precarizados ou que perderam o seu *status* social, mantendo uma remuneração bem inferior à do homem. Este quadro perpetua-se, nas décadas de 80 e 90, e não aponta para mudanças, inclusive porque a precarização das ocupações é um fenômeno que atinge todo o mundo do trabalho em geral. Mas, em relação as mulheres, as ocupações mal remuneradas e precárias significam a porta de entrada para se inserirem no mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, escapar de uma situação de total miséria. Esta questão está intimamente relacionada à situação do trabalho neste fim de século, pois a inserção das mulheres vem crescendo e a precarização também. Desta constatação percebe-se o crescimento da

força de trabalho feminina, enquanto parte da crise econômica e da fragmentação do trabalho. No tocante à emancipação conclui-se que é apenas parcial, pois representa a conquista de um espaço público e amplamente masculino.

A conquista do espaço laboral, em relação ao universo feminino, ocorre também em função de um maior nível de escolaridade pressuposto, que leva-as a ocuparem profissões de maior prestígio social, sobretudo aquelas em que o curso superior aparece como pré-requisito. O mesmo raciocínio se aplica a profissões tipicamente masculinas, como engenharia, arquitetura e ocupações jurídicas. (BRUSCHINI, 2000:34-35). Contudo, as que ocupam tais postos são em sua maioria, representantes das classes médias e altas, significando um acesso de apenas uma minoria como se confirma no conjunto da sociedade de classes. Mas, sem dúvida, simboliza uma conquista de espaço e têm reflexos sociais para todas as mulheres. A tabela 5 apresenta o crescimento do percentual de mulheres em ocupações como: administração pública, saúde e ensino e serviços técnicos profissionais, em especial.

Tabela 5**Brasil – Distribuição da população ocupada feminina por setores de atividades (em %)**

Setor de Atividade	1985	1995
Agropecuária	16,03	14,03
Extração vegetal/mineral	2,11	0,97
Indústria geral	11,73	9,17
Construção Civil	0,32	0,32
Serviços industriais de utilidade pública	0,38	0,51
Comércio	9,90	12,98
Transportes	0,46	0,48
Comunicação	0,39	0,37
Instituições financeiras	2,47	1,47
Administração pública	13,85	14,83
Outros serviços técnicos profissionais	1,54	2,25
Outros serviços prestados às empresas	1,54	1,64
Outros serviços saúde e ensino	4,96	5,53
Outros serviços comunitários	1,51	1,72
Outros serviços de reparação e conservação	0,15	0,31
Outros serviços de hospedagem e alimentação	3,15	4,35
Outros serviços pessoais	28,39	27,43
Outros serviços sociais	0,07	0,11
Outros serviços distributivos	0,84	1,21
Outros serviços auxiliares	0,21	0,32
Total	100,0	100,0

Fonte: IBGE/PNAD, 1985 e 1995. In Estudos Feministas, 327, nº 2/98.

A divisão sexual no mundo do trabalho fica mais evidente quando observamos as diferenças salariais entre homens e mulheres que desempenham as mesmas tarefas ou estão nas mesmas funções. Segundo especialistas, a mulher somente consegue melhores condições salariais do que o homem quando possui escolaridade ou formação acadêmica superior. Mesmo assim, em condições bastante desgastantes, não só no ambiente de trabalho, como também no meio social. As mulheres tendem a receber 70% da remuneração masculina, ficando evidente que a opressão, embasada em preconceitos, é dissimulada mas permanece presente. Um dos motivos que fazem a mulher receber menores salários é crença de que o homem permanece tendo a obrigação de sustentar o lar. Percebe-se que esta realidade representa uma contradição, que vem se aguçando na família, nos dias atuais.

Dados do IBGE indicam que vem aumentando progressivamente o número de mulheres que desempenham o papel de chefes de família, ou seja, da pessoa que dispõe de maiores recursos para prover o sustento da família. Então, os baixos níveis de remuneração atribuídos às mulheres quando comparadas aos homens, que desempenham as mesmas funções, permanece como um elemento importante para a análise da situação do trabalho feminino. É o que evidencia a tabela abaixo (Tab. 6), que mostra dados colhidos na cidade de São Paulo em 1996:

Tabela 6

**Rendimento Médio Real dos Ocupados por Posição na Ocupação
Região Metropolitana de São Paulo – 1996**

Posição na Ocupação	Rendimento em R\$	
	Mulheres	Homens
Inserções Formais	712	973
Setor Privado - com carteira assinada	661	926
Setor Público	855	1.304
Inserções Precárias	415	746
Assalariado - sem carteira assinada	372	534
Autônomo que trabalha para empresa	518	1.024
Autônomo que trabalha para o público	396	768
Empregador	1.616	2.458
Empregados Domésticos	276	nd
Mensalista - com carteira assinada	330	nd
Diarista - sem carteira assinada	254	nd

Fonte: DIEESE/SEADE. PED-SP Pesquisa de emprego e desemprego.

Obs: a) Inflator utilizado: ICV do DIEESE. Valores em reais de dezembro de 1996.

b) nd: a amostra não comporta desagregação para esta categoria

Pudemos observar que 17% da força de trabalho feminina é constituída de trabalhadoras domésticas, por si só um trabalho precário, que simboliza ainda a ligação estreita que se estabelece entre a mulher e os serviços domésticos. À mulher cabe realizar o trabalho reprodutivo, mesmo que

remunerado. Ao homem cabe realizar o trabalho produtivo, que sempre é remunerado. Esta dissonância está presente na divisão que se implementa entre homens e mulheres, e demonstra que ainda que a automação esteja avançada, ainda que as mulheres tenham um espaço real de intervenção social, na verdade predomina uma divisão sexual no trabalho que impede a equidade entre os gêneros. Conclui-se da tabela 7, que embora ocorra uma sensível predominância de mulheres no serviço doméstico, ainda assim os homens permanecem ganhando tendo um rendimento superior, quando realizam idênticas funções.

Tabela 7

**Brasil e Macrorregiões – Pessoal Ocupado no Serviço Doméstico Remunerado.
Rendimento Médio por Hora Trabalhada segundo a Jornada de Trabalho – 1995.
(Valores em reais de 1995)**

<i>Horas Trabalhadas</i>	<i>Homem</i>						<i>Mulher</i>					
	<i>N</i>	<i>NE</i>	<i>SE</i>	<i>S</i>	<i>C</i>	<i>Brasil</i>	<i>N</i>	<i>NE</i>	<i>SE</i>	<i>S</i>	<i>C</i>	<i>Brasil</i>
< 20	0,51	1,29	3,64	1,73	1,22	2,1	1,76	1,26	2,3	1,83	1,78	1,95
> 20 até 30	1,42	0,55	1,31	0,87	0,99	0,94	0,87	0,71	1,45	1,12	0,87	1,22
> 30 até 40	0,98	0,87	2,27	0,66	0,62	1,58	0,76	0,61	1,05	1	0,73	0,95
> 40 horas	1,07	0,61	1,55	1,31	1,08	1,28	0,61	0,59	1,05	0,97	0,85	0,97
> 40 até 44	0,49	0,58	1,01	0,8	1,05	0,91	0,58	0,45	0,8	0,78	0,6	0,72
> 44 até 48	0,69	0,61	0,94	0,74	0,97	0,84	0,51	0,45	0,79	0,78	0,62	0,68
Mais de 48	0,45	0,51	1,04	1,19	0,67	0,82	0,41	0,33	0,69	0,59	0,52	0,5
Total	0,67	0,63	1,31	1,1	0,85	1,04	0,58	0,49	1,08	1,01	0,78	0,89

Fonte: IBGE/PNAD, 1995. in Estudos feministas, 327, nº 2/98.

2.3 Precarização do trabalho

O trabalho é um elemento vital para o capital, pois é do trabalho vivo que se retira a mais-valia. Com o aumento e o incremento da automação, muitos trabalhadores perderam seus empregos e os que permaneceram ativos vêm sofrendo as consequências da precarização do trabalho. Tal precarização engloba desde a desvalorização salarial até a intensificação do trabalho, de modo que a máquina possibilita aumento na produção utilizando um número menor de trabalhadores. As mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho apontam para uma profunda flexibilização das formas de trabalho voltadas para uma produção intensa. O trabalho feminino é aceito e requisitado neste período de acentuada exploração da força de trabalho. Embora não seja possível identificar uma relação direta entre a maior precarização e o aumento de mulheres no mundo do trabalho, já que a maior participação das mulheres é consequência de uma série de transformações históricas, culturais e econômicas, observa-se que os empregos que absorvem uma maior quantidade de mulheres são os mais precários. O fato é que as mulheres, embora estejam mais inseridas no mundo do trabalho, continuam sendo requisitadas para trabalhos mal remunerados e desvalorizados socialmente.

A precarização do trabalho ocorre de diversas formas, de acordo com diferentes métodos, constituindo-se também através do controle exercido sob o trabalhador. No caso das mulheres em particular, tal precarização aparece estreitamente ligada à divisão sexual do trabalho, especialmente neste período de reestruturação em que novas normas de gerência e níveis mais elevados de exigências quanto a qualificação se fazem fundamentais. Segundo HIRATA

“(...) O panorama, na maioria absoluta das empresas, parece ser a tendência conceituada por Kergoat (...) para a França, seja em termos de ‘justaposição’ entre taylorismo (setor feminizado) e flexibilidade (setor masculinizado), seja da existência de dois tipos de

flexibilidade: formação qualificada e polivalência para homens, formas de empregos 'átipicos' para as mulheres." (HIRATA, 1998: 12).

Desta forma a autora demonstra a diferença entre os gêneros no momento da conceituação dos trabalhos destinados às mulheres e aos homens. Nos setores onde a qualificação se faz imprescindível, abre-se pouco espaço para as mulheres. Neste sentido, mantém-se uma clara divisão sexual do trabalho, o que prejudica a colocação da mulher no mundo do trabalho. Esta divisão entre trabalho masculino e feminino não significa somente precarização para as mulheres e bons empregos para os homens. Afinal, a precarização do trabalho atinge trabalhadores de todo o mundo, pois é consequência das novas formas de produção.

Uma importante expressão da precarização do trabalho, que atinge majoritariamente as mulheres é o chamado TTP (Trabalho de Tempo Parcial). Esta forma de trabalho é uma espécie de modelo do trabalho feminino, por permitir que a mulher possa ter um trabalho remunerado e, ao mesmo tempo, continue desempenhando todas as tarefas domésticas, em outras palavras, o trabalho reprodutivo. Dessa forma, segmenta-se ainda mais os trabalhadores entre aqueles "estáveis" (os homens) e os precarizados (as mulheres), visualizadas no mundo do trabalho como um grupamento que, por ter outras designações sociais, pode despende um menor período de seu tempo ao trabalho remunerado. Pelo viés do TTP, em vários países do mundo, ocorreu um aumento significativo de mulheres no mercado de trabalho. (HIRATA, 1998). Por essa razão, é possível apostar na formulação que aponta o incremento do emprego feminino, coincidindo com um período de maior precariedade do trabalho.

As novas tarefas apresentadas para as mulheres não parecem diminuir o estigma da divisão sexual do trabalho, que permanece no interior da produção e também se reflete nas pesquisas que indicam um aumento de mulheres no setor secundário. Quando as mulheres vão para a indústria, optam por trabalhos *part time* ou por serviços subcontratados. Dificilmente encontram-se mulheres em setores vitais para o funcionamento da empresa, pois raramente desempenham estas funções. HARVEY indica os reflexos dessas mudanças para a força de trabalho feminina:

“Não apenas as estruturas do mercado de trabalho facilitam muito a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo assim trabalhadores homens centrais melhor remunerados e menos facilmente demitíveis pelo trabalho feminino mal pago, como o retorno dos sistemas de trabalho doméstico e familiar e da subcontratação permite o ressurgimento de práticas e trabalhos de cunho patriarcal feitos em casa”. (HARVEY, 1995:146).

O autor apresenta um dado importante relativo ao tempo parcial instalado nas empresas. Com a intensificação da automação, produz-se mais em menor tempo, sendo desnecessários os trabalhadores de tempo integral. Esta realidade também favorece a contratação de mulheres, já que disponibiliza a combinação menos tempo de trabalho “fora de casa”, com o trabalho doméstico “dentro de casa”. Para as empresas que consideram o trabalho feminino resultado de suas “qualidades”, reafirma-se a possibilidade de se pagar menos e ter um maior controle desta força de trabalho, utilizando a ideologia opressora como argumento de legitimação.

A precarização se conjuga com o controle sobre o trabalho. Indústrias automobilísticas, no início dos anos 80, começaram a adotar uma forma de controle intitulada como os CCQ's (Círculos de Controle de Qualidade). Os CCQ's constituíram-se uma das primeiras formas de controle dentro da

fábrica. O método foi utilizado na Toyota para desmobilizar o sindicalismo japonês, já que os círculos os trabalhadores teriam que organizar a produção, numa lógica de controle de um trabalhador sobre o outro. O funcionamento da Toyota inaugurou uma nova relação dentro da produção, que extrapola os limites da fábrica, ou seja, transformou-se numa espécie de lei de gerenciamento. A relação sofreu uma alteração de “(...) *um homem/uma máquina para relação de uma equipe/um sistema (onde cada homem opera em média cinco máquinas)*” (GOUNET, 1999: 29). De acordo com esta nova relação, todos os trabalhadores precisam ter conhecimento de todo o sistema de produção pelo qual a equipe é responsável. A polivalência é um requisito indispensável na implementação deste novo modelo.

A polivalência significa a capacidade do trabalhador de resolver diversos problemas, controlar várias máquinas, sem necessidade de possuir uma especialização. Esta capacidade múltipla se deve à exigência da produção, a partir das demandas do mercado. O ritmo de trabalho é determinado pelas demandas dos clientes. Tal característica é tida como um elemento de qualificação para o trabalho, e tem um caráter especificamente masculino. No Brasil, as empresas que adotam tecnologia de ponta para a produção contratam predominantemente a força de trabalho masculina, enquanto a força de trabalho feminina encontra espaço nas linhas de produção de base fordista, acumulando assim todas as formas precarizadas de trabalho.

Segundo NEVES,

“(...)apesar da crescente participação da mulher no mercado de trabalho, podem-se detectar, nas diferentes análises, a segmentação por gênero no mercado de trabalho com a concentração feminina em determinados guetos ocupacionais e, além disso, a concentração de mulheres em postos de trabalho mais instáveis e de piores remunerações”. (NEVES, 2000: 173/174).

No entanto, flexibilização e controle são as duas palavras-chaves na manutenção de um alto nível de exploração da força de trabalho, tanto masculina quanto feminina. No tocante às formas de flexibilização da produção que surgiram, se destaca o *just in time*.

“O just in time é um instrumento de controle da produção que busca atender à demanda da maneira mais rápida possível e minimizar os vários tipos de estoque da empresa (intermediários, finais e de matéria-prima). O sistema pode tanto abarcar a relação da empresa com seus fornecedores e consumidores (just in time externo), como apenas os vários departamentos e setores que compõem uma mesma empresa (just in time interno)”.(LEITE, 1994: 568).

Esta forma favorece o fim dos grandes estoques como é comum existir no fordismo. O próprio *just in time* é adotado em diversas empresas, combinados com a diminuição de postos de trabalho e usado como mais um entre outros mecanismos de diminuição de custos. Este método torna despropositada a produção em larga escala, voltando-se basicamente para o consumo imediato e selecionado. Porém, na medida em que se flexibiliza a produção, também será necessário flexibilizar o trabalho. Trabalhando com estoques mínimos, quando se tiver um aumento no consumo será necessário aumentar a produção, fazendo com que a empresa lance mão dos métodos de contratação temporários. O trabalho temporário é uma espécie de precarização porque permite à empresa contratar e demitir facilmente, à mercê de suas próprias demandas. O trabalhador, por sua vez, fica refém deste tipo de emprego que vem proliferando com o desemprego estrutural. Além disso, o ritmo acentuado da produção provoca algumas doenças, especialmente nos trabalhadores que realizam tarefas repetitivas. A LER (Lesões por Esforço Repetitivo) é uma doença que vem se proliferando e atingindo, em sua maioria, as mulheres.

Outro artifício utilizado neste período de flexibilização é a terceirização. As empresas contratam outras empresas especializadas em um determinado serviço, que, por sua vez pagam salários inferiores e fornecem péssimas condições de trabalho. A terceirização é um processo traumático tanto para os trabalhadores efetivos da empresa como, muitas vezes, para a própria empresa. Os trabalhadores terceirizados tendem a ganhar menos que os efetivos e a ter uma carga de trabalho bem maior. Além disso, eles não costumam ser filiados ao sindicato que representa os trabalhadores efetivos, fragmentando ainda mais a organização da categoria.

Segundo COLLI,

“A terceirização, enquanto fator de flexibilização do mercado de trabalho, cria também a precarização e o desemprego em massa por meio da diminuição do número de empregados nas empresas de grande porte e da não-absorção imediata por parte do mercado de trabalho de uma parcela considerável de trabalhadores.” (COLLI, 2001: 62).

COLLI apresenta dados sobre a terceirização no Brasil:

“No Brasil, os dados do Dieese de 1993 mostram que em 72,5% das empresas terceirizadas contempladas em pesquisa, ‘os benefícios sociais dos trabalhadores são menores que os vigentes nas empresas de clientes’. É bom ressaltar que as conquistas salariais e sociais firmadas em acordo não atingem os trabalhadores terceirizados e a força de trabalho temporária, empreiteiras e contrato entre empresas para prestação de serviços se confundem no universo da economia informal. A terceirização precariza as condições de trabalho, pois constitui-se como uma estratégia que visa ‘expulsar’ da empresa subcontratante (...) os

encargos sociais relacionados às conquistas da classe trabalhadora, além de estar relacionada à necessidade de aceleração do tempo de rotação do capital”. (COLLI, 2001: 63).

A terceirização enquanto forma de precarização foi tratada por SEGNINNI no seu estudo sobre o setor bancário, segmento que nas últimas duas décadas vem sofrendo uma diminuição progressiva de funcionários. Este fenômeno é atribuído, entre outras coisas, ao aumento da automação. Mas, por outro lado, a maior parte desta diminuição do número de funcionários deve-se também à terceirização. Houve concretamente uma diminuição do número de trabalhadores efetivos, ou seja, contratados pelos próprios bancos, associada à maior utilização da terceirização. Como demonstrou SEGNINNI é no setor terceirizado que as mulheres vêm-se inserindo. Assim, SEGNINNI compreende a inserção da força de trabalho feminina no trabalho bancário da seguinte forma:

“(...) procura-se apreender a feminização do trabalho bancário em um contexto altamente informatizado, em sua dupla dimensão, ou seja: como conquista social das mulheres na construção de relações sociais de gênero mais igualitárias e, ao mesmo tempo, uma estratégia do capital na construção de um trabalhador coletivo capaz de intensificar a mais-valia relativa, no contexto da singularidade da divisão capitalista do trabalho”. (SEGNINNI, 1998: 36).

Todas estas variações na gestão do trabalho têm o objetivo de aumentar a produtividade e o controle sobre a produção gerando conseqüências degradantes para o emprego. A lógica do aumento incessante de produtividade passou a ser conjugada com desemprego. Essa é uma das faces da exclusão social deste novo modelo de produção: um intenso processo de diminuição dos postos de trabalho e uma precarização nas diversas formas de trabalho que surgiram como alternativa para aqueles que não conseguiram se integrar nos postos de trabalho assalariados e “fixos”.

Como a lógica do capital é manter estoque mínimo, e produção com imediata liquidez, a força de trabalho acaba por atender a estas necessidades. Assim, as empresas também contratam um menor número de trabalhadores ou mesmo utilizam o contrato temporário, dando a possibilidade de promover dispensas de acordo com as variações do mercado. (BALTAR, DEDDECA E HENRIQUE, s.d.: 98/99). O modelo toyotista no Japão, por exemplo, foi fundamental para o aumento da produtividade e da flexibilidade da produção e das relações de trabalho. Nele os trabalhadores têm o seu conhecimento expropriado; deve ser polivalente, operando várias máquinas ao mesmo tempo. Em resumo, o trabalho é submetido a um intenso controle acarretando em intensa submissão ao capital. Este conjunto de medidas deve-se à necessidade de uma maior flexibilidade na produção, redução dos custos, redução dos estoques e até mesmo redefinição da atividade empresarial. Portanto nada é permanente, nem mesmo o trabalhador que atua em determinadas funções estratégicas. É da formação dessa força de trabalho heterogeneizada e fragmentada, que falam BALTAR e DEDECCA:

“(...) as empresas continuaram a ter muita liberdade para contratar, usar, remunerar e dispensar mão-de-obra (...) As empresas mantêm um estoque mínimo de empregados estáveis, contratando e dispensando os demais trabalhadores em função das variações do nível de produção.” (BALTAR, DEDECCA e HENRIQUE, s.d.: 98/99).

Da mesma forma, a massa salarial decai e a oferta de força de trabalho aumenta intensamente, dificultando a absorção dos trabalhadores pelo mercado.

As novas tecnologias que inauguraram a robótica também possibilitaram a diminuição da força de trabalho. Com a reestruturação produtiva as máquinas de alto padrão tecnológico são capazes de funcionar a partir de um simples comando, sem necessidade proeminente de uma qualificação especial. Muito pelo contrário, funções que eram especializadas no fordismo, como torneiro ou fresador,

passaram a ser desnecessárias, abrindo caminho para a diminuição da oferta de emprego. Nesta nova fase, a qualificação que atende aos interesses do capital exige que o trabalhador seja multifuncional e que tenha uma visão de conjunto do processo de trabalho ao qual se insere, e ainda possua capacidade para criar. O que está em voga na reestruturação produtiva não é a quantidade de trabalhadores que são empregados na produção mas a intensidade com que é utilizada a força de trabalho. Por isso, o gerenciamento configura-se como um elemento fundamental para o funcionamento das novas formas de produção. Assim, o desemprego estrutural passou a ser uma característica própria da década de 90.

O item seguinte abordará o desemprego como resultado do intenso processo de precarização e, o impacto do desemprego estrutural para a força de trabalho feminina no Brasil nas décadas de 80 e 90.

2.4 Emprego e desemprego feminino.

As variações nos níveis de emprego e desemprego indicam, de certa forma, o espaço do homem e da mulher no trabalho produtivo. A queda do número de empregos na indústria, gerando desemprego para os homens e crescimento do setor de serviços, e, ao mesmo tempo, abrindo espaço para as mulheres, demonstra um espaço diferenciado para os gêneros no mundo do trabalho. Acrescente-se a isso o fato de que, as crescentes taxas de desemprego para as mulheres e o recente aumento do número de homens em setores tradicionalmente femininos reafirmam uma permanência do corte de gênero no mercado de trabalho, com predomínio masculino. Contudo, há evidências de crescimento do número de mulheres no mundo do trabalho remunerado, configurando-se uma conquista de espaço das mulheres na sociedade. Este item tratará da situação do emprego e desemprego da mulher no Brasil, comparado ao gênero masculino, a fim de definir os espaços ocupados nas décadas de 80 e 90.

O desemprego estrutural é um fenômeno mundial. As desigualdades salariais e o desemprego atingem nações ricas e pobres e são resultantes das mudanças da economia mundial. O desemprego estrutural atinge os principais países da Europa; na Ásia o problema ainda é pior, pois não é somente o desemprego que assusta, mas a massiva precarização do trabalho que se acirrou com a formação dos chamados “Tigres Asiáticos”; enfim, em todo o mundo o trabalho tem sido utilizado para manter a produtividade e as taxas de lucro em alta. Esta realidade é consequência direta de uma das mais importantes características da mundialização do capital: a formação de grandes oligopólios que acabam por impor uma lógica destrutiva ao trabalho.

Faz parte destas mudanças a eliminação das empresas nacionais da competição mundial e, conseqüentemente, o aumento do domínio dos países centrais sobre os países semiperiféricos e periféricos. É neste contexto que a mundialização da economia e suas variadas formas devem ser compreendidas, tais como a transposição de modelos produtivos padronizados e formador de uma força de trabalho cada vez mais heterogeneizada. Em pesquisa realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1999, havia no mundo uma população economicamente ativa estimada em 3 bilhões de pessoas. Dentre essas, 1 bilhão de trabalhadores tinham sua capacidade de trabalho subutilizada, o que significa que de cada 3 trabalhadores 1 estava em situação de desemprego ou subemprego. (POCHMANN, 2001: 81). O subemprego deve ser entendido como uma forma disfarçada de desemprego, pois trata-se de um modo de sobrevivência em que o trabalhador não dispõe de condições permanentes para se manter, mas utiliza-se de um paliativo impeditivo dos limites facilmente atingíveis da mendicância.

Segundo POCHMANN, o aumento do desemprego no Brasil se deve à incapacidade da economia brasileira de gerar postos de trabalho que consigam absorver, de modo expressivo, a força de trabalho, ainda que o setor de serviços permaneça absorvendo uma parte dos trabalhadores que estão

sendo demitidos dos setores de agropecuária e industrial. O aumento do emprego formal, nos anos 90, teve um rendimento médio muito abaixo do esperado, apresentando fortes índices de deterioração. No decorrer desta década, a participação feminina passou a ser mais significativa, sem contudo afetar a recuperação do rendimento real dos trabalhadores. (POCHMANN, 2001: 60).

Em recentes estudos sobre o desemprego no Brasil verificaram-se novos elementos no mercado de trabalho. Entre tantos, o aumento da força de trabalho feminina, o crescimento de empregos no setor de serviços, a elevação das taxas de desemprego entre as mulheres, quando comparadas aos homens, e o deslocamento dos homens para o setor de serviços. Estas características provêm das mudanças nas formas de produção e gestão e das crises econômicas que o país vem passando, realidade que acelera o processo de precarização e diminuição dos empregos, aumentando o número de pessoas destituídas do direito ao trabalho. A homogeneização da precarização do trabalho foi verificada por LAVINAS, que concluiu que o impacto das novas formas de precarização do trabalho estaria atingindo homens e mulheres, indistintamente.

No primeiro capítulo tratou-se amplamente do crescimento da força de trabalho feminina no mercado de trabalho brasileiro. Os dados demonstram que o aumento do número de mulheres no trabalho produtivo ocorre de forma mais efetiva no setor de serviços, o qual vem crescendo substancialmente nos últimos vinte anos. Por outro lado, enquanto crescia o setor de serviços, decrescia o setor industrial causando uma retração no emprego que tradicionalmente absorvia a força de trabalho masculina. Esta desaceleração no nível de oferta de emprego na indústria causou um aumento no desemprego, especialmente entre os homens. Porém, na década de 80 e início da década de 90, não se verificava ainda um deslocamento dos homens desempregados para o setor de serviços. O que vinha sendo observado era um crescimento da força de trabalho feminino no setor terciário, abrindo espaço para as mulheres no mundo do trabalho. Contudo, no final da década de 90, LAVINAS

E POCHMANN observaram crescimento nas taxas de desemprego entre as mulheres, mostrando que eram muito maiores do que as atribuídas aos homens. Também, perceberam elevação no número de homens empregados nos setores de serviços, levando a crer que o aumento do nível de desemprego feminino era proporcional ao deslocamento de empregados homens para o setor de serviços. Assim, os homens estariam ganhando espaço nos setores que vinham empregando preferencialmente mulheres.

A Reestruturação produtiva, ocorrida nas grandes empresas e indústrias, não necessitou do trabalho da mulher para compor um mercado de trabalho precarizado, *part time* e com péssimas condições salariais. Mas, o capital vem aumentando a utilização da FT feminina, inclusive preferindo-a em detrimento da FT masculina. Segundo LAVINAS, de 1985 a 1995 a taxa de crescimento do emprego feminino foi de 3,68% ao ano, número elevado se comparado ao crescimento do emprego total que foi de 2,37% ao ano. A autora conclui que a queda nos níveis de emprego atingiu negativamente os homens, devido à maior participação do contingente feminino que variou positivamente em 2,82% de 90 a 95, enquanto o emprego do total de ocupados cresceu apenas 1,5%. Isto se deveu à queda da produção na indústria nesta primeira metade da década de 90. Paralelamente, o desemprego feminino aumentou também nesta fase. Pelos dados da PNAD, em 1995 a taxa de desemprego no meio urbano foi de 6% para os homens e 8,5% para as mulheres. As taxas de desemprego feminino são afetadas pelo tipo de ocupação em que as mulheres têm-se inserido. Percebe-se que o emprego temporário funciona como um condicionante para a diminuição da taxa de desemprego feminino. Isto fica evidenciado nos gráficos que demonstram que as mulheres tendem a estar empregadas no segundo semestre, períodos de grande demanda para o comércio. A contratação dura de outubro a dezembro, voltando a aumentar a taxa de desemprego em janeiro. A mulher estaria mais vulnerável ao emprego sazonal.⁹

⁹ LAVINAS, Lena. Evolução do desemprego feminina nas áreas metropolitanas. In Trabalho e gênero – Mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Editora 34, 2000: 140-148.

A participação crescente das mulheres no mundo do trabalho não significa que haja estabilidade para esta força de trabalho. E nem mesmo o nível de escolaridade chega a configurar um pré-requisito para mantê-las no emprego. Por exemplo, no setor de comércio as mulheres com 1º e 2º graus completos são mais vulneráveis ao desemprego. Em outros setores de serviços, diminuiu-se a chance de emprego para mulheres com o 1º grau incompleto.¹⁰ A escolaridade não parece determinante para a entrada e/ou permanência da mulher no emprego, mas contribui relativamente como um ponto a mais da disputa com o gênero masculino. Portanto, a qualificação tem sua utilidade, variando segundo o gênero.

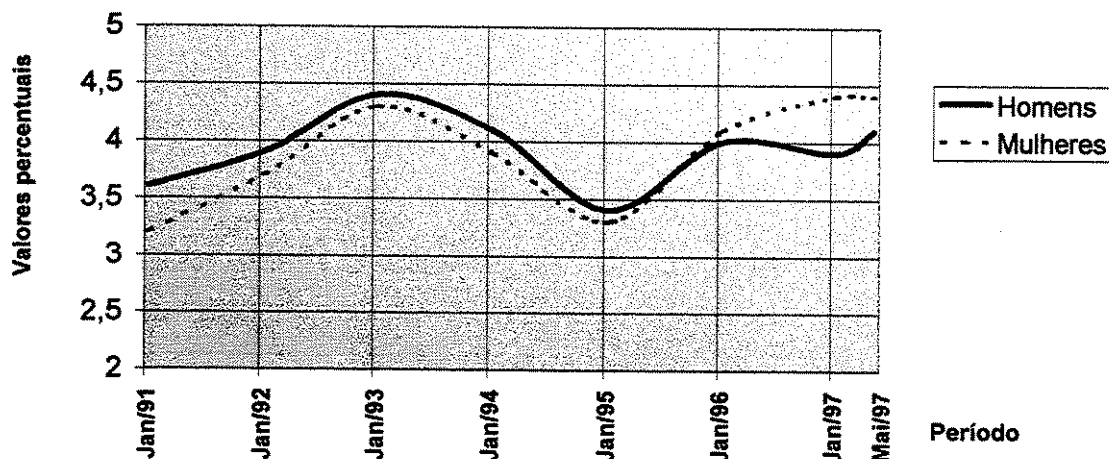
O desemprego masculino ocorre com homens menos qualificados de acordo com os novos padrões do modo de produção. O antigo profissional especializado em apenas uma função perde espaço para o profissional-modelo atual: aquele que possui características múltiplas, que o habilitam a suprir a polivalência necessária para a execução de funções e para a solução de problemas, que por ventura possam ocorrer no processo produtivo. Pertence a esta categoria uma minoria de trabalhadores que são absorvidos e desempenham um trabalho mais bem remunerado. A maior parte dos trabalhadores está na linha de produção, desempenhando tarefas não centrais e precarizados pelas relações flexíveis do trabalho. As mulheres, em sua maioria, estão entre estes últimos. A divisão sexual do trabalho vem predominando no período ligado à reestruturação da produção.

Historicamente o trabalho feminino se constituiu como desqualificado e, portanto, passível de receber em troca uma remuneração inferior à que é paga aos homens. Além disso, a opressão sofrida pelas mulheres está representada em mitos que são exaustivamente repetidos e reafirmados no cotidiano. Pela ótica dos mitos femininos passa-se a considerar positivo o trabalho *part time*, que favorece que o capital tenha o trabalho feminino produtivo e, simultaneamente possibilite o trabalho feminino reprodutivo na casa, já que neste caso ela não deixa de exercer as tarefas domésticas.

¹⁰ Idem: 155-157.

As variações do desemprego feminino ainda precisam ser cuidadosamente avaliadas, na medida

Evolução da Taxa de Desemprego por Gênero Médias móveis (25-65 anos)



Fonte: PME/IBGE (total das seis regiões metropolitanas). Ipea/Dipes. Nota: os dados de desemprego são médias móveis (12 meses), incluindo dados até dezembro/1997. In: LAVINAS, 2000: 142..

em que diversos fatores podem influenciar o crescimento ou o decréscimo do emprego feminino. Entre esses fatores está o crescimento econômico, que favorece a manutenção ou o aumento dos postos de trabalho, tanto para os homens quanto para as mulheres; o aumento de homens nos postos de trabalho tradicionalmente femininos; e a maior inserção de mulheres em trabalhos temporários ou sazonais, causando uma oscilação nas taxas de desemprego em alguns meses em que determinados postos de trabalho se expandem. No geral percebe-se uma elevação da taxa de desemprego feminino no final da década de 90.

As mulheres mais vulneráveis ao desemprego têm nível de escolaridade intermediário (1º e 2º graus), faixa em que se situa a maior parte dos homens, em nível de escolaridade. (LAVINAS, 2000: 139-159). Na pesquisa de LAVINAS as mulheres que possuem escolaridade igual ou superior ao 3º grau tendem a manter seus empregos. Isto ocorre quando a alta qualificação de que são possuidoras, torna-se imprescindível para a empresa ou quando conseguem conquistar um espaço em que a condição

de mulher não se torne um empecilho. Tais mulheres tendem a delegar o trabalho reprodutivo para uma outra mulher: a empregada doméstica. No entanto, a opressão feminina permanece e atinge todas as classes sociais e isto fica evidente quando na família, marido e mulher são qualificados e “imprescindíveis”. Na maioria das vezes, se houver necessidade de um dos dois deixar o emprego, a mulher é quem tende a fazê-lo. De qualquer forma existem exceções. Mesmo com os avanços decorrentes da emancipação feminina, ainda sobrexiste uma igualdade parcial entre homens e mulheres. A própria realidade de desemprego das mulheres demonstra não só uma crise do capital, o que implica maior precarização e exploração da força de trabalho, como também acena para o fato de que a preferência pela força de trabalho masculina é mais freqüente. Isto demonstra um corte de gênero e a permanência de uma forte divisão sexual do trabalho.

As hipóteses levantadas por LAVINAS apontam para uma reflexão sobre a “equidade” entre trabalhadores e trabalhadoras na perda de direitos e no aumento do trabalho precarizado. O capital parte para a ofensiva na retirada cada vez maior de mais-valia, tanto dos homens quanto das mulheres. Porém, a mulher acumula a desvantagem de se inserir socialmente em papéis pré-estabelecidos lhe confere níveis mais elevados de exigência. Prova disso é a incorporação de um número de mulheres em empregos *part time* e os sazonais. As taxas de desemprego feminino aumentam quando termina o período do trabalho temporário, mais freqüente entre os meses de outubro a março. Assim, as mulheres se encontram discriminadas no mundo do trabalho, tendo como justificativa a sua responsabilidade social com a “casa” e os “afazeres domésticos”, o que os obriga a aceitar um trabalho em tempo parcial. Com isso, embora os homens também estejam sendo obrigados a se incluírem nos trabalhos disponíveis, permanece a preferência pelas mulheres para estes empregos voláteis e desprovidos de direitos.

O setor de serviços nestas duas últimas décadas tem crescido consideravelmente. (vide tabela 8). Isto é bastante evidente em setores importantes como os de telecomunicações, por exemplo. Enquanto isso, o setor secundário (indústria) tem decrescido paulatinamente, diminuindo essencialmente a oferta de emprego masculino. O aumento substancial do setor de serviços no Brasil é apontado por POCHMANN como consequência dos efeitos do êxodo rural, combinado com a diminuição das ofertas de emprego, cada vez mais insuficientes para atender o universo de trabalhadores disponíveis. Para o autor, o setor informal passou a ser uma alternativa de sobrevivência para os trabalhadores do meio urbano, especialmente nas categorias de distribuição, como comércio, comunicações e transporte. (POCHMANN, 2001: 58).

Tabela 8

Evolução da distribuição dos empregos por setor econômico em anos e países selecionados (em %)

Brasil	Agropecuária	Total da Indústria	Total de Serviços
Anos 40	66,7	12,8	20,5
Anos 70	30,8	27,5	41,7
Anos 90	20,9	19,6	59,5

Fonte: Castells & Aoyama, 1994; FIBGE in POCHMANN, 2001:58.

Tabela apresentada parcialmente.

O aumento de espaço para o trabalho masculino nos setores tradicionalmente femininos é demonstrado nas pesquisas de LAVINAS. A autora afirma que as mulheres foram beneficiadas pelas oportunidades de emprego criadas nos anos 80, fator este que manteve as taxas de desemprego feminino abaixo das masculinas até 1995. Em 1996, ocorre uma mudança: se comparado ao masculino, começa a crescer o desemprego feminino. As taxas de desemprego masculino decaem, sofrendo uma sutil elevação, basicamente em 1997, embora permanecendo abaixo do nível de desemprego feminino. (LAVINAS, 2000: 142).

Todos os trabalhadores e trabalhadoras sofrem as transformações do mundo do trabalho (precarização, maior exploração, etc), mas o fato de haver uma diminuição dos postos de trabalho femininos implica, de certa forma, na continuação da supremacia masculina sobre as mulheres e, ao mesmo tempo, contraditoriamente, demonstra um acréscimo do número de mulheres no mundo do trabalho, ou seja, continua sendo um elemento marcante a dimensão de gênero no mundo do trabalho. A perda de postos de trabalho feminino deve ser analisada, de acordo com os dados, sem deixar de considerar que, na realidade, houve um aumento crescente do trabalho feminino. As pesquisas apontam para um aumento substancial da força de trabalho feminina no Brasil. Em 1995, havia um total de 29.820.663¹¹ de mulheres no mundo do trabalho, ou seja, 40,1% da força de trabalho brasileira. A maior parte das mulheres continua trabalhando no setor de serviços (29,8%) e a menor parte na indústria (3,3%). Vejamos a apresentação dos dados do Dieese, no que se refere a ocupação das mulheres no Brasil:

*“No que se refere à ocupação, em 1995, 59,1% das mulheres eram assalariadas no setor público e privado. Das 16 milhões de assalariadas no país, cerca de 4,8 milhões são trabalhadoras domésticas, representando quase 30% do trabalho assalariado ou cerca de 17% da ocupação das mulheres. Outras 16,6% encontram-se na categoria de trabalho por conta própria, enquanto 13% trabalham sem remuneração financeira. Outras 9% permanecem nas atividades de subsistência, produzindo para o seu próprio consumo sem estarem incorporadas ao mercado de trabalho, seja ele formal ou informal. Apenas 1,9% das mulheres são empregadoras.”*¹²

¹¹ Fonte do Dieese

¹² Equidade de gênero nas negociações coletivas. São Paulo: Boletim do Dieese, nº 13, novembro de 1997.

Por um lado, a entrada de um número maior de mulheres no mundo do trabalho produtivo deve-se a alguns fatores resultantes das conquistas perpetradas em décadas passadas e que deram origem a uma revolução sexual, e que também tiveram reflexos nas mudanças das expectativas sociais femininas; e por outro lado, o capital se aproveita da opressão e das ideologias que difundem o preconceito para pagar-lhes salários mais baixos. Os movimentos feministas nos anos 60 e 70 apontaram para uma libertação sexual, levando as mulheres a atitudes que se contrapunham ao machismo e a todas as outras formas de opressão. Embora os movimentos de mulheres não atingissem as classes mais baixas da população, os ganhos relativos a emancipação feminina foram incorporados pelos mais amplos setores sociais. Isto se deve ao simples fato de estes movimentos terem conseguido a incorporação de suas reivindicações nas leis, e também e pela divulgação de atos polêmicos, como a queima de sutiãs, por exemplo. Ainda sob os ditames ditatoriais, institui-se o divórcio, possibilitando à mulher romper com o casamento. Na ordem democrática a mulher consegue se igualar ao homem na Constituição de 1988. Todas essas conquistas se deram no âmbito do capitalismo, sempre resultados de confrontos sociais.

Foi no contexto de conquistas sociais que as mulheres começaram a entrar massivamente no mercado de trabalho, competindo com os homens ou mesmo ocupando novos espaços. De 1989 a 1996 a taxa de participação das mulheres no trabalho produtivo cresceu em 8,9%, no outro extremo a taxa de participação masculina caiu 3,6%.¹³ Na região metropolitana de São Paulo, no ano de 1996, a taxa de participação das mulheres acima de 10 anos de idade já era de 50,2%. A participação dos homens é bem maior (74,5%), mas no aspecto global o crescimento do número de mulheres foi superior nos setores de serviços, o qual mais tem se expandido nos últimos tempos.

¹³ DIEESE

Tabela 9

Distribuição dos ocupados por sexo, segundo setor de atividade

Região metropolitana de São Paulo - 1996 - (em %)

Setor de atividade	Mulheres	Homens
Total de ocupados	100,0	100,0
Indústria	17,4	26,3
Comércio	15,8	18,1
Serviços	47,5	49,3
Construção civil	0,5	4,7
Serviços domésticos	18,3	0,8

Fonte: SEP. Convênio Seade / DIEESE.

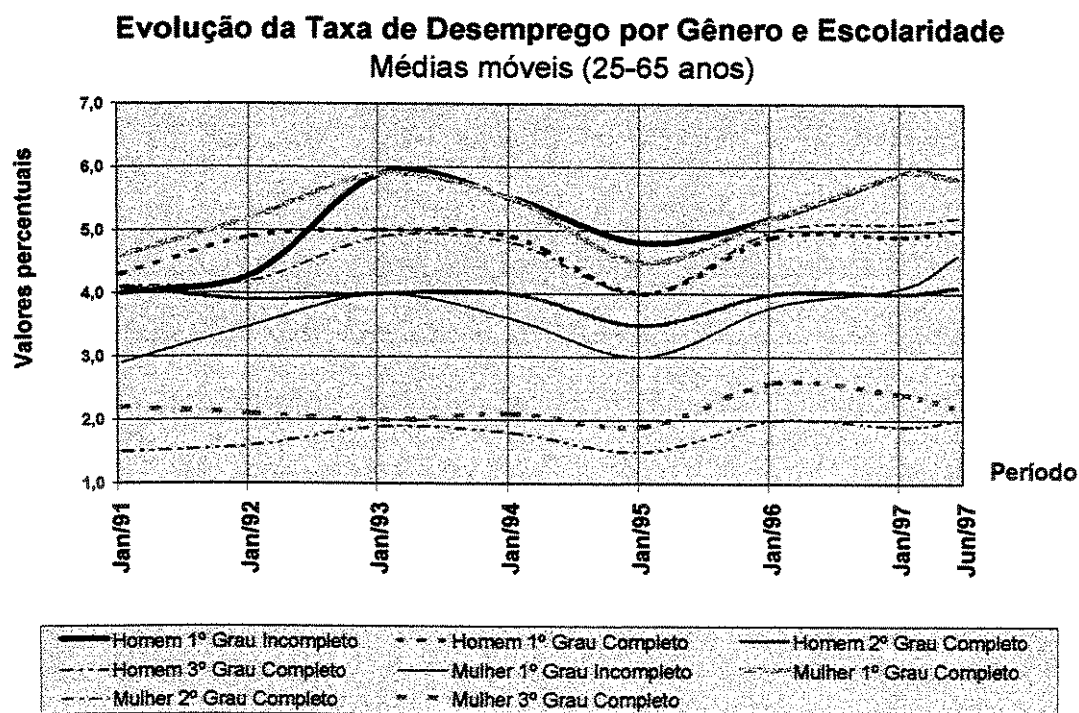
As faixas etárias que mais têm entrado no mundo do trabalho produtivo variam entre 25 e 39 anos, ao mesmo tempo em que a quantidade de mulheres com idade inferior a 18 anos absorvidos pelo mundo do trabalho. Os homens obtiveram queda em todas as faixas etárias, revelando talvez uma consequência da crise da indústria, que absorve uma grande parte da força de trabalho masculina como já havia sido dito neste trabalho. Contudo, devemos ressaltar que há uma disputa entre homens e mulheres no mercado, o que pode ser visto como um dos elementos que geraram um decréscimo na quantidade de homens no mercado de trabalho.

As mulheres, ao se incorporarem em um período de mudanças na forma de produção e gestão, ocuparam postos de trabalho resultantes desta política de aumento de produtividade e lucro. É curioso observar o percentual de mulheres que se direcionam para os trabalhos mais precarizados e desqualificados perante a sociedade. Conclui-se então que o trabalho precário foi o setor que absorveu a maior parte da força de trabalho feminina, o que não significa que a mulher não tenha conseguido ocupar postos qualificados. Conseguiram em menor escala, sem contar que muitas tarefas antes

consideradas privilegiadas perderam seu *status* nestes últimos anos, por exemplo, o gerente de banco, que antes representava um poder importante na sociedade de conjunto, mas que com a reestruturação das relações de trabalho passou a desempenhar tarefas mais simples. Neste momento a mulher começa a encontrar um espaço ampliado para este tipo de função, criando uma associação entre simplificação da tarefa/tarefa de mulher.

O magistério, a medicina, os serviços públicos, entre outras, são profissões que passaram a absorver um contingente maior de trabalho feminino, indicando que as mulheres estão se qualificando para profissões que vem perdendo prestígio social. Isso pode ser explicado pelo aumento de anos de estudo entre o grupo de mulheres, sobretudo se comparadas aos homens. Esta realidade se manteve, por exemplo, entre 1981 a 1990, quando os homens concluíam de 4 a 7 anos de estudo. Para os que tinham de 8 a 11 anos de estudo, entre 1986 e 1990 houve um crescimento de 2,1%. Em 1990, 20,8% da força de trabalho masculina tinha até 11 anos de estudo. Das mulheres ocupadas, em 1990 27,3% possuíam até 11 anos de estudos e 11% tinham mais de 12 anos de estudos. Em contraposição, somente 7% dos homens ocupados possuíam, em 1990, mais de 12 anos de estudos. (IBGE, 1994).

A qualificação e a escolaridade são fatores relativos para a garantia de emprego para as mulheres. Os dados indicam aumento das taxas de desemprego para mulheres que tenham o 2º grau completo. Em contraposição, as taxas de desemprego relativas às mulheres que possuem apenas o 1º grau diminuem sensivelmente. As linhas de evolução do desemprego entre os gêneros têm uma variação muito maior no gênero feminino, mostrando a vulnerabilidade da força de trabalho feminina no mercado de trabalho. Entre homens e mulheres o maior nível de escolaridade tem sido um diferencial importante para a conquista de um emprego. No gráfico abaixo, relativo ao ano de 1997, há uma leve queda do desemprego feminino, comparado ao desemprego masculino para aqueles que tenham o 3º grau completo.



condicionar a contratação de uma mulher em detrimento de um homem. Na maior parte das vezes, este elemento é dispensado e, a despeito da escolaridade e das demais especializações, as mulheres

conseguem se inserir no mundo do trabalho por terem apresentado características tipicamente femininas que, segundo o entendimento da ideologia machista, o homem não poderá ter. Por tal razão,

é mais evidente a ascensão profissional da mulher no setor público onde a contratação depende de um concurso ou qualquer tipo de avaliação que não leve em consideração a subjetividade de quem contrata. Mesmo assim, após a contratação, a mulher ainda precisará enfrentar inúmeros preconceitos que permeiam o ambiente de trabalho.

A qualificação que o capital pede nesta nova fase exige que o trabalhador seja multifuncional e que tenha uma visão de conjunto do processo de trabalho no qual se insere, com capacidade para criar soluções para problemas repentinos. Neste ponto, em especial, encontramos uma das mais significativas diferenciações entre homens e mulheres, pois continua sendo regular a contratação de trabalhadoras para funções repetitivas e de pouca exigência quanto à sua capacidade criativa. O capital, ao adotar novas formas de produção, tenta se livrar dos inconvenientes do fordismo e responder a uma nova lógica do mercado para que as taxas de lucro cresçam e o sistema não entre em colapso.

A ideologia preconceituosa favorece a visão errônea de que características da mulher são “qualidades” ou defeitos relativos à sua “fragilidade natural”. Mesmo com a implementação de avançadas tecnologias, a mulher é requisitada para tarefas em que a característica mais importante seja a destreza, a rapidez, a habilidade, etc. Por mais que esteja elevando-se o nível de escolaridade da mulher e em que pese a competência, a especialização e os demais atributos resultantes de esforço pessoal da mulher, sua superioridade para ser reconhecida precisa atingir um nível demasiado alto. Podemos até dizer que o nível de exigências aumentou, as qualidades que já eram vistas como inerentes à mulher devem se somar a outras. Diz KERGOAT:

“(...) a nova qualificação feminina é assim concebida como a adição das qualidades novas (capacidade de auto-controle, integração das exigências de qualidade de gestão dos estoques, regulação e primeiras manutenções corretivas) às qualidades antigas (destreza e rapidez)”. (KERGOAT, 1992: 80/81).

Há uma subjetividade presente no discurso da qualificação, impondo à mulher características que se coadunaram com o papel social que lhe foi proposto e aceito como algo “natural”. O capital se apodera deste elemento, não nega a mulher como força de trabalho, mas rearticula suas possibilidades de apropriação e reafirmação das características “inerentes” ou “naturais” como forma de controle. Então, é inegável o avanço das condições das mulheres na sociedade capitalista, embora dentro de certos limites pois para que o capital continue retirando o excedente de trabalho e aumentando suas taxas de lucro, além de movimentar o mercado livre, o trabalhador e a trabalhadora não podem ser efetivamente livres. A liberdade dos seres humanos está condicionada à possibilidade de sobrevivência. Na sociedade atual sobreviver significa dedicar horas e horas de trabalho para a criação de valor de troca. Em resumo, uma sociedade destinada a gerar excedente.

O caráter estrutural do desemprego passa pela implementação de novos métodos de contenção de custos e aumento de lucro, fatores que de uma forma ou de outra irão atingir essencialmente o trabalho. Assim, a redução do número de empregados vem atingindo altos níveis nas estatísticas e se mostra despropositado o discurso de que a qualificação é o que determina a possibilidade de obtenção de emprego e melhores salários. Nesta fase atual, a difusão da saída “mais qualificação, mais emprego” é mais um fetiche da sociedade capitalista. O indivíduo é impelido a gastar somas consideráveis de dinheiro, investindo em uma qualificação exigida pelas empresas na esperança de um emprego com boa remuneração. O que não se percebe é que sua formação profissional pode ajudar muito pouco em função da crise que vivemos, e acaba por acreditar na sua incompetência. O capital adota a falsa idéia

da competência, remetendo ao indivíduo a responsabilidade pelo insucesso profissional. Trata-se de uma cadeia muita bem montada de controle psicológico e concreto sobre a força de trabalho.

A mulher ao se inserir no mundo do trabalho passa a sofrer mais este tipo de controle e a sofrer todas as exigências impostas socialmente pelo discurso da competência em prol da competitividade. A opressão atua com maior intensidade quando o capital tenta converter para o indivíduo as responsabilidades pelos sucessos e insucessos de sua própria vida. Neste sentido, a contraposição ao capital faz parte da trajetória de libertação das mulheres, se configurando como um significante essencial capaz de possibilitar a ruptura com as bases estruturais do capitalismo.

O marxismo vem contribuindo com a jornada emancipatória das mulheres ao caracterizar uma saída a partir da consolidação de uma unidade entre os gêneros com o objetivo de eliminar a exploração e a opressão. Esta necessária ruptura com a lógica do capital não ocorre abruptamente, mas constrói-se no decorrer de muitas conquistas possíveis no próprio capitalismo. Assim, o capítulo seguinte retoma o debate marxista sobre a mulher a partir da experiência da Revolução Russa, assim como analisa as propostas para a eliminação das desigualdades entre gêneros no capitalismo.

3. DA EXPERIÊNCIA REVOLUCIONÁRIA NA RÚSSIA ÀS AÇÕES AFIRMATIVAS: UM BREVE DEBATE.

3.1 O marxismo pensando o feminismo.

As lutas feministas começaram muito antes do aparecimento do marxismo enquanto referência teórica. No entanto a teoria de MARX apontou a direção para novas análises sobre a situação das mulheres, considerando a opressão feminina como parte da opressão de toda a classe trabalhadora subordinada ao capital. O marxismo contribuiu na desconstrução da submissão da mulher como algo natural. **Não existe imanência do ser homem e do ser mulher e sim a função social dos indivíduos determinada pelas relações construídas na sociedade.** Tanto no Manifesto do Partido Comunista quanto no escrito de Engels, A origem da família, da propriedade privada e do Estado, as idéias de MARX e ENGELS sobre a questão da emancipação feminina estão diretamente ligadas à família patriarcal e ao trabalho reprodutivo. MARX e ENGELS apontavam que a transformação da sociedade deveria tratar de extinguir a família, fonte de opressão do homem contra a mulher; e inserir a mulher na indústria social como um passo para a emancipação feminina.

“Não obstante os limites de alguns dos referenciais antropológicos presentes em a Origem da família, da propriedade e do Estado, (...) A contribuição de Engels foi importante para mostrar que o lugar social das mulheres não era expressão de uma ‘natureza feminina’ inata, identificando a relação entre homens e mulheres como relação de opressão e situando nos processos socioeconômicos os elementos que conduziram à dominação masculina. (...) A primeira forma de opressão origina-se por contingências materiais, e não por uma essência masculina dominadora. A família moderna nada mais é do que a expressão dessa ‘derrota

histórica' das mulheres, ou seja, algo construído e mediado pelas relações socioeconômicas ao longo do tempo e do espaço". (ARAUJO, 2000: 66).

A contribuição destes autores à questão feminina se mantém até os dias atuais, embora tenha os seus limites. A função da dialética na análise da opressão da mulher pelo homem, indica uma visão macro desta problemática em que há a combinação dos fatores ocorridos no interior da família (âmbito privado) com os fatores gerais da sociedade englobando a constituição do sistema. A influência das teorias de MARX sobre o movimento feminista significou a conformação de um movimento contra a opressão e a exploração, não somente das mulheres mas de toda a classe trabalhadora.

Os movimentos feministas de cunho marxista contaram com personalidades revolucionárias como, Clara ZETKIN e Alexandra KOLLONTAI. Estas feministas vivenciaram revoluções e reformas, contribuindo com propostas de diretrizes para a emancipação feminina. ZETKIN e KOLLONTAI atuavam na Internacional Comunista no início do século, a primeira na sessão Alemã e a segunda na sessão Russa. Ambas acreditavam que a total emancipação feminina somente ocorreria no socialismo, pois no capitalismo a propriedade privada e a família patriarcal eram a base de crescimento do capital. Por isso, ZETKIN defendia a independência de classe perante o feminismo burguês, pois não adiantava somar conquistas, como por exemplo o direito ao voto, e manter a exploração de uma classe sobre a outra. A exploração da classe burguesa afetava as mulheres transformando-as em força de trabalho desvalorizada.

Contudo, anteriormente à influencia de MARX e ENGELS, os socialistas utópicos também tiveram uma certa influencia nos movimentos feministas. Flora TRISTAN foi uma das que possuía uma tradição saintsimoniana e apresentou-se como uma importante liderança na defesa dos direitos das mulheres. Flora trouxe para os movimentos de mulheres uma importante contribuição: a unidade de

homens operários e mulheres para a conquista da liberdade. Para Flora os operários jamais conquistariam a sua libertação sem a colaboração das mulheres proletárias. Todo o pensamento de Flora TRISTAN possui a premissa santsimoniana de transformação social por meio da cooperação e não da ruptura de classe. A crença no parlamento como o principal meio de obter conquistas sem se contrapor diretamente as relações de dominação que se efetuam na produção social, foram criticados por ZETKIN:

“Las concepciones de Flora Tristan son evidentemente utópicas y están basadas en muchas ilusiones. Si bien es cierto que no ignora la existencia de las contradicciones de clase de la sociedad burguesa, que es además el punto de partida de su programa para la unión internacional del proletariado, no deja al margen los aspectos principales del problema, o sea, el hecho de que las contradicciones de clase tienen su origen en las relaciones de producción social y que no pueden ser superadas dentro de los límites impuestos por el sistema de propiedad burgués. (...) Para la Tristan el objetivo de la unión de los proletarios y las proletarias en cuanto clase no es la lucha contra las clases explotadoras y dominantes, sino la cooperación con estas últimas”. (ZETKIN, 1972: 45/46).

Este debate entre os socialistas utópicos e os socialistas científicos é apenas uma introdução a demarcação entre os reformistas e os socialistas. Os socialistas utópicos não investiam em uma saída revolucionária nem para a libertação dos operários e nem para a emancipação feminina. Esta é a diferença que separa socialistas utópicos dos socialistas científicos: os socialistas utópicos confiavam nas instituições do Estado para dar fim a opressão e exploração dos trabalhadores e trabalhadoras. Nesse sentido, ZETKIN identifica a incorporação da mulher na indústria capitalista como uma forma de controle, assim como pensou Marx.

“(...) La disolución de la economía familiar como economía productiva y de la forma familiar predominante no sólo es consecuencia, sino también premisa, del poderoso desarrollo de la industria capitalista, a la cual se abren nuevos sectores de trabajo y nuevos mercados y la aportación de nueva fuerza de trabajo. La mujer vinculada a tradiciones y leyes es un objeto de explotación más dócil e indefenso de lo que lo sería una conciudadana que tuviera iguales derechos y que fuera capaz de luchar con las mismas armas políticas del hombre contra su explotación”. (ZETKIN, 1972: 56).

Desse modo ZETKIN se contrapõe as lutas feministas que restringem as suas conquistas aos limites da legislação, resultando em mais uma forma de controle sobre a mulher. As conquistas reais para ZETKIN precisam efetivar a igualdade plena de direitos e deveres entre homens e mulheres, aproximando os dois sexos para atingirem um objetivo maior: a destruição do capital.

ZETKIN e KOLLONTAI vivenciaram experiências revolucionárias, tanto na Alemanha quanto na Rússia. A Revolução Russa possibilitou a efetivação de direitos preconizados pelas feministas russas, embora tivessem sido retirados anos mais tarde com a degeneração do Estado Soviético. Sem entrar no mérito no que se transformou a Rússia após a revolução, a experiência revolucionária teve um significado emancipatório especial para as mulheres. Wilhelm REICH, psiquiatra Alemão, vivenciou os resultados da Revolução Russa quanto a dissolução da família patriarcal e, concluiu que a revolução iniciou um processo de Revolução Sexual (libertação especialmente das mulheres e dos homossexuais):

“A revolução sexual na União Soviética começou com a dissolução da família. (...) A família patriarcal é a fonte de reprodução, estrutural e ideológica, de todas as ordens sociais que se baseiam no princípio da autoridade. Com a abolição deste princípio, a situação da família tinha de ser também automaticamente abalada”. (REICH, 1988: 189).

REICH compreende a Revolução Sexual como uma verdadeira libertação das demais formas de controle, capaz de transformar as relações entre homens e mulheres, crianças e adultos, enfim constituir uma ordem de sociabilidade inteiramente promissora e livre. Por isso, o autor trata com acentuada importância a reação das mulheres no momento da Revolução política. As mulheres começam a efetivamente participar da vida pública e romper com a família patriarcal, desfazendo a estrutura que a compõe. Este foi um processo conflituoso e inacabado, como deixa explícito REICH. Contudo, esta foi a primeira experiência revolucionária (ao menos sob a ótica da sociedade de classes) em que a libertação da mulher esteve associada a uma transformação das relações de controle sobre a produção.

A Revolução Russa apontou em direção da coletivização das relações de produção. Os *soviets* eram espaços de discussões políticas que tinham a função de organizar e determinar alguns rumos da coletividade. A reestruturação social trouxe novas dimensões no interior da família, acrescentando uma necessidade de se coletivizar as relações de parentescos. A iniciar pelo lugar das crianças na sociedade: a família não tinha a responsabilidade exclusiva pela educação de seus filhos. A educação era uma responsabilidade da sociedade, todos os encargos e responsabilidades eram retirados do núcleo familiar.

A família patriarcal foi desconstruída. Uma série de leis foram adotadas proibindo o poder do homem sobre a mulher, o fim do matrimônio regulamentado pelo Estado, a lei do divórcio e a liberdade da mulher escolher seu nome, domicílio e cidadania. As mulheres passaram a fazer parte da vida pública e entregar os seus filhos para organizações coletivas. REICH afirma que a revolução sexual sofreu um refreamento devido aos próprios preconceitos dos funcionários estatais e após a tomada de poder por Stalin. Todos os decretos contrários a família patriarcal realizados por Lênin foram revogados após sua morte por Stalin, e a família patriarcal voltou a fazer parte da sociedade soviética. De todo modo, a revolução significou uma experiência capaz de demonstrar a incompatibilidade entre a

família patriarcal e a liberdade da organização coletiva, da emancipação feminina e da libertação do próprio homem dos estigmas impostos pelo machismo.

Para o autor a manutenção da família patriarcal significa refreamento da organização coletiva

“(...) Quando a família é preservada ideológica ou estruturalmente, a organização coletiva é refreada em seu desenvolvimento; se não consegue superar o refreamento, destrói-se a si mesma nas fronteiras da estrutura familiar dos homens (...)”. (REICH, 1988: 195).

Muitas das conquistas atingidas pelas mulheres na Rússia no início do século XX foram também adquiridas pelas mulheres quarenta anos depois em muitos países capitalistas. A lei do divórcio, o direito ao voto, a comunhão matrimonial independente do Estado e a liberdade da mulher escolher seu nome e domicílio são conquistas recorrentes no capitalismo. A diferença está no sentido destas conquistas. A libertação da mulher na Rússia tinha um sentido emancipatório para a construção de uma sociedade em que a produção tivesse um caráter coletivo. Assim, tanto o marido quanto a mulher eram absorvidos pelas funções públicas (REICH, 1988: 192). As tarefas da casa e o cuidado com os filhos estavam além do âmbito privado, representavam um problema da sociedade. Isto porque o trabalho reprodutivo tinha uma importância significativa para a sobrevivência do indivíduo, e em um período de Guerra Civil cada indivíduo (homem ou mulher) eram fundamentais na reconstrução da sociedade.

Dessa forma, por um certo espaço de tempo na Rússia a Revolução conseguiu desestruturar as bases da sociedade burguesa, cuja influência do pensamento de MARX fora fundamental para tentar extinguir a família patriarcal e introduzir os meios de coletivização da produção. O marxismo

influenciou os movimentos feministas em todo o mundo. As mobilizações feministas nas décadas de 1960 e 70 no Brasil, Estados Unidos, França tiveram uma referencia histórica no pensamento marxista. Assim, se construiu uma perspectiva de gênero e de classe aproximando as mulheres das lutas que pareciam ser estritamente masculinas. Sem esta comunhão entre homens e mulheres, ou mesmo das reivindicações das mulheres inseridas em um contexto amplo, teria sido difícil a efetivação de muitas conquistas nestes países capitalistas.

As conquistas das mulheres no capitalismo são fundamentais pois representam uma contraposição a ordem patriarcal, estabelecendo um espaço para as mulheres. Contudo, até então as reivindicações e conquistas não conseguiram desestruturar as bases de apoio do capital, permanecendo a separação entre o público e o privado, a divisão social e a divisão sexual do trabalho. A produção permanece tendo um caráter estritamente privado; as tarefas domésticas permanecem sendo um problema privado, cabendo a mulher o trabalho reprodutivo. **A ordem do capital continua regendo as relações porque as conquistas das mulheres não vieram de uma ruptura de todos os trabalhadores com as relações de produção.**

As conquistas caminham de acordo com os objetivos econômicos e políticos do sistema social, demonstrando que a total libertação da mulher jamais pode estar desvinculada da libertação humana. Ou seja, a verdadeira emancipação feminina somente ocorre em uma sociedade igualitária, sem mecanismos de exploração e opressão de qualquer espécie.

No capitalismo as conquistas dos oprimidos e explorados tem limites, para a própria sobrevivência do capital. MITCHELL via a opressão como essencial para o funcionamento do capitalismo:

"In fact, what we are witnessing in this general denigration of women is an inevitable consequence of the socio-economic system of capitalism in which it operates. The inferiorization of women is essential to its functioning". (MITCHELL, 1973: 40).

A compreensão de MITCHELL da opressão no sistema capitalista tem suas raízes no pensamento de MARX quanto ao funcionamento do capital e as relações sociais estabelecidas nele, inclusive a necessária opressão da mulher para continuar explorando a força de trabalho feminina e masculina.

Inúmeras conquistas dos movimentos feministas em diversos países do mundo aconteceram em momentos de confronto com a ordem do capital e com as instituições burguesas, como a família e a escola. A mobilização das mulheres esteve aliada a outros movimentos, mantendo seus objetivos e deixando presente contradições inclusive no interior dos próprios movimentos, sejam eles sindicais ou políticos. Este foi o caso do maio de 1968 na França ou mesmo das greves metalúrgicas do Brasil no final dos anos 70 e início dos anos 80.

A emancipação das mulheres é um questionamento a ordem burguesa, patriarcal, capitalista e até mesmo socialista, caso não ocorra de fato a coletivização dos meios de produção. MARX contribuiu para o feminismo demonstrando que a emancipação feminina é uma contraposição ao capital, sendo portanto uma questão de classe e de libertação de todos os oprimidos. Contudo, os enfrentamentos entre oprimidos e opressores se fazem necessários a fim de consolidar novos direitos para diminuir as desigualdades entre os gêneros. O item seguinte abordará as propostas que vem sendo elaboradas para eliminar as desigualdades no capitalismo.

3.2 Ações afirmativas: uma estratégia para o fim das desigualdades?

As ações afirmativas tiveram o seu início nos Estados Unidos com a promulgação do Civil Rights Acts, em 1964. O objetivo desta lei era penalizar as empresas que discriminassem por raça, religião, sexo e nacionalidade. Inicialmente, estas ações eram voltadas principalmente para os negros se inserirem no mercado de trabalho. Com a lenta implementação dos programas de inserção das “minorias” ao mundo do trabalho, as mulheres também foram sendo beneficiadas. Contudo, as ações afirmativas surgiram junto com um momento de intensas mobilizações e crescimento do número de mulheres dispostas a entrar no mundo do trabalho, assim como os negros e os estrangeiros. (LAVINAS, 1996: 173).

As ações afirmativas são políticas que tem como objetivo corrigir as práticas discriminatórias herdadas do passado, ou mesmo as que possam ocorrer no futuro. Estas ações podem ser efetivadas através do meio jurídico ou mesmo por medidas adotadas por governos ou empresas, caso a discriminação seja no local de trabalho. Os que defendem a adoção destas medidas acreditam que este é um meio de redimensionar os papéis sociais com maiores garantias sociais que impeçam a utilização do preconceito para determinar a localização de cada indivíduo na sociedade. As ações afirmativas seriam como uma proteção àqueles que são discriminados por sexo, raça ou etnia e classe social. Assim CAPPELLIN define as ações positivas como

“(...) programas que buscam diversificar as escolhas profissionais, apoiar a inserção das mulheres em setores e níveis de responsabilidades nos locais de trabalho onde elas estão sub-

representadas, realizando uma intervenção na divisão sexual do trabalho nas empresas”.
(CAPPELLIN, 1996: 158).¹⁴

Em vários locais do mundo as ações afirmativas estão sendo adotadas essencialmente porque as leis que velam pela igualdade não são postas em prática. É o caso do Tratado de Roma, que previa igualdade salarial entre homens e mulheres, no entanto mesmo na Europa é gritante a desigualdade entre os gêneros. O mesmo ocorre na Constituição Brasileira, que também prevê a igualdade entre os sexos e o que se tem é uma intensa desigualdade sexual (no caso do Brasil, as ações afirmativas não são comuns). As ações afirmativas funcionam enquanto um reforço da legislação nacional, com a aplicação das medidas de equidade.

A União Européia desenvolveu, desde meados da década de 80, alguns programas de ações afirmativas para as diferenças de gênero. Estes programas surgiram da necessidade de evitar desigualdades entre os países-membros, quanto ao pagamento de baixos salários as mulheres. Assim, não haveria como uns se aproveitarem de uma situação de maior exploração de determinada força de trabalho para vender seus produtos a preços menores. Para VOETS estas ações se fazem imprescindíveis devido ao risco de deterioração da situação da mulher no mercado de trabalho frente a grave crise contemporânea. A autora avalia que os direitos já conquistados pelas mulheres podem ser perdidos e por isso tais medidas podem ser compensatórias.¹⁵

Em algumas experiências de ações afirmativas foi constatado que tais medidas possibilitaram o acesso das mulheres em empregos com maior qualificação ou mesmo trabalhos antes desempenhados

¹⁴ Esta definição a autora retirou da Recomendação 84/635 CEE de 9 de dezembro de 1984 na *Les Cahiers de Femmes d'Europe*, n° 42, Bruxelas, 1994.

¹⁵ VOETS, Martine. A estratégia européia para a ação afirmativa. In Mulher e trabalho. São Paulo: Editorial Boitempo, 2000: 31/32.

por homens. Na França, o Estado atuava em parceria com as empresas privadas no treinamento das mulheres: o Estado arcava com 30% dos salários das mulheres envolvidas nos programas de formação profissional. (LAUFER, 2000: 45).

Na Itália, em 1991 foi aprovada a Lei 125 acerca das ações afirmativas, que tem como objetivo implantar a igualdade entre mulheres e homens retirando os obstáculos impeditivos para esta igualdade. Assim, OLGIATI explica as medidas para a realização desta lei:

“Fazem parte do primeiro modelo, de caráter compensatório, medidas de saneamento das discriminações indiretas ou das disparidades que atingem as mulheres no que se refere à reorientação, ao acesso ao trabalho, à formação profissional e à carreira. (...) a superação das condições, a distribuição e a organização do trabalho, geradoras de efeitos diversos segundo o sexo dos empregados, e que prejudicam sua formação, sua ascensão na carreira, ou seu tratamento econômico e de remuneração”. (OLGIATI, 2000: 64).

As ações afirmativas na Itália também recebem financiamento total ou parcial do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Segundo a autora este apoio financeiro é tem o intuito de “minimizar os ‘custos da mudança’, por parte das empresas que se envolvem nessa promoção”. Nas ações afirmativas o Estado, a empresa e os trabalhadores têm que agir conjuntamente para eliminar a desigualdade. Neste ponto começam os problemas deste tipo de medida.

Para iniciar, é preciso analisar o plano de ações afirmativas de um laboratório farmacêutico francês chamado ROUSSEL-UCLAF. Esta empresa se apresentou como favorável à igualdade de oportunidades em 1990. Em base a necessidade de valorizar a força de trabalho feminina, a empresa realizou um planejamento que consistia em refletir sobre: “Mulheres e management; ocupações de

secretariado; e impacto das novas tecnologias sobre as tarefas de acondicionamento”. (LAUFER, 2000: 57). Depois, a empresa realizou um seminário para organizar ações sobre “*contratação, formação, administração das carreiras, comunicação, atitudes e comportamento*” (Idem). Para finalizar a empresa organizou uma equipe composta por representantes de diversas unidades que tem a tarefa de dar continuidade a missão para a igualdade de oportunidades. Os resultados foram: “1) *Organização de ações de formação para familiarizar as operárias do acondicionamento com as novas tecnologias de produção farmacêutica; 2) Adaptação das ocupações de secretariado às evoluções em curso: organização de ações de formação e implantação de círculos de qualidade; 3) Participação das mulheres no management (...)*” (idem). Ou seja, se trata de uma adequação da força de trabalho feminina aos ditames do capital.

O exemplo desta empresa demonstra que as ações afirmativas embora pareçam medidas totalmente benéficas à força de trabalho feminino, sua lógica é a-crítica ao sistema de produção e ao condicionamento da força de trabalho nas novas formas de produção. Mais do que isso, a sua lógica se baseia numa igualdade inexistente entre Estado, empresa e empregados, como se todos devessem colaborar para a implementação de uma ordem, em prol do benefício de todos. E por fim, trata a simples inserção da mulher no mundo do trabalho como uma garantia fundamental para a sua libertação sem importar os fins destinados para esta incorporação.

Os estudos sobre as novas formas de gestão empresarial e produção vem demonstrando uma intensificação na expropriação do tempo de trabalho desnecessário a sobrevivência do trabalhador. se permanece sendo explorado, se está acometido por um trabalho alienado e do qual depende para sobreviver. A emancipação feminina jamais será possível se não houver uma libertação de todos os trabalhadores oprimidos e explorados. Não se trata de desconsiderar inteiramente a importância de estabelecer garantias sociais para as mulheres nas legislações. Mas, se de fato o Estado e as empresas

não organizam formas de destituir as mulheres das tarefas reprodutivas da casa, construindo creches públicas, restaurantes públicos ou a preços baixos, lavanderias acessíveis, significa que o incremento da força de trabalho feminina não eliminou as desigualdades, mas manteve-as como estão apenas com a diferença da mulher poder ser parcialmente emancipada economicamente.

KIMBERLEY PATE ao retratar a experiência das ações afirmativas nos Estados Unidos, conclui que as oportunidades estão se abrindo a partir destas ações para mulheres e “minorias” americanas. A autora aponta que os americanos devem lutar pelas ações afirmativas para conquistarem o direito a igualdade e pela sustentação dos direitos civis.

“Os programas de ação afirmativa têm desempenhado um papel crucial na abertura de oportunidades para mulheres e minorias americanas, permitindo que eles comprovem sua competência e utilizem seus talentos e habilidades da melhor maneira possível. (...) a ação afirmativa é uma política pública sólida e beneficia a todos na sociedade, não apenas a mulheres e minorias (...)”.

Para proteger essas conquistas temos todos de lutar por igualdade de oportunidades e os americanos têm de lutar por ação afirmativa. Nossa meta continua sendo a eliminação das desigualdades de gênero e raça e o fim da discriminação e do preconceito¹⁶.”(PATE, 2000: 110).

De fato, qualquer conquista da classe trabalhadora efetivada no capitalismo deve ser salvaguardada por significar melhoria nas condições de vida. Contudo, acumular conquistas não é sinônimo de eliminar as desigualdades. As diferenças de gênero, raça/etnia e classe são contradições que somente poderão ser eliminadas se a lógica do capital for rompida. A autora aposta na possibilidade de eliminar a discriminação com a incorporação da força de trabalho feminina em cargos

de alto escalão, mas numa sociedade dividida em classes nem todos conseguem empregos conceituados e bem remunerados. Este é o limite das ações afirmativas, aumentar as oportunidades dentro do mercado livre para “eliminar” as desigualdades. Mas, como eliminar as desigualdades em um sistema que sobrevive a partir das desigualdades?

A desigualdade entre homens e mulheres sempre esteve presente no capitalismo, o que não significa que as mudanças necessárias para a sobrevivência da sociedade de classes não possam diminuir as diferenças entre homens e mulheres. As sociedades capitalistas desenvolvidas se cobrem em uma capa democrática projetando a mulher e o seu trabalho de forma ampla.

“O invólucro ideológico das sociedades capitalistas induz, pois, à crença de que o número de mulheres economicamente ativas se eleva à proporção que o desenvolvimento econômico-social vai sendo alcançado. (...) A constituição histórica da formação econômico-social capitalista representa a absorção de crescentes números de mulheres no sistema dominante de produção de bens e serviços apenas até certo ponto”. (SAFFIOTI, 1976: 235).

SAFFIOTI ao analisar a sociedade de classes, precisou como o capitalismo estimula o pensamento depreciativo quanto as exclusões que muitos grupos sociais convivem no cotidiano. Segundo a autora, o capital transmite uma imagem ilusória de que “não é a estrutura de classes que limita a atualização das potencialidades humanas” mas como se houvesse uma ausência de potencialidades em algumas categorias sociais, dificultando a realização de uma ordem social competitiva. (SAFFIOTI, 1976: 29). As mulheres são visualizadas socialmente com características consideradas “inatas”, empurrando-as para o trabalho reprodutivo. Portanto, quando a mulher se insere

¹⁶ Grifo nosso.

num ambiente de trabalho predominantemente masculino está realizando, de certa forma, uma resistência a diferença de gêneros.

No capitalismo as atividades produtivas das mulheres se combinam com as atividades reprodutivas, mantendo a dupla jornada de trabalho. Nos dias atuais, em que a mulher avança no trabalho produtivo, o trabalho reprodutivo permanece sendo uma questão feminina no núcleo familiar. O capital ainda não resolveu a questão do trabalho reprodutivo. As mulheres continuam massivamente cumprindo a dupla jornada de trabalho, fator este que permanece afastando as mulheres do trabalho produtivo. As empresas continuam preferindo os homens, pois não precisam cuidar das tarefas domésticas, se tornando mais dedicados aos seus postos de trabalho.

As feministas que defendem a implementação das ações afirmativas vêem as empresas como espaços interativos, formador de dimensões culturais. O local de trabalho é visto como uma instituição favorável a ampliação das identidades das práticas produtivas. CAPPELLIN incrementa a defesa das ações afirmativas apostando numa sociologia que compreenda as relações de trabalho no contexto da interação:

“(...) A sociologia alcança uma compreensão da sociedade contemporânea na medida em que descobre diferentes formas de racionalidades que convivem e dialogam com a racionalidade econômica. Assim, por exemplo, no caso das empresas mesmo que seja comum a todas a racionalidade orientada ao lucro, muito diferentes podem ser as formas para alcançar tal finalidade. As ações orientadas racionalmente ao lucro convivem com uma série de outros elementos que muito pouco tem a ver com o estritamente econômico e muito mais dizem respeito a dimensões da cultura – religiosa, regional, política, etc. – e a dimensões afetivas – familiares”. (CAPPELLIN, 1996: 160).

Para a autora a empresa é um espaço de confronto e negociação, troca e reconhecimento das qualificações e possibilidades de produção. Não importa os objetivos finais da empresa e sim as relações sociais que ocorrem dentro do espaço de trabalho. As ações positivas (ou afirmativas) se aproveitam deste espaço como estratégico para eliminar a desigualdade entre os gêneros, amparados nas conquistas efetivadas na legislação e em demais instituições externas à empresa que defendam os direitos das mulheres no mundo do trabalho. Porém, a autora desconsidera os elementos básicos da economia que se fazem necessários para uma empresa atingir sua meta de lucro: retirar mais-valia, ou seja, efetivar um sistema de exploração da força de trabalho. Então, a sociologia que percebe a empresa como um local simplesmente de interação e troca está ocultando uma relação sobreposta intrínseca em qualquer empresa que tenha como objetivo o lucro: a relação de dominação.

Nas ações afirmativas o gênero é uma categoria central para análise da segregação e discriminação, distanciando-se da perspectiva de classe. São atores que interagem e conflitam-se entre si, como indivíduos diferenciados pelo sexo. É uma ação voltada para a ascensão e igualdade de oportunidades no meio de trabalho, que efetivamente não se volta para a crítica necessária a ordem vigente da família e da representação feminina na sociedade. Por isso, alguns autores se colocaram contrários as ações afirmativas a partir da experiência norte-americana.

Nos anos 70 e 80 adotou-se uma frente de luta por igualdade no mundo do trabalho denominado de *Comparable worth*. O movimento de mulheres americano desenvolveu um programa de valorização dos trabalhos tradicionalmente femininos por entender que as ações afirmativas não conseguira dar combate a discriminação sexual no trabalho. LAVINAS explica o *Comparable Worth*:

“(...) A identificação de fatores de compensação salarial que pudessem elevar os rendimentos de ocupações importantes, mas absolutamente desvalorizadas no mercado de

trabalho, era a estratégia para combater a segregação sexual no emprego. Uma metodologia sofisticada de pesquisa foi elaborada, voltada para a compreensão dos determinantes dos salários nas empresas, da mobilidade ocupacional, da trajetória dos trabalhadores de ambos os sexos e dos fatores de valorização das tarefas, com vistas a dispor de medidas de valoração relativa das ocupações entre si. Essa linha alternativa de política anti-discriminatória não conseguiu, entretanto, firmar-se: suscitou grandes reações por parte do setor privado e do judiciário americanos, que viam no espírito desse programa a subversão radical dos princípios da teoria econômica e do funcionamento da economia como um todo. Equalizar por critérios não-mercantis o valor de atividades centradas na produção de valores de uso com outras que geram valor de troca ou exigem maior nível de qualificação, de responsabilidade (funções executivas), etc., demonstrou-se inconcebível". (LAVINAS, 1996: 174/175).

O *Comparable Worth* é uma tática que não privilegia um corte sexuado, pois supera o gênero como o principal diferenciador do mundo do trabalho. Entende a transformação social como um processo que inclui as diferenças de gênero porque o capital utiliza-se da diferença entre homens e mulheres para desvalorizar a força de trabalho, tanto na produção quanto na reprodução. Este programa visava redefinir a estrutura salarial de homens e mulheres que desempenham atividades importantes socialmente, mas percebem valores inferiores por não possuírem uma alta formação ou uma melhor qualificação.

O *Comparable* parte de uma visão classista e não, simplesmente sexista, Contrapõe-se as ações afirmativas enquanto estratégia de igualdade entre os gêneros, pois a própria experiência norte-americana mostrou a capacidade das ações afirmativas beneficiarem de acordo com a "competência" e da qualificação favorecendo algumas mulheres e não outras, mantendo os mecanismos de inclusão e exclusão de acordo com as necessidades do capital e não do conjunto da sociedade. Nesse sentido,

programas voltados para diminuir ou mesmo, tentar eliminar, as desigualdades sociais impetradas pela discriminação seja de raça/etnia, gênero ou classe sempre serão importantes enquanto forma de se contrapor ao capital. Programas cuja aparência seja de ampliar o espaço dos subordinados, mas seu conteúdo não esteja predisposto a crítica ao lucro e a exploração, somente serve para gerir as desigualdades sob uma capa democrática.

CONCLUSÃO

A mulher no mundo do trabalho e as variações entre classe e gênero são temas extensos e complexos podendo ser abordados por diversos aspectos. Optou-se por uma abordagem das décadas de 1980 e 1990, com o intuito de associar as novas formas de produção e gerenciamento do trabalho com a intensa inserção da mulher no mundo do trabalho. As conclusões possíveis de se chegar não modificam o quadro de análise geral que se tem feito nos estudos de gênero e trabalho nestes últimos anos. Pelo contrário, reafirma algumas análises importantes como a de LAVINAS sobre o crescimento do número de mulheres em diversos setores, ou mesmo a de BRUSCHINI, quando imputa ao trabalho doméstico um dos principais motivos para o afastamento da mulher do trabalho produtivo, dificultando o seu crescimento profissional. E tantas outras autoras permitiram desenvolver e criar um quadro de como está o trabalho feminino neste período de reestruturação produtiva.

O presente estudo permitiu uma crítica não somente a situação da mulher como à proposta do capital aos trabalhadores. Ou seja, a intensificação do trabalho e a diminuição dos postos de trabalho resultam em uma situação de crescente miserabilidade, afetando homens e mulheres. As conquistas das mulheres no que se refere ao espaço no mundo do trabalho produtivo se fazem conflitantes. Por um lado a libertação financeira (em certo aspecto), por outro lado o aumento do trabalho e a diminuição dos direitos. Além das conquistas que possibilitaram uma maior liberdade para a mulher, a crise econômica também é um elemento que leva a mulher ao mundo do trabalho. A sustentação da família passa a fazer parte de um esforço coletivo, onde todos os membros da família precisam trabalhar e manter a casa. O casamento não é mais solução para a sobrevivência, a mulher tende a se preocupar com sua formação para o trabalho. Embora socialmente a família continue tendo um relevante papel e permaneça sendo um espaço de domínio da mulher pelo homem.

A maior escolaridade das mulheres indica que a profissão, sua atuação por fora do âmbito doméstico passou a ser um quesito formador de uma identidade para as mulheres. Isto significa que a busca por uma representação não está centrada na formação de um casamento promissor e, conseqüentemente de uma família. As mulheres buscam um reconhecimento social através do seu trabalho, de um lado e, uma enorme necessidade de manter sua sobrevivência e de seus filhos por outro lado. Este é um diferencial importante que aponta um pensamento avançado comparativamente com as gerações passadas, assim como uma nova realidade imputada para as mulheres (especialmente as mulheres das classes empobrecidas): ser a “chefe” da família.

O trabalho enquanto possibilidade de obter recursos financeiros que proporcionem uma independência econômica do pai, do marido, do irmão funciona como uma conquista para a emancipação. Se através do trabalho a mulher consegue ser visualizada na sociedade, nos cabe perguntar como é este reflexo da mulher na sociedade atual? Qual a dimensão que o trabalho proporciona a mulher? Segundo ENGELS, a entrada da mulher na indústria social é uma condição para a sua emancipação, assim a mulher deixaria de ser a proletária da família para ser a proletária de toda a sociedade. Para o autor, o valor da força de trabalho tenderia a decrescer quando a mulher conseguisse este espaço.

Duas afirmações de ENGELS suscitam reflexão: a primeira de que a mulher ao se inserir no mundo do trabalho estaria realizando uma condição para a sua emancipação; a segunda de que o valor da força de trabalho diminuiria com a entrada das mulheres no mundo do trabalho. Na primeira afirmação, Engels acreditava que a partir do momento em que a mulher fornecesse sua força de trabalho na indústria não teria mais tempo para realizar suas tarefas domésticas, assim sendo se livraria do peso do trabalho reprodutivo e traria para a casa um enfrentamento direto com a ideologia machista.

ENGELS não contava com a dupla jornada de trabalho, muito menos de que o capital seria capaz de diminuir tanto o tempo de trabalho realizando o *part time* ou outros métodos do gênero. De fato, a realização do trabalho produtivo por parte da mulher representa um passo para sua libertação, devido a possibilidade de garantir seu próprio sustento. No entanto, a contradição da dupla jornada de trabalho se faz presente, aumentando a opressão e a exploração do trabalho feminino.

Quanto a diminuição do valor da força de trabalho pela entrada das mulheres na realização do trabalho produtivo, esta é mais uma polêmica. A maior inserção da mulher nestas duas últimas décadas, desempenhando tarefas destituídas de conteúdo e altamente precarizadas, recebendo em troca uma remuneração bastante inferior a dos homens condiciona a pensar que as mulheres fazem baixar o nível salarial. Se olharmos além do que nos parece mais evidente, podemos chegar a uma outra caracterização: as mulheres ganharam espaço porque os donos dos meios de produção desejavam rebaixar o valor da força de trabalho e isto conseguiu se efetivar com a contratação de mulheres. Este processo é mais complicado do que parece, pois uma série de medidas foram tomadas para rebaixar o valor da força de trabalho neste último período.

Nesse sentido, a crise econômica surge como mais uma pressão que move a mulher para o mercado de trabalho, obrigando-as a receber o que for possível para manter a família. Estaria equivocado atribuir este aumento de contratações de mulheres apenas a um destes fatores, pois a realidade é dialética, especialmente quando se trata de conflitos sociais, como é o caso da luta das mulheres por liberdade e reconhecimento. O lugar que a mulher ocupa na produção social, neste período de reestruturação produtiva, pode ser entendido como uma conquista e, contraditoriamente, como um espaço que reforça a opressão e a exploração.

A conquista é inegável se compararmos com décadas atrás, a mulher aprisionada exclusivamente nas tarefas domésticas e em muitos lugares ainda buscando conquistar o direito ao voto. A conquista ainda é limitada, o que não nega uma emancipação parcial. No entanto, como a conquista é parcial, limitada e mínima, o espaço ocupado também é limitado e passível de ser perdido, pois ainda é frágil. Esta fragilidade se deve a inúmeros fatores, entre eles ao caráter policlassista das organizações de mulheres. A questão de classe precisa ser apreendida pelas mulheres na comoção contra a opressão e a exploração, se tratando de um elemento vital para a plena libertação das mulheres.

A emancipação feminina depende da libertação de todos aqueles que são oprimidos e explorados pela ordem do capital. Não é possível haver uma completa emancipação das mulheres se ao se incorporarem ao mundo do trabalho, sua força de trabalho for explorada. Mesmo as conquistas de postos de trabalho irão favorecer um número reduzido de mulheres, pois como ficou demonstrado por diversos estudos a nova ordem mundial está voltada para a concentração de riquezas e exclusão social. Portanto, as diferenças entre as classes sociais estão no cerne do enfrentamento direto entre capital e trabalho, exploradores e explorados e opressores e oprimidos. Isto não significa que as diferenças de raça/etnia, opção sexual e gênero sejam menores e devam ser desconsideradas. Pelo contrário, estas diferenças alimentam as contradições e mantê-las favorece aos que possuem o poder econômico e político.

O quadro de mundialização do capital com o aumento da concentração de capitais, controle da economia por gigantescos oligopólios, precarização e intensificação do trabalho, impõe uma nova forma de organização para os trabalhadores. Os sindicatos ou qualquer outro organismo de classe precisam incorporar a heterogeneidade presente no atual mundo do trabalho. É preciso encontrar a radicalidade das ações políticas, no sentido de chegar de fato à raiz das contradições deixadas pelo capital. A inserção das mulheres no trabalho produtivo pede um debate aprofundado sobre as

estruturas patriarcais de domínio e controle sobre o trabalho tanto produtivo quanto reprodutivo. Cabe compreender estas diferenças no mundo do trabalho, respeitando os seus limites e suas contradições para então encontrar soluções para o fim das disparidades sociais entre homens e mulheres, brancos e negros, jovens e idosos.

BIBLIOGRAFIA:

ABRAMO, Laís, **ABREU**, Alice Rangel de Paiva. Gênero e trabalho na sociologia latino-americana.

Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

AGUIAR, Neuma (org). Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas.

Petrópolis: Ed. Vozes, 1984.

ALAMBERT, Zuleika. Feminismo – O ponto de vista marxista. São Paulo: Nobel, 1986.

ALENCAR, Ana Valderez. A mulher e o trabalho. Ministério do interior. Brasília: Fundação Projeto

Rondon, 1988.

ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise no

sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? 3ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

_____. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Ed. Boitempo, 1999.

ARISTÓTELES. A política. Trad. Nestor S. Chaves. Grupo Ediouro: Tecnoprint, s/d.

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. 7ª ed. Vols 1 e 2. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX.
Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BRITTO, Alda. Tempo de mulher - tempo de trabalho, entre mulheres proletárias em Salvador. Texto
retirado do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - UFRJ. S/ref.

BRUSCHINI, Cristina, COSTA, Albertina de Oliveira (orgs). Rebelião e submissão – estudos sobre
a condição feminina. São Paulo: Ed.
Vértice – Revista dos Tribunais:
Fundação Carlos Chagas, 1989.

COLLI, Juliana. A trama da terceirização: um estudo do trabalho no ramo da tecelagem. Campinas,
SP: Editora da Unicamp, 2000.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER. Mulher e trabalho. Vols.I à IV.
Brasília, 1985.

DELGADO, Didice G., CAPELLIN, Paola, SOARES, Vera. Mulher e trabalho: experiências de
ação afirmativa. São Paulo:
Boitempo, 2000.

DUBAR, Claude. O debate sobre o futuro do trabalho na França (1988-1998). Revista
Latinoamericana de Estudios del trabajo, ano 4, no. 8, 1998, pp.151-158.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, do Estado e da Propriedade privada. 14 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FRENCH, John D., JAMES, Daniel (orgs.). The gendered woelds of Latin American Women works. Duke University Press, 1997.

GERGEN, Mary Mc Canney (org). O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

GREMAUD, Amaury Patrick. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo: Atlas, 1999, pp. 300-301.

GORZ, Andre. Crítica da divisão do trabalho. 2 ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1989.

GOUNET, Thomas. Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel. São Paulo: Boitempo, 1999.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na Sociologia. Petrópolis: Vozes, 1992.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

HELLER, Ágnes. Sociología de la vida cotidiana. Barcelona: Península, 1994.

- HIRATA, Helena.** Da polarização das qualificações ao modelo da competência: a evolução do debate no contexto dos novos paradigmas de organização industrial. ANPED - Workshop Trabalho e educação, 44^a Reunião Anual da SBPC, 1992.
- _____. Trabalho, família e relações homem/mulher: reflexões a partir do caso japonês. São Paulo: Revista brasileira de Ciências Sociais, nº 2, vol 1, ANPOCS, 1986.
- _____. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero In Gênero, tecnologia e trabalho. São Paulo: Revista Latino Americana de Estudios del trabajo, ano 4, no. 7, 1998.
- HIRATA, Helena, KERGOAT, Danièle.** La división sexual del trabajo – Permanencia y cambio. A sociation Trabajo y sociedad – Colección Ciências Sociales del Trabajo.
- KARTCHEVSKY, Andrée (org).** O Sexo do trabalho/et.al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- LARGUÍA, Isabel, DUMOULIN, John.** Hacia una ciencia de la liberación de la mujer. Caracas: Cuadernos ANAGRAMA, 1975.
- LAVINAS, Lena.** Aumentando a competitividade das mulheres no mercado de trabalho. Rio de Janeiro: Revista de estudos feministas, 1995.

LEITE, Marcia de Paula. Novas formas de gestão da mão-de-obra e sistemas participativo: uma tendência à democratização das relações de trabalho?. XVII Encontro Anual da ANPOCS - Minas Gerais, 1993.

_____. Nuevos desafios en el mundo del trabajo. Sociología del trabajo, Nueva época, no. 36, primavera de 1999.

_____. Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra. In O mundo do trabalho. São Paulo: MTb PNUD/ CESIT – UNICAMP/ Scritta, 1994.

LESSA, Sergio. Lukács e Heller: a centralidade do trabalho. Campina Grande: Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Ano XV, setembro de 1996.

LUKÁCS, György. O trabalho. Tradução de Ivo Tonet – Universidade Federal de Alagoas, extraído de György Lukács, Per L'ontologia dell'essere sociale. Roma: Editori Riutini, 1981.

MARTORELLA, Esther Ceceña. Fuerza de trabajo femenina y explotacion capitalista. Cuadernos CIDAMO 11.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. 3. Ed. Livro 1, vol 1, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

- _____. As consequências sociais do avanço tecnológico. São Paulo: Edições Populares. Coleção Ciências Sociais - Série Materialismo Histórico. V.1, 1980.
- _____. Salário, preço e lucro. Edições Mandacaru, 1990.
- _____. O Capital – capítulo inédito (resultados do processo de produção imediata). São Paulo: Moraes. 1969.
- _____. Manifesto do Partido Comunista. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. .
- MARX, ENGELS E LÊNIN.** Sobre a mulher. Coleção Bases 17. São Paulo: Global, 1980.
- MITCHELL, Juliet.** Woman's estate. New York: Vintage Books, 1971.
- MORAES NETTO, Benedito Rodrigues.** Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- NEVES, Angela.** A estrutura familiar na opressão feminina. Texto retirado do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - UFRJ. S/Ref.
- NYE, Andrea.** Teoria feminista e as filosofias do homem. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.
- OFFE, Claus.** Trabalho como categoria sociológica fundamental? Trabalho e Sociedade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Vol.I.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. A mulher, a sexualidade e o trabalho. São Paulo: Hucitec – CUT, 1999.

POCHMANN, Marcio. O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

PRADO, Therezinha C. Santos. Direitos da mulher trabalhadora. Secretaria de Estado de Relações de Trabalho, Conselho Estadual das Condição feminina, 1986.

RAMALHO, José Ricardo. Precarização do trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil. In: Neoliberalismo, trabalho e sindicatos. São Paulo: Editorial Boitempo, 1997.

RAMOS, Lauro, **SOARES**, Ana Lúcia. Participação da mulher na força de trabalho e pobreza no Brasil. Revista de Economia Política, vol. 15, nº 3 (59), julho-setembro, 1995, pp. 84-107.

RIFKIN, Jeremy. O fim dos empregos. São Paulo: Makron Books, 1995.

ROCHA, Maria Isabel Baltar da (org.). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. Campinas, SP: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG/ São Paulo: Ed. 34, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher. São Paulo: Hucitéc, 1981.

-
- _____. A mulher na sociedade de classes: mito ou realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.
-
- _____. Violência de gênero – Poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.
- SEGNINI, Liliana. Mulheres no trabalho bancário: difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
-
- _____. Educação, trabalho e desenvolvimento: uma complexa relação. I workshop do projeto de pesquisa. “Conceitos empregados na educação profissional” em versão preliminar, 1998.
- SILVA, Lorena Holzmann. Admitimos mulheres, para trabalhos leves. Rio de Janeiro: Revista de estudos feministas, 1995.
- SOUZA, Elizabeth. Divisão sexual do trabalho: o trabalho também tem sexo. GRECMU, 1984.
- SPINK, Mary Jane. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: “Textos em Representações Sociais de Jovchelovitch, Sandra e Guareschi, Pedrinho.
- SADER, Emir & GENTILLI, Pablo (orgs). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995.

TABAK, Fanny, VERUCCI, Fanny (org.). A difícil igualdade: os direitos da mulher como direitos humanos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

TOLEDO, Cecília. Mulheres - O gênero nos une, a classe nos divide. São Paulo: Cadernos Marxistas, 2001.

TOMANEY, John. A new paradigm of work organization and technology? In Post – fordism a reader. Cambrindge: Blackwell, edited by Ash Amin, 1989.

TRABALHO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: DEZ ANOS DE LINHA DE PRODUÇÃO. Dieese, 1994.